

De que é feito o amor entre pais que se batem?
Significados de amor, conjugalidade, papéis de género e violência,
em adolescentes expostos a violência doméstica.

Dissertação apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da
Universidade do Porto, para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, na área de
especialização em Psicologia do Comportamento Desviante

Andreia Luísa Gonçalves Teixeira de Castro Rodrigues

Orientador: Professor Doutor Luís Fernandes

Resumo

Tomando como central a voz dos adolescentes enquanto protagonistas da exposição a violência doméstica, pretendeu-se perceber os sentidos que atribuem a este fenómeno. Isto nomeadamente no que concerne aos seus significados de conjugalidade, papéis de género, violência e amor, emergindo este último quase pelo mosaico constituído pelos anteriores. Depois da revisão bibliográfica em torno desta temática, discutiram-se as dificuldades subjacentes às categorizações dos actos enquanto violentos e enquanto maus-tratos, assim como as implicações da quase exclusiva visibilidade do fenómeno da violência doméstica em classes socio-económicas desfavorecidas. Recorreu-se à entrevista enquanto método de obtenção dos dados, aplicando o guião por nós construído, a onze sujeitos, em duas situações distintas: seis institucionalizados e cinco em família. Sendo que a instituição só tem indivíduos do sexo masculino, a nossa amostra incluía um total de oito rapazes e três raparigas, com idades compreendidas entre os doze e os dezanove anos. Submeteram-se as entrevistas a um processo de análise de conteúdo, recorrendo ao software NUD*IST enquanto organizador do resultado de cada categoria, assim como no momento da codificação das unidades de registo. O trabalho de análise dos dados fez-se em dois momentos: um mais “fotográfico”, i.e., mais restrito à devolução do todo obtido em cada categoria e sub-categoria, e outro mais analítico, num exercício interpretativo e mais criativo de cruzamento dos dados com a teoria. Por último, fez-se um balanço do processo, nomeadamente no que toca às suas fragilidades e aos seus objectivos de base. Deixaram-se ainda algumas considerações em torno da intervenção nesta área e partilharam-se algumas reflexões acerca de outras curiosidades investigativas que foram emergindo, tanto em termos de formato, quanto em termos de conteúdo.

Abstract

We took as central to our theme the voice of adolescents exposed to domestic violence, with the intention of understanding the meaning they attribute to this phenomenon, particularly with concern for their view of conjugality, sex roles, violence and love, the latter emerging from the mosaic of the former. Having reviewed the bibliography on this theme, we discussed the difficulties subjacent to the categorization of violent and harmful acts, and also the implications of the fact that the study of domestic violence has been confined almost exclusively to lower socio-economic groups. In order to obtain our data we used interviews, using a script devised by us, and applied to eleven subjects in two distinct situations – six in an institution and five with their families. As the institution only has males, our sample includes a total of eight boys and three girls between the ages of twelve and nineteen years. We submitted the interviews to a process of content analysis, using NUD*IST software to organise the result of each category, and to code the register units. The work of analysing the data was done in two stages: one more “photographic”, i.e. more restricted to the devolution of the whole obtained in each category and subcategory, and the other more analytical, in an exercise more interpretative and creative in the cross-referencing of data with theory. Lastly, we studied the process, namely with respect to its fragilities and its basic objectives. We registered some considerations about intervention in this area, and reflections about other investigative curiosities which arose, in terms of format and content.

Résumé

On a essayé de comprendre le sens attribué par les adolescents à la violence au sein de la famille d'après leurs témoignages particuliers. Cette notion renferme le sens d'union conjugal, de rôles de genre, de violence et d'amour. Dans ce cas on pourrait interpréter l'amour comme la conséquence des éléments précédents. D'après la révision de la littérature sur la matière, on a discuté les difficultés trouvées pour faire les catégorisations des actes violents et aussi le problème lié à la presque exclusive visibilité de la violence au sein familial dans les classes sociales les plus pauvres. Les données ont été obtenues en utilisant la méthode de l'interview qu'on a construite. Notre échantillon était constitué par onze sujets dont six vivaient dans des institutions d'accueil pour garçons, et cinq vivaient avec leurs familles. Huit d'entre eux étaient garçons et trois filles, âgés de douze à dix-neuf ans. Pour faire l'analyse de contenu on a utilisé le logiciel NUD* IST qui a organisé les résultats de chaque catégorie après la codification des unités de registre. Le travail d'analyse des données a été fait en deux étapes : la première qu'on dirait une «étape photographique» s'en rapporte uniquement aux données obtenues dans chaque catégorie et sous-catégorie. Une deuxième étape, plus analytique constitue un exercice d'interprétation, donc un travail plus créatif de liaison des données à la théorie. En dernier lieu, on a réfléchi mûrement sur tout processus concernant ses fragilités et ses objectifs. On a fait quelques considérations en ce qui concerne l'intervention dans ce domaine et on a enfin mis en vue quelques réflexions autour d'autres possibilités de recherche.

Agradecimentos

Um trabalho desta índole, apesar de se constituir por excelência como um processo solitário, do próprio para si mesmo na procura do(s) seu(s) sentido(s), necessita de outros para a sua viabilização. É a quem colaborou comigo nesta viabilização que endereço, neste momento e espaço, os meus agradecimentos, nomeadamente:

- ao Prof. Dr. Luís Fernandes, que tendo-me dito que se comprometia a arrumar comigo o que em mim desarrumaria, o cumpriu de forma tão competente e organizadora; ainda a ele pela postura estimuladora, honesta e apoiante, traduzidas na frase de Nietzsche que comigo partilhou: *“Queres ser meu discípulo? Então segue o teu caminho...”*;

- à Sónia e à Directora e Psicólogo do Centro Juvenil (cujos nomes não vou completar por razões de salvaguarda do anonimato dos adolescentes), que me abriram as portas aos seus meninos e meninas;

- aos meus auxiliares nas traduções do resumo: Joana Agra e Ricardo Freitas.

Aos outros, mais ou menos meus, que me ajudaram na viabilização deste trabalho, na medida em que o fazem relativamente à minha vida, o meu obrigado fica para ser sentido mais que formalizado...

Abreviaturas

CPCJ - Comissão de Protecção a Crianças e Jovens

APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

DSPT - desordem de stress pós-traumático

DDAH - desordem de deficit de atenção e hiperactividade

Índice

Introdução.....	10
A. Parte teórico-conceptual	13
I. Considerações conceptuais iniciais	14
II. O fenómeno da exposição de crianças e adolescentes a violência doméstica	19
1. Elementos para a constituição de um cenário do fenómeno.....	21
1.1. “A infância como o reino do ainda não” - a vulnerabilidade das crianças na nossa sociedade	21
1.2. Recuando ao cenário de exposição: a violência doméstica	23
1.3. O mito do lar como lugar de protecção	25
1.4. A violência doméstica: elementos para a contextualização da sua (ainda) legitimação.....	25
1.5. Características comuns em agressores e mitos em torno destes	26
1.6. Maus-tratos infantis: o espectro da violência a que as crianças e os adolescentes podem estar sujeitos	28
2. A situação de exposição de crianças e adolescentes a violência doméstica.....	32
2.1. As várias formas de vitimização na situação de exposição a violência doméstica.....	32
2.2. Incidência e prevalência da exposição de crianças e adolescentes a violência doméstica.....	33
2.3. Efeitos directos e indirectos da exposição a violência doméstica	34
- Efeitos directos -.....	34
- Efeitos indirectos -	48
- Dados de alguns estudos comparativos -.....	52
- Factores mediadores do impacto -.....	53
- Factores mediadores relacionados com a criança -	54
- Diferenças de género: o sexo como factor mediador do impacto -	55
- Os efeitos nas várias fases de desenvolvimento da criança -	57
- Consequências a longo prazo e na idade adulta -.....	58
- Transmissão geracional de violência -	60
- Efeito mediador de características individuais dos adolescentes -.....	63
- Factores mediadores contextuais-situacionais -	65

- Factores situacionais mais relacionados com a criança/adolescente -	65
- Factores contextuais-situacionais relacionados com o conflito -	66
- Resiliência e factores protectores -	69
III. Discussão teórico-conceptual	71
B. Parte empírica	84
IV. As opções metodológicas	85
1. Os participantes	85
2. A metodologia qualitativa	89
3. A entrevista.....	91
4. A construção do instrumento: o guião.....	92
V. Tratamento e leitura dos dados.....	95
1. A análise de conteúdo.....	95
2. A grelha de análise de conteúdo e o processo de categorização	96
3. Leitura e análise dos dados.....	96
VI. Súmula e discussão dos resultados.....	139
Considerações finais.....	154
Bibliografia.....	161
Anexo I – formatos dos pedidos de autorização.....	169
Anexo II – guião da entrevista.....	172
Anexo III – grelha de codificação	176

“Represente que o homem é um poço escuro.

Aqui de cima não se vê nada.

Mas quando se chega ao fundo do poço já se pode ver o nada.”

Barros, in Gonçalves, 2001.

Introdução

Os objectos e os objectivos de trabalhos podem nascer de vários modos. À semelhança de cometas podem-se deixar vislumbrar por instantes, deixando rastos subtis e pouco definidos ou podem relacionar-se com outras motivações, por exemplo, de ordem mais pragmática (familiaridade e/ou proximidade profissional com a temática e/ou população, entre outros), ou relacionados com interesses *à priori*.

No presente caso, o trabalho foi-se desenhando na proximidade da primeira imagem, i.e., a partir de uma ideia que, no meio de muitas outras que se foram intrometendo em mim no ano curricular deste mestrado, se destacou, brilhando mais. Como no original vislumbre de um pirilampo, que agarra a nossa atenção, fugindo-nos, no entanto, do alcance e do controlo. Objecto ainda num estado pouco concreto, na insegurança em termos da facilidade da sua operacionalização, longe do que nos era mais acessível e familiar, mas baseado na sensação de curiosidade e atracção. Foi um pouco deste modo que emergiram quase como evidentes o objecto e os objectivos desta tese: respectivamente, a exposição de crianças e adolescentes a violência entre os pais/cuidadores e, os seus significados de amor, conjugalidade, papéis de género e violência.

Esboçando o trabalho em termos das suas partes constituintes, ou seja, o modo como se decidiu expor a concretização dos objectivos, temos duas grandes partes: a *parte teórico-conceptual* e a *parte empírica*. A primeira pretende dar conta de três objectivos principais: breve definição dos conceitos em causa, revisão bibliográfica e fundamentação teórica e, por último, a nossa posição pessoal e a partilha de algumas reflexões críticas relativamente ao produto resultante do segundo objectivo. Cada um destes objectivos relaciona-se privilegiadamente com um dos três capítulos que compõem a *parte teórico-conceptual*, a saber, respectivamente, o capítulo das *considerações conceptuais iniciais*, o capítulo do *fenómeno da exposição de crianças e adolescentes a violência doméstica* e o capítulo da *discussão teórico-conceptual*. Por sua vez, a segunda parte, i.e., a *parte empírica*, divide-se também em três capítulos, desta feita designados de *opções metodológicas*, *tratamento e leitura dos dados* e *símula e discussão dos dados*. No primeiro, tal como a designação indica, dá-se conta das opções que fomos fazendo em termos metodológicos, nomeadamente em termos dos participantes, da metodologia, do método e do instrumento de recolha dos dados. No segundo, pretende-se partilhar o obtido em termos de dados, partindo da descrição do procedimento de tratamento deles até à sua fotografia, i.e., os dados de forma o mais aproximada possível ao que resultou do trabalho de tratamento a que foram sujeitos. No terceiro, por outro lado, já se pretende um

afastamento do tal concreto que se deu a conhecer na parte anterior, fazendo-o crescer e substanciar-se em sentido (esperemos), num nível de análise, interpretação e cruzamento com os dados da revisão bibliográfica. Terminamos com algumas considerações finais, que pretendem dar conta de algumas das muitas coisas que ficam por dizer.

Sentindo isto mesmo, i.e., que ainda fica - aliás sempre - muito por dizer e fazer, é verdadeiramente gratificante perceber que, por mais difícil que tenha sido o todo, pela disciplina que exigiu, sobretudo pela necessidade de compatibilização com uma actividade profissional a tempo inteiro, distante deste objecto e das práticas que compuseram o processo, a atracção pelo objecto, essa, permaneceu...

Acompanhem-nos, então, quem como nós andar à procura de pirilampos na vida...

A. Parte teórico-conceptual

I. Considerações conceptuais iniciais

“A definição objectiva, partilhada e consensual da “coisa” é uma condição, à partida, do alcance da elaboração dos factos científicos, é bem verdade que, particularmente no domínio das Ciências Humanas, esta é uma tarefa árdua e laboriosa, que consome grande parte do esforço e trabalho dos investigadores. Curiosamente, dizer o que é parece bem mais difícil do que saber o que é. De facto, a dificuldade de construção conceptual do fenómeno contrasta, muitas vezes, com a imediatividade da sua constatação subjectiva e experiencial, uma forma implícita de conhecimento que a ciência não pode perder de vista.”

Martins, 2002.

Antes de enveredarmos pela exploração da revisão bibliográfica, pretendemos fazer aqui um momento de explicitação da terminologia adoptada. Num sentido de definição e tentativa de clarificação dos conceitos usados, ainda que partilhemos a posição de Martins, quanto à dificuldade desta tarefa. Assim, mais do que apontar definições consensuais, pretendemos dar conta, de forma breve, do uso que faremos dos conceitos, ou seja, de que coisas falaremos nós e o que queremos dizer quando as dizemos¹.

Os conceitos centrais em causa neste trabalho são, então, os significados, a violência e, dentro desta, a violência doméstica em particular.

Os significados, relacionando-se com as representações mentais e com as atitudes, remetem-nos para as posições dos adolescentes quanto aos fenómenos que queremos, na sua voz, perceber, aos níveis cognitivo, emocional e comportamental. Estes constructos enquanto cerne de investigação têm vindo a ser progressivamente mais valorizados na área da violência doméstica - *“a referência às representações mentais ou outros constructos associados como percepções, cognições, atribuições, crenças, expectativas é cada vez mais comum, revelando os estudos a importância destes na compreensão do impacto da violência interparental”* (Sani, 2003, p.324). Segundo Piaget (1978) o domínio das representações do mundo que se formam espontaneamente nas crianças é um dos mais importantes e difíceis da psicologia infantil. O desenvolvimento de crenças nas crianças relaciona-se com o processo desenvolvimental em termos de capacidades cognitivas

¹ Questões de ordem mais crítica quanto a estas definições serão levantadas posteriormente, na parte da “discussão teórico-conceptual”, fazendo, assim, limitar esta parte à explicitação das definições adoptadas no presente trabalho.

(Dinis, 2004), assim como com o que as rodeia em termos ambientais. Não há propriamente crenças infantis, antes uma capacidade progressiva de compreensão do adulto e de assimilação das crenças ambientais sem as deformar, sendo que a forma e o funcionamento do pensar manifestam-se nas relações que a criança estabelece com os seus semelhantes ou com o adulto (Piaget, 1978). É na fase posterior à da infância que se situará o nosso grupo amostral, na sequência destes processos e da exposição às outras instâncias desenvolvimentais, com as quais se cruzarão². De uma forma geral, e numa linha mais discursiva, os significados podem ser definidos na proximidade da definição de Sani (2003, p.324) relativa às representações: *“objectos discursivos que as pessoas constroem, não só para fazer sentido das suas experiências, mas também para orientá-las para a acção. (...) As representações incluem também respostas emocionais relacionadas com a situação e definem igualmente a maneira de nos comportarmos e relacionarmos com os outros”*.

As definições de violência que adoptamos são *“qualquer forma de uso intencional da força, coacção ou intimidação contra terceiro ou toda a forma de acção intencional que, de alguma modo, lese os direitos e necessidades dessa pessoa”* (Manita, 2005, p.7) e a da Recomendação nº R (85) 4, do Conselho da Europa, Infância e Juventude (in Alberto, 2004, p.26) *“qualquer acto ou omissão que ponha em perigo a vida, a integridade corporal ou psíquica ou a liberdade de uma pessoa ou que comprometa gravemente o desenvolvimento da sua personalidade”*.

Já em termos da violência doméstica, que segundo Casimiro (in Dias, 2004) tem quase tantas definições quanto os autores que a estudam, optamos pela definição que a descreve como o tipo de violência que ocorre entre os membros de uma mesma família ou que partilham o mesmo espaço de habitação (II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica – 2003-2006). De forma mais explicitada, remete-nos para *“um comportamento violento continuado ou um padrão de controlo coercivo exercido, directa ou indirectamente, sobre qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar (e.g., cônjuge, filho(a), pai, mãe, avô, avó), ou que, mesmo não co-habitando, seja seu companheiro ou ex-companheiro, e que resulte em danos físicos, sexuais, emocionais, psicológicos, imposição de isolamento social ou de privação económica, ou vise dominar o outro, fazê-lo sentir-se subordinado, incompetente, sem valor, ou viver num clima de medo”* (Manita, 2005, p.7). Outra definição próxima a esta é a de Dias (2004, p.94) que a descreve enquanto *“qualquer acto, inclusive de omissão, ou ameaça que provoque nas*

² Estas questões e estas opções serão exploradas posteriormente.

suas vítimas danos físicos, psicológicos ou emocionais; que é praticado por pessoas com quem aquelas têm uma relação de parentesco consanguíneo, legal ou de facto com uma determinada intenção ou finalidade; e refere-se aos tipos mais frequentes de violência, designadamente à que é cometida contra as crianças, as mulheres e os idosos”. Violência conjugal, em específico, surge como a forma de violência doméstica, exercida por um companheiro ou ex-companheiro sobre o outro (Manita, 2005). A nossa opção, no presente trabalho, é pelo uso da expressão *violência doméstica* pelo facto de ser a mais precisa em termos da capacidade de abarcar as situações em causa, por oposição às expressões *violência conjugal* ou *violência sobre as crianças/adolescentes* em particular, que especificam os elementos envolvidos na violência, deixando, implicitamente, outros de fora dessas dinâmicas. O que antecipamos (e acabamos por verificar) é que aqueles casos “puros” eram muito raros, daí que não nos pareça sensato associar os resultados a que chegaremos à violência conjugal mas à violência doméstica, enquanto dinâmica mais abrangente e não restrita ao casal ou às crianças/adolescentes em particular.

Um outro conceito a clarificar, é a forma de designar a população que pretendemos ouvir. Em primeira lugar, optamos pela designação de *adolescente* por oposição a *jovem*, na medida em que o primeiro conceito, relacionando-se sobretudo com critérios bio-psicológicos, é mais fácil de situar em termos das idades que abrange. Já a designação *jovem*, remetendo-se a critérios de ordem sociológica, é mais variável no tempo e no espaço, portanto mais difícil de operacionalizar. Em termos da designação relativa à problemática em causa é frequente o uso da expressão de *vítimas indirectas*, no entanto a nossa opção não vai neste sentido por dois motivos. Por um lado, parece-nos difícil separar as situações em que as crianças/adolescentes são apenas vítimas indirectas, daquelas em que são elas próprias vítimas directas da situação de violência doméstica. Até porque, em última instância, a vitimização indirecta é uma forma de vitimização directa. Por outro lado, a expressão em si, em termos conceptuais, não é a que mais nos agrada, uma vez que parece pressupor que há uma vitimação quase universal perante aquelas situações (Bancroft & Silverman, 2002). De alguma forma, parece-nos carregar uma assumpção implícita de que as respostas ao trauma são experienciadas universalmente, facto que resulta numa tendência para valorizar as semelhanças e minimizar as diferenças das respostas (Berman, 2000). Para além daquela expressão, outras aparecem de forma difusa na literatura da área, como sejam *crianças/adolescentes expostos, testemunhas ou observadores a/de violência doméstica*. A nossa opção vai no sentido do uso da expressão *exposição a violência doméstica*, que nos parece ser a mais adequada, nomeadamente pelo

facto de considerarmos que a vivência em causa não se resume ao simples testemunho ou observação. Estas acções de testemunhar ou observar remetem-nos para situações que não implicam envolvimento, relativamente neutras e pouco significativas do ponto de vista afectivo que não nos parece ser o caso, de forma geral, da vivência que trata este trabalho. Esta maior adequação relaciona-se também com os objectivos da nossa investigação, uma vez que o que nos interessa é o fenómeno da exposição em si, implicando ou não ser vítima de maus-tratos de outra ordem que não psicológicos, em termos do seu impacto³.

Outra opção que fizemos foi a da não definição de outros conceitos que intentamos perceber como os de conjugalidade, papéis de género e amor. Isto porque são exactamente o que buscamos, sem referência outra relativamente à qual façamos comparar a “normalidade” dos ditos do nosso grupo amostral. Ou seja, queremos perceber os significados atribuídos pelo grupo, sem o fazer comparar com definições à priori. Também pelo facto de, no caso dos dois primeiros, considerarmos que eles não acarretarem grandes ambiguidades (ao contrário dos outros que definimos em cima). No caso do conceito de amor, pensamos que ele se faz perceber melhor quando emergindo do conjunto dos outros constructos em causa, qual mosaico conceptual.

Por fim, outra posição que assumimos foi relativamente à organização do material emergente da revisão bibliográfica, concretamente em termos dos modelos compreensivos para perceber os efeitos da exposição a violência conjugal. De um forma geral, consideramos que os modelos teóricos podem cumprir a funcionalidade de introduzir uma espécie de fio condutor aos vários factos associados a uma área de saber, arrumando-os como que em gavetas organizadoras. No entanto, a nossa opção foi no sentido de apresentar os vários campos que vão compondo um melhor entendimento desta problemática, no sentido de não comprometer os enunciados a nenhum modelo em particular. Isto porque este processo nos parecia algo forçado e artificial, como se implicasse uma sujeição dos enunciados às teorias, num movimento de assimilação dos dados por estas, até porque consideramos que, nesta área, elas ainda são algo parciais⁴, fazendo salientar um ou outro aspecto que pensamos cobrir melhor desta forma. A nossa posição não se enquadra, então, numa teoria única, apelando antes a um modelo eclético, sobretudo quando sentimos que a nossa posição relativa a esta problemática é a de aproximação e contemplação, e não a de domínio e exposição – lógica de ouvir o

³ A par destas opções conceptuais que acabamos de explicitar, fizemos uma outra que se sobrepõe àquelas. Isto é, sobretudo na parte da retrospectiva bibliográfica, usamos várias expressões distintas (de entre aquelas perante as quais fizemos opções) de forma intencional, pela pertinência de manter o uso que cada autor faz.

⁴ Desenvolvemos um pouco mais esta nossa posição na parte da *discussão teórico-conceptual*.

fenómeno para depois o dizer (Agra, 1993)⁵. Preferimos, então, ir cosendo esta manta de retalhos de dados, neste campo de saber sobretudo empíricos, por vezes contraditórios, mas elucidativos neste contradição, esperando que a nossa intenção de, desta forma, eles se mostrarem mais claros e menos comprometidos, seja atingida. Para uma exploração dos vários modelos compreensivos ou teorias explicativas remetemos para Cummings (1998), Graham-Bermann (1998), Grych (1998), Kerig, Fedorowicz, Brown & Warren (2000), Malley-Morrison & Hines (2004), ou Sani (2003), autores que consideramos, naturalmente de entre os que tivemos acesso, terem as retrospectivas mais completas.

⁵ À semelhança da posição deste autor, transposta para este contexto da exposição de crianças/adolescentes a violência conjugal, quando refere que *“ouvir a droga é a única forma de a dizer correctamente”* (Agra, 1993, p. 7).

II. O fenómeno da exposição de crianças e adolescentes a violência doméstica

“Os efeitos negativos mais graves dos maus-tratos de crianças são geralmente psicológicos na sua natureza, afectando a perspectiva da vítima de si mesma, do outro, das relações humanas, objectivos e estratégias de vida”.

Hart & Brassard, in Margolin, 1998.

Tem-se vindo a assistir, nas últimas décadas, a uma passagem do foco, no estudo da violência doméstica, no sistema entre os dois adultos – vítima e agressor – para os outros membros do sistema familiar, nomeadamente as crianças/adolescentes, que surgem quase como *“vítimas impensadas neste sistema”* (Margolin, 1998, p.57) ou não contempladas. Apesar de evidências históricas mostrarem que os filhos ao longo dos tempos têm testemunhado situações de abuso sobre as suas mães (Edleson, in Ohio Domestic Violence Network), e de se encontrar associações entre discórdia e violência maritais e problemas de ajustamento nas crianças/adolescentes desde os anos trinta (e.g., Hubbard & Adams; e Towle; in Cummings, 1998), apenas recentemente estes elementos expostos a relações abusivas, receberam atenção pública, encontrando-se a investigação nesta área ainda numa fase de infância. Assim, enquanto que a preocupação para com a violência sobre as mulheres tem vindo a aumentar desde as últimas quatro décadas, as suas crianças só apareceram, significativamente, na literatura científica a partir dos anos setenta, ainda assim bastante ausentes ao nível das políticas públicas, documentos importantes e leis de protecção (Fantuzzo, Mohr & Noone, 2000). Os primeiros estudos publicados sobre crianças expostas a violência doméstica datam de 1975, cerca de quinze anos depois de se “descobrir” o seu abuso físico, sendo que estes primeiros estudos se centravam na descrição e identificação de problemas associados. Cinco anos terão decorrido até ao próximo artigo, onde não foi detectada uma relação significativa entre crescer num lar violento e o aumento de problemas comportamentais ou emocionais (Margolin, 1998). A mesma autora refere que apenas cinquenta e seis artigos científicos foram publicados entre 1975 e 1995. As crianças eram, nestes primeiros artigos, descritas como “em risco” ou vítimas silenciosas de violência doméstica (Hershom & Rosenbaum, in Ohio Domestic Violence Network), ou ainda como esquecidas, desconhecidas, escondidas, inacessíveis e silenciosas (Holden, 1998). Até aos anos setenta e oitenta, em termos de intervenção,

existiam apenas serviços mínimos para crianças expostas a violência doméstica, apesar da investigação já ir indicando que os filhos que testemunham violência e presenciam coerção psicológica entre os seus pais, se tornam altamente vulneráveis a uma diversidade de consequências emocionais, físicas e comportamentais (Ohio Domestic Violence Network).

A partir de então, a invisibilidade do fenómeno tem vindo a ser gradualmente deposta por uma substanciação crescente das preocupações em torno desta temática, assim como do número de questões de investigação e das conferências científicas (Jaffe, Sudermann & Geffner, 2000). Ressalve-se que este interesse tem emergido e conquistado espaço na investigação científica a par do aumento dos dados no sentido de um impacto negativo do testemunho de violência doméstica (Hughes & Luke, 1998).

Nesta altura, e perante estes dados, surge-nos como importante partilhar a reflexão sobre a invisibilidade em termos da literatura científica até então, quando a literatura não científica já nos permitia a aproximação à complexidade, diversidade e profundidade do sofrimento infantil, em obras como “Os Esteiros” de Soeiro Pereira Gomes, ou os “Capitães de Areia” de Jorge Amado⁶.

Da abertura, então, do fenómeno da violência doméstica, até então restrita ao casal, aos seus efeitos sobre as crianças/adolescentes a que a ele estão expostos, têm surgido evidências, por parte de múltiplas investigações, da existência de consequências a curto e a longo prazo (e.g. Bancroft & Silverman, 2002; Margolin, 1998; McCloskey, Figueredo & Koss, 1995; e Sani, 1999a). Estas investigações apontam mesmo para a possibilidade da ocorrência de um impacto significativo, crónico e a longo prazo no bem-estar psicológico da criança exposta a esta experiência (Kilpatrick & Williams, 1998). O testemunho de

⁶ Que transformação societal terá alimentado o foco nesta recente, apesar de não nova, problemática das ciências sociais? Que movimento é este da necessidade de aproximação e perspectiva das famílias, quase ao modelo do panóptico de Foucault? Que outras funcionalidades cumprirão este novo espaço interventivo dos técnicos, legitimado então pelo Estado e pelas novas preocupações generalizadas em todos nós? O que fica/ficou encoberto com este desviar de olhares, à semelhança do que se passou recentemente em Portugal, com o espectáculo judicial em torno da pedofilia, a que foi, quase, a nova “telenovela” centralizadora, por instantes no tempo, dos afectos dos portugueses. Que (novos?) valores e revoltas tocarão este movimento (se assim se poder chamar): a polémica da prisão preventiva (levada aos seus limites legais nos casos de tráfico de droga apesar do silêncio a este nível quase fazer deste procedimento o normativo e não a excepção); a complexidade da institucionalização de crianças (supostamente o mal menor para as crianças nessas situações, destituídas de figuras de vinculação seguras e estáveis, sujeitas às dinâmicas difíceis da partilha do crescimento com outras tantas crianças, de tantas idades e feitos diferentes, muitas vezes vítimas de abusos entre si, abusos estes que se mesclam num espaço de indiferenciação difícil de discernir com as primeiras experiências sexuais entre pares); a insensibilidade e, por vezes mesmo, surdez das instâncias judiciais aos pareceres psicológicos dos técnicos, nomeadamente quanto aos fenómenos de vitimação secundária (i.e., a perpetuação dos efeitos nocivos das experiências de vitimação pelo confronto com as instâncias cujo dever seria o de protecção, nomeadamente com inquéritos conduzidos de forma pouco protectora e até danosa para a criança – excessiva repetição e exposição ao reviver da experiência e até aos supostos ofensores); a intocabilidade de algumas figuras da nossa sociedade vs a exposição levada quase à transparência de outras figuras e fenómenos; etc.).

violência doméstica, sendo considerado como uma forma de maus-tratos (Graham-Bermann, 1998) ou abuso infantil⁷, caracteriza-se por ser uma fonte de trauma (Dutton, 2000) e por ter um impacto negativo sobre as crianças⁸, constituindo-se como “*um ataque concreto por um adulto ao desenvolvimento do self e competência social da criança, uma amostra de um comportamento fisicamente destrutivo*” (Garbarino et al; in Sani, 2002, p. 100). Esta exposição surge então como uma experiência potencialmente muito perturbadora, ou dito de outro modo como uma fonte significativa de adversidade (Cummings, 1998) para a criança, passível de dar origem a uma panóplia de consequências.

Por tudo isto, o testemunho surge então como não sendo apenas isso, mas sim como um envolvimento de várias formas no incidente violento (Fantuzzo, Mohr & Noone, 2000), daí que consideremos que o conceito de exposição se revele mais expressivo, tal como já expusemos. Um outro aspecto pertinente que merece destaque é o da exposição à violência ser mais comum do que a experiência directa dos abusos (McCloskey, Figueredo & Koss, 1995), ainda que menos estudado. Ou seja, constitui-se como uma categoria que engloba os casos em que as crianças são alvo directo da violência física dos pais e os casos em que “apenas” os testemunham.

1. Elementos para a constituição de um cenário do fenómeno

1.1. “*A infância como o reino do ainda não*”⁹ - a vulnerabilidade das crianças na nossa sociedade

De um modo geral, a sociedade legitima a violência como um modo aceitável de comportamento (Malley-Morrison & Hines, 2004) e, especialmente no que toca a crianças, como um meio de controlo e disciplina (Richan, in Ohio Domestic Violence Network),

⁷ Ainda que não universalmente, ou seja, não se pode estabelecer uma relação directa ou causal entre violência familiar e ajustamento da criança. Isto porque os mecanismos através dos quais a criança é afectada pela violência conjugal são ainda pobremente entendidos, seguramente interagindo com a resiliência e as competências de coping da criança (Rosenberg; in Wolfe, Jaffe, Wilson & Zak, 1985). Verificam-se, assim, impactos distintos em termos de severidade e tipo de problemas (questões que iremos abordar posteriormente), com algumas das vítimas indirectas a serem profundamente afectadas e outras a sobreviverem relativamente ilesas (Margolin, 1998). A dificuldade de acesso a estas crianças contribui para a justificação desta, ainda, falta de conhecimento.

⁸ Aliás tal como todas as formas de abuso, entre os quais o emocional, o físico, o financeiro, o sexual e o abuso familiar e sobre os animais domésticos (Ohio Domestic Violence Network).

⁹ Martins, 2002, p. 18.

racionalizando-se esta violência, muitas vezes, enquanto acções “merecidas” e “disciplinares”, “para o próprio bem” da criança ou “em nome do amor” por esta (Ohio Domestic Violence Network), e assumindo-se como fazendo parte do seu processo de socialização (Casas; in Alberto, 2004).

As crianças constituem-se, então, com uma classe em desvantagem, desprovida de poder institucional, com menos direitos legais do que os adultos e ainda frequentemente consideradas como “propriedade” destes (Ohio Domestic Violence Network), numa sociedade que as “coisifica” como tal (Alberto, 2004). No seguimento desta desvantagem à partida, as crianças surgem na literatura como sofrendo mais vitimizações do que os adultos. Por exemplo, segundo o National Crime Survey de 1990 (NCS; Bureau of Justice Statistics, 1991; in Finkelhor & Dziuba-Leatherman, 1994), que nos remete para a realidade americana, as taxas de ataques, violação e roubo contra jovens com idades entre os doze e os dezanove anos são superiores duas a três vezes às relativas à população adulta no geral. A evidência desta desproporção seria ainda mais gritante se se conseguisse aceder aos números relativos à violência doméstica duma forma mais eficiente (Garbarino; in Finkelhor & Dziuba-Leatherman, 1994). Um aspecto interessante da vitimização de crianças é que estas sofrem certos tipos de violência que são significativamente negligenciados pelo olhar e filtro da criminologia tradicional. Exemplos incluem ataques a crianças por outras crianças¹⁰, espancamentos e outras formas de punição corporal, e abusos emocionais por pares (Finkelhor & Dziuba-Leatherman, 1994). Os motivos apontados por estes autores para este maior risco prendem-se com factores como a fraqueza física, a estatura inferior e o seu estatuto de dependência, estatuto este que cria um espectro de vulnerabilidade para uma série de actos de vitimização¹¹. Por outro lado, as crianças não têm capacidade para retaliar ou impedir actos de vitimização tão efectivamente quanto pessoas com mais força e poder. Também a tolerância social à vitimização de crianças cumpre aqui um papel importante, uma vez que muitos actos deste tipo escapam à atenção e acção das instituições que a sociedade tem para controlar os actos puníveis, como é o caso do sistema policial e de justiça criminal. Outro aspecto importante é que as crianças têm menos opção sobre as associações relacionais que estabelecem e sobre os contextos em que se movem, o que pode fazer com que se coloquem

¹⁰ A ideologia prevalecente tende a tratar estes ataques por pares como relativamente inconsequentes, no entanto, do ponto de vista da criança, não parece claro que ser atacado por um par seja menos traumático do que seria para um adulto (Greenbaum; in Finkelhor & Dziuba-Leatherman, 1994).

¹¹ A violação deste estatuto de dependência resulta em formas de vitimização como é o caso da negligência física (Finkelhor & Dziuba-Leatherman, 1994).

involuntariamente em maior risco de vitimização, tanto em termos de violência mais íntima quanto em termos de violência de rua (idem)¹². Para além de tudo isto, crenças erradas são, ainda muitas vezes, assumidas pela família, comunidade e sociedade de que as crianças não são afectadas pelo testemunho de violência nas suas vidas (Ohio Domestic Violence Network).

1.2. Recuando ao cenário de exposição: a violência doméstica¹³

“...encontrar e conquistar o amor, mantê-lo e desenvolvê-lo, apesar de e com a violência própria e do outro, eis uma tarefa que tem seguramente a ver connosco hoje, como ontem, como sempre.”

Amaral Dias, 2000.

Aprofundaremos um pouco a temática da violência doméstica pelo facto de considerarmos que isto acrescenta luz ao todo do fenómeno que pretendemos entender, contribuindo para a sua contextualização e, conseqüentemente, para uma compreensão mais aproximada da realidade. Até porque não é razoável ambicionar perceber o impacto de um fenómeno no desenvolvimento de uma criança/adolescente sem um real entendimento do fenómeno em si (Fantuzzo, Mohr & Noone, 2000), o que consideramos implicar recuar às várias faces do complexo cenário que o compõe.

A violência doméstica constitui-se como uma destas faces, tendo vindo a ser descrita como uma distorção de uma relação entre iguais (Schechter & Ganley, in Ohio Domestic Violence Network)¹⁴ e revelando-se uma forma de abuso psicológico da criança, ou dito de outro modo, um stressor traumático (Margolin, 1998). Segundo a OMS (in Manita, 2005), constitui um dos maiores problemas internacionais de saúde pública.

Para além da tentativa de definição, pensamos que a aproximação a este fenómeno deve passar pela distinção entre esta forma de violência e a violência entre estranhos e pela reflexão acerca da conseqüente diferença ao nível do impacto na(s) vítima(s) (tanto as designadas de directas, quanto as indirectas). Assim, a distinção de violência doméstica

¹² Parece pertinente ressaltar que a violência a que as crianças e jovens podem estar expostas não se limita ao interior das suas casas, estendendo-se à comunidade onde se inserem e aos mass media: a violência surge banalizada em jogos de computador, no desporto, nos brinquedos, nos anúncios e nas notícias e no jornalismo em geral.

¹³ Perspectivando este conceito de uma forma lata, como uma categoria que abrange o fenómeno dos maus-tratos.

¹⁴ Remetemos para o capítulo I no sentido de uma definição deste conceito.

relativamente à violência que ocorre entre estranhos passa sobretudo por dois aspectos, por um lado, pelo carácter de repetição na maior parte dos casos associado às relações pautadas por violência doméstica, e por outro, pela natureza de intimidade da relação entre agressor e vítima(s). A natureza desta relação, para além de facilitar o acesso do agressor à(s) vítima(s), possibilitando a perpetuação da situação de violência, atribui ao primeiro, ainda hoje, alguma legitimidade social para os actos de agressão (Schechter & Ganley, in Ohio Domestic Violence Network). Estes dois aspectos da frequente repetição da violência e da proximidade relacional do agressor à vítima, vão-se somar e agravar a complexidade e severidade dos efeitos da violência doméstica relativamente à violência entre estranhos (Ohio Domestic Violence Network).

Segundo o Conselho da Europa, *“a violência contra as mulheres no espaço doméstico é a maior causa de morte e invalidez entre mulheres dos 16 aos 44 anos, ultrapassando o cancro, acidentes de viação e até a guerra¹⁵”* (in II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica - 2003-2006, p.6). Esta referência (II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica - 2003-2006) concretiza que os indicadores existentes em Portugal apontam para que pelo menos cinco mulheres, em cada mês, morram por causas directas ou indirectas relacionadas com a violência doméstica (ainda que ressalvem o carácter pouco rigoroso destes dados, antes indicativo).

Em Portugal, no que toca ao ano de 2005, a APAV teve 12809 casos de violência doméstica reportados, sobressaindo as frequências de 32,5% de casos de índole psíquica e 32,2% de índole física.

Em termos de diferenças de género no fenómeno da violência doméstica, segundo o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e no panorama desta realidade, as mulheres têm menos probabilidade de ser vítimas de crimes violentos no geral, no entanto, têm mais probabilidade em cinco a oito vezes de serem vitimizadas por um companheiro íntimo do que os homens (U.S. Dept. of Justice, *“Violence by Intimates: Analysis of Data on Crimes by Current or Former Spouses, Boyfriends and Girlfriends”*, March 1998, in Ohio Domestic Violence Network). Em 1996, aproximadamente 1800 homicídios foram atribuídos a companheiros íntimos, e aproximadamente três em quatro destes, as vítimas eram mulheres (idem).

¹⁵ Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Recomendação 1582 (2002) I (I).

1.3. O mito do lar como lugar de protecção

Toda esta panorâmica da violência que pode ocorrer em casa, abala necessariamente o mito que a sociedade preserva, em termos da família e do lar como os símbolos de segurança e protecção. A família moderna constitui-se, paradoxalmente, como um lugar de afectos e um espaço de violência. Investigadores apontam mesmo para o quadro da família surgir hoje, para muitas mulheres e crianças como o mais violento grupo a que as pessoas pertencem e o lar como a instituição singular mais violenta da América (Straus et al.; in Ohio Domestic Violence Network), onde as pessoas correm o maior risco de serem atacadas e até assassinadas por elementos das suas próprias famílias (Bussert; Schechter & Ganley; e Walker; in Ohio Domestic Violence Network). Parece então ir havendo, nos dias de hoje, alguma tendência, algo extrema, para a substituição da imagem docilizada do lar, pela da casa como “*zona de guerra*” (paralelismo justificado pela imprevisibilidade dos ataques e consequentes sensações de perigo e incerteza) (Rossman & Ho, 2000), marcada por “*brigas constantes, silêncios audíveis e pouca alegria*” (Bermam, 2000, p.115). Percebe-se assim, actualmente, um fenómeno crescente de mediatização (quase um pânico moral¹⁶) relativamente ao espaço família, que se substancia numa quase passagem entre a perspectivação do lar como instituição impenetrável e intocável, para um local a expor aos olhos do Estado e dos seus dispositivos, e a controlar e bisturiar de perto, através das suas figuras de normalização das condutas, neste caso, parentais.

É, ainda, de todo pertinente salientar o facto dos protagonistas da violência doméstica corresponderem às figuras de protecção da criança, com as quais é mais provável que a criança se identifique e às quais a criança recorreria para pedir apoio (Margolin, 1998).

1.4. A violência doméstica: elementos para a contextualização da sua (ainda) legitimação

“A violência começa com nada e acaba com tudo.”

Canibal, 2003.

A mesma sociedade que hoje foca a sua atenção na necessidade de intervir dentro de portas (abrindo e expondo cada vez mais as mais frágeis e fechando e protegendo cada

¹⁶ Não no sentido ortodoxo do conceito mas num mais lato e abrangente...

vez mais as mais fortes, por meio de condomínios cada vez mais fechados) para evitar as situações de violência doméstica (de uma forma abrangente), mantém vigente, ainda que de forma mais diluída, a legitimação da violência como um meio de manter a ordem e o controlo, aceitando-a socialmente numa série de contextos e situações. Não é rara a verificação de situações em que os media legitimam a associação entre poder e agressão (Pepler, Catallo & Moore, 2000). As famílias, sistemas legais, instituições religiosas e sistemas educacionais (Garbarino, in Ohio Domestic Violence Network), transportam consigo atitudes e crenças culturais que legitimam actos de violência no primeiro contexto, assim como no grupo de pares (Astor, 1994). Por tudo isto, até há bem pouco tempo (se já o podemos dizer) era dada pouca atenção às situações de violência doméstica, verificando-se poucas consequências para os comportamentos abusivos que ocorriam dentro de portas (Pepler, Catallo & Moore, 2000).

A legitimação e o uso de violência, em particular no que concerne ao contexto doméstico, são uma marca na nossa História e Culturas, tendo uma longa estória que podemos fazer remontar aos tempos Bíblicos. Numa cultura em que as mulheres e crianças eram socializadas a se adequarem à atitude patriarcal que colocava na mão do homem o poder da família, comunidade e questões religiosas e políticas, as primeiras eram consideradas como propriedade legal dos homens. Este facto atribuía a estes o direito de “disciplinar” as mulheres como considerassem adequado. O direito do homem sobre a mulher não era apenas suportado pela religião como também pela lei: os tribunais Americanos e Ingleses mantiveram o direito do marido bater na sua mulher até ao século XIX¹⁷. Uma posterior interpretação da lei defendeu que os tribunais não tinham o direito de interferir nas brigas conjugais, a menos que a violência fosse extensiva (Walker; e Roy; in Ohio Domestic Violence Network).

1.5. Características comuns em agressores e mitos em torno destes

Ainda que ponhamos grandes reservas à perspectiva simplificada que reduz as complexas dinâmicas de relações violentas a uma dicotomia vítima(s)-agressor¹⁸, parece-nos importante incluir aqui uma breve sistematização de algumas características frequentemente encontradas nos agressores, que ajudam a explicar a perpetuação do

¹⁷ Com leis que defendiam que um homem podia bater na sua mulher com um pau com uma largura não superior à do seu dedo polegar (Ohio Domestic Violence Network).

¹⁸ Conforma será exposto no capítulo III.

fenómeno da violência doméstica, assim como a severidade das suas consequências. Outro aspecto que ajuda a explicar a perpetuação da violência doméstica é o facto das crianças, na maioria das culturas, serem ensinadas, implícita ou subtilmente, a não falarem sobre assuntos de família fora das suas casas (Ohio Domestic Violence Network). À questão da manutenção do segredo é dada, hoje, uma grande importância pela comunidade científica e técnica, que trabalha em torno da questão da violência doméstica.

Assim, de uma forma muito sintetizada¹⁹, as características comportamentais e atitudinais mais vulgarmente associadas aos agressores são: a imposição de um padrão de controlo sobre a(s) vítima(s) (em termos, por exemplo, de esferas como tomada de decisões e argumentos, responsabilidades domésticas, cuidado e atenção emocionais, relações sexuais, finanças, cuidados parentais e contactos sociais com o exterior); a crença de se ter direitos e privilégios especiais sem as responsabilidades recíprocas; egocentrismo e centração no próprio; a percepção de superioridade perante a(s) vítima(s); a percepção da(s) vítima(s) como um objecto de posse; a confusão entre amor e abuso (i.e., apresentação dos actos violentos como manifestações de amor); a manipulação; comportamentos e afirmações contraditórios; externalização da responsabilidade; negação, minimização e culpabilização da vítima; e, agressões “em série” (i.e., tendência para abusar mais do que uma mulher no decorrer da vida adulta de um agressor) (Bancroft & Silverman, 2002).

Especificamente no que se refere a características apresentadas na literatura como vulgares, nos agressores enquanto pais, podemos salientar aspectos como: autoritarismo; subenvolvimento, negligência e irresponsabilidade; diminuição da mãe; centração no próprio e manipulação e habilidade para agir sob observação (idem).

Para além destas características frequentemente referenciadas na literatura, convém mencionar, por outro lado, alguns mitos que existem em torno dos agressores, de forma bastante difundida, no sentido de contribuir para a clarificação desta complexa realidade. Estes prendem-se, por exemplo, com associações simplistas e erróneas dos agressores com padrões de abuso de substâncias e/ou problemas de saúde mental, assim como a percepção da violência e da criminalidade como generalizadas a outros contextos que não o familiar. Outra crença errada é a substantiação de estereótipos de raça, cultura e classe (ibidem).

¹⁹ Para um aprofundamento desta questão ver, por exemplo, Bancroft & Silverman, 2002.

1.6. Maus-tratos infantis: o espectro da violência a que as crianças e os adolescentes podem estar sujeitos

Nesta fase, surge como pertinente tentar fazer uma sistematização ou categorizar os vários tipos de violência que as crianças e os adolescentes podem sofrer, ainda que ressaltando o carácter algo artificial desta diferenciação, na medida em que é muito mais comum a co-ocorrência dos diferentes tipos de maus-tratos do que a verificação de casos puros, i.e., que se enquadrem de forma exclusiva numa categoria apenas. Tal como refere Martins (2002, p.88) *“a diferenciação de várias formas de maus-tratos reflecte a organização do pensamento necessária à compreensão e intervenção nas situações em que ocorrem, mais do que a realidade em si mesma”*.

Estimativas feitas a partir de um inquérito nacional a presidentes de Juntas de Freguesia e párocos, apontam para a existência de cerca de 30000 crianças vítimas de maltrato (Amaro; in Alberto, 2004).

Numa tentativa de conceptualizar maus-tratos, Alberto (2004, p.26) descreve o conceito como *“uma forma particular de violência, que apresenta algumas dificuldades de clarificação e consenso, em função das diferenças socioculturais e dos próprios referenciais pessoais. O que para uns indivíduos e grupos socioculturais pode constituir formas de educação e disciplina, para outros pode ser identificado como formas de maltrato, e vice-versa.”*. Ainda assim tentaremos fazer um breve levantamento de algumas das definições que aparecem na literatura. Em 1985, o Parlamento Europeu define como mau-trato infantil *“qualquer violência não ocasional ou a privação de cuidados, da responsabilidade dos pais ou outros responsáveis por uma criança, que afecte a sua integridade física e psicológica, lesando-a fisicamente, dificultando o seu desenvolvimento, ou, em última instância, causando-lhe a morte”* (Roig & Ochotorena; in Martins, 2002, p.34). Alberto opta por uma definição que considera mais alargada que descreve o maltrato como compreendendo *“todas as acções dos pais, familiares ou outros que provoquem um dano físico ou psicológico, ou que, de algum modo, lesionem os direitos e necessidades da criança no que diz respeito ao seu desenvolvimento psicomotor, intelectual, moral e afectivo. Compreende ainda a negligência definida como o conjunto de carências de ordem material e/ou afectiva que lesionem igualmente os direitos e as necessidades psicoafectivas e físicas da criança”* (Coimbra, Montano & Faria; in Alberto, 2004, p.26). Outra definição que Martins apresenta refere que *“mau-trato infantil é uma designação sumativa, que abarca um espectro de diferentes tipos de comportamentos*

abusivos e negligentes (Daro, 1988; Mrazek, 1993), configurados por uma diversidade de situações; ainda assim, todas elas partilham as seguintes características (Arruabarrena, Paúl e Torres, s/d): são expressão dos problemas dos adultos que maltratam; interferem negativamente na vida das crianças; quanto mais grave e duradoira for a situação, mais negativos são os seus efeitos” (Martins, 2002, p.49 e 50). Verifica-se assim que todas estas definições acabam por se aproximar umas das outras por partilharem entre si uma constelação de sobreposições, variando em pequenas nuances que acrescentam ou salientam, nenhuma delas saturando o fenómeno e esgotando-o na sua amplitude até porque “não é possível uma definição única, global e consensualmente aceite, uma vez que as diferenças culturais nos cuidados à criança inviabilizam uma definição universal de maltrato” (Gelles; in Alberto, 2004, p.27).

Partindo deste leque de definições podem-se estabelecer várias categorizações das várias formas que os maus-tratos a crianças podem assumir. Martins (2002) numa breve retrospectiva da literatura apresenta várias organizações das categorias, segundo diferentes investigadores, numa lógica de progressiva afinação. Assim, começa por apresentar a distinção entre duas grandes categorias: o abuso e a negligência, que segundo Wolfe (in Martins, 2002) representariam diferentes formas de disfuncionamento na família, com impacto diferencial no desenvolvimento e funcionamento das crianças. Seguindo-se a esta categorização mais “grossa” ou lata, surge uma outra forma de organizar as categorias, segundo autores como Gracia & Musitu (cit. in Martins, 2002) que consiste na distinção, não de duas mas de três grandes categorias de maus-tratos, a saber: físicos, psicológicos e sexuais. Desloca-se assim a tónica do carácter activo ou passivo dos maus-tratos para o nível de funcionamento do indivíduo mais explicitamente em causa²⁰. De seguida, a autora apresenta a proposta do National Research Council (cit. in Martins, 2002) que introduz na última a negligência, distinguindo-a, deste modo, do abuso. Por fim, a autora termina a sua retrospectiva com a proposta de Starr, Dubowitz & Bush (in Martins, 2002) que afinam as duas grandes categorias apresentadas de início, nas suas várias sub-categorias, distinguindo assim, dentro dos abusos, os de tipo físico, psicológico e sexual, e dentro da negligência, igualmente, a física e a psicológica. Percebe-se, com esta grelha a tentativa de conciliar as duas tónicas distinguidas em cima.

²⁰ Mais explicitamente na medida em que não será cristalino que o nível de funcionamento em causa em cada categoria seja apenas ele próprio, i.e., por exemplo que no caso dos abusos físicos seja apenas o nível físico que esteja em causa. Aponta-se para, como veremos de seguida e como parece fazer bastante mais sentido, um entrançamento dos níveis afectados de acordo com as características da própria situação e dos sujeitos em causa (abusador e vítima), entrançamento onde a categoria dos maus-tratos psicológicos ou emocionais frequentemente se acresce.

Já outra autora (Alberto, 2004) chegou a outra retrospectiva distinta desta, salientando as propostas de três investigadores: Ajuriaguerra, Plougmand e Bruynooghe. O primeiro distingue quatro categorias de maltrato infantil em função da idade, da relação com o agressor e da natureza da violência, nomeadamente o infanticídio (que inclui o neonaticídio, o filicídio e o infanticídio não filicida), a pedofilia, o incesto e a rapto (Ajuriaguerra; in Martins, 2004). Percebe-se, por parte do autor, uma valorização dos tipos de maus-tratos mais extremos em termos de consequências, e quase consensuais em termos de desaprovação cultural²¹. Deixa, assim, a descoberto vários tipos, menos consensuais culturalmente, conotados como menos aberrantes e consequentemente menos salientes e visíveis. O segundo autor faz uma distinção mais pormenorizada, falando de oito categorias: violência física activa, violência física passiva, violência mental activa, violência mental passiva, sevícias sexuais, violência médica, tortura e violência da sociedade contra as crianças (Plougmand; in Alberto, 2004). Direcção, como se vê, o seu olhar para vários tipos de violência muito distintos, contemplando quer os níveis de funcionamento envolvidos/afectados, quer o carácter passivo ou activo de violência, quer graus de severidade distintos e origens da violência. Por último apresentamos a proposta do Bruynooghe, apesar de ser a primeira que Alberto descreve, uma vez que é aquela que a autora agarra para aprofundar cada um dos seus tipos, por considerar que esta preenche os requisitos de simplicidade e divulgação mais generalizada. Aquele investigador estabelece duas grandes categorias – os abusos de carácter passivo e os abusos de carácter activo – abrindo cada uma destas em dois tipos, respectivamente, negligência e abandono por um lado, e abuso físico e sexual, por outro. Alberto acrescenta o abuso psicológico (emocional) enquanto categoria independente mas que se pode enquadrar em qualquer um dos quatro tipos anteriores (cf. nota de rodapé 19). Optaremos por usar a designação abuso psicológico, sem a mesclar com o emocional, por considerarmos que o psicológico não se reduz ao emocional, antes englobando também, para além deste nível, o cognitivo e o afectivo (cit. Hart, Brassard & Karlson; e O'Hagan; in Martins, 2002)²².

O fenómeno de que trata a presente investigação, ou seja, a exposição de crianças e adolescentes a violência doméstica, enquadra-se, à partida, nesta categoria dos maus-tratos psicológicos. À partida porque, tal como explicado anteriormente, a existência de grelhas de diferentes categorias não reflecte tanto a realidade, quanto uma necessidade

²¹ Ainda que este consenso se prenda a este tempo e a este espaço, uma vez que o infanticídio foi em alguns momentos e culturas uma prática normalizada.

²² No entanto, há muitos autores que não fazem esta distinção, fundamentando essa opção de diferentes modos (cf. Martins, 2002, p.110-113).

organizativa, ou seja, as diferentes categorias não espelham vivências que se excluem necessariamente entre si, mas antes que, na maior parte das situações, se sobrepõem. A própria opção pela expressão “exposição a situações de violência doméstica” acaba por permitir esta protecção, em termos de rigor do que está em causa na presente investigação, ou seja, situações em que as crianças estejam expostas a situações de violência doméstica, não implica que não sejam vítimas de outros tipos de violência, nomeadamente na maior parte dos casos, de violência física.

Apesar então do enquadramento do fenómeno em causa nos maus-tratos psicológicos não ser linear, parece pertinente tentar conceptualizar esta designação. Assim, nos maus-tratos psicológicos circunscrevem-se *“os comportamentos passivos ou activos com efeitos prejudiciais sobre o desenvolvimento psicossocial da criança, entre o que costuma citar-se a auto-estima, a estabilidade emocional e a capacidade de estabelecer relações interpessoais gratificantes”* (Casas; in Martins, 2002, p.112). Também este conceito não se traduz numa forma consensual e simples, antes dispersando-se por uma variedade de definições inconsistentes, contraditórias e pouco claras (Martins, 2002) e sofrendo do maior número de problemas de definição e conceptualização de todos os tipos de maus-tratos (Malley-Morrison & Hines, 2004). A complexidade desta definição não será alheia ao seu carácter mais abstracto do que os maus-tratos físicos, assim como à *“ausência de evidências físicas inequívocas e à incapacidade das crianças, em muitos casos, de se manifestarem ou terem consciência da sua ocorrência”* (cit. Erickson & Egeland; in Martins, 2002, p.112). Importa, antes de avançar, salientar que, apesar de haver a teoria implícita de que os maus-tratos físicos e sexuais são mais graves no seu impacto do que os psicológicos, estudos demonstraram que pessoas que vivenciaram abusos físicos e emocionais por parte dos seus cuidadores, consistentemente afirmaram ter-se sentido mais afectados pelos traumas psicológicos do que pelos traumas físicos (Jurich; in Malley-Morrison & Hines, 2004).

2. A situação de exposição de crianças e adolescentes à violência doméstica

“As crianças precisam de se sentir seguras em casa para desenvolverem um sentido positivo de self, necessário ao seu crescimento enquanto adultos saudáveis, produtivos e carinhosos; as crianças precisam de se sentir seguras nas suas comunidades para serem capazes de explorar e desenvolver relações com outras pessoas, e as crianças precisam de se sentir seguras na escola para serem capazes de aprender com sucesso.”

National Association for the Education of Young Children, in Osofsky, 1998.

2.1. As várias formas de vitimização na situação de exposição a violência doméstica

Abandonando a grelha brevemente explorada das categorias de maus-tratos a que as crianças e adolescentes podem estar sujeitas, depois de termos esperado que ela tenha sido mais um contributo para enriquecer e substanciar todo o vasto cenário que enquadra o fenómeno sobre o qual nos debruçamos, centrar-nos-emos na própria situação de testemunho de violência doméstica, nomeadamente nas formas de violência que as crianças podem testemunhar, num lar onde ocorram episódios de violência doméstica e, nos modos em como esta pode vitimizar as crianças.

As formas de violência que as crianças podem testemunhar num lar onde ocorram episódios de violência doméstica incluem uma vastidão de situações: ameaças de vários tipos (por exemplo, à integridade da família ou dos animais domésticos), agressões físicas a progenitor, irmão ou animais domésticos (como empurrões, arremesso de objectos, destruição de bens, pontapés, espancamentos, choques, queimaduras, etc.), insultos, intimidação, assédio, uso de armas, coerção sexual, destruição de propriedade (Browne e Walker; in Ohio Domestic Violence Network), violação de progenitor, abuso sexual de irmão(s), exposição aos resultados do(s) ataque(s) (nódoas negras, roupas rasgadas, mobília partida, etc.), homicídio de um familiar ou morte de um animal doméstico (Ohio Domestic Violence Network).

Paralelamente a estes exemplos do que podem testemunhar e viver as crianças expostas a violência doméstica, a literatura científica descreve uma variedade de formas de

maus-tratos psicológicos que elas podem sofrer directamente²³, desde o terror que pode decorrer de ouvir e ver as interacções violentas, até serem denegridas, rejeitadas, destituídas de respostas emocionais adequadas por parte dos pais/cuidadores (Geffner; in Holden, Stein, Ritchie, Harris & Jouriles, 1998), sofrer privações alimentares e de abrigo devido a abusos financeiros, serem vítimas de isolamento juntamente com o progenitor abusado (não ter autorização para participar em actividades de pares ou amigos), ser-lhes dito que são maus e que são os causadores das agressões à vítima, envolver as crianças no abuso de um familiar, outra criança ou animais domésticos, serem sujeitas a interrogatórios acerca das actividades da vítima; serem feitas reféns, etc. (Ohio Domestic Violence Network). Para além destas formas de maus-tratos psicológicos, não é raro (tal como já referido em cima) que as crianças sejam elas próprias “*recipientes de abusos físicos*” (Holden, Stein, Ritchie, Harris & Jouriles, 1998, p. 289). As estimativas apontam para valores na ordem dos 59% de crianças de mulheres vítimas de violência doméstica, que são também elas agredidas (Appel, Angelelli & Holden; in idem).

2.2. Incidência e prevalência da exposição de crianças e adolescentes a violência doméstica

A infância, representada no imaginário colectivo dos adultos como sendo um tempo de inocência, diversão e livre de preocupações, pode então substanciar-se, por outro lado, num tempo de perigo, de imprevisibilidade e de medo (Ohio Domestic Violence Network). As crianças podem estar expostas a violência, todos os dias, tanto nas suas casas, quanto nas ruas (Osofsky; e Osofsky & Fenichel; in Osofsky, 1998).

Em particular o testemunho de violência entre os pais surge na literatura como um acontecimento particularmente insidioso, frequentemente recorrente e crónico e na maior parte dos casos acontecendo em casa, o lugar por excelência associado com a segurança e protecção da criança (Margolin, 1998). Determinar quanta da violência que ocorre em lares violentos é testemunhada pelas crianças é uma tarefa difícil (idem) (há estimativas muito diferentes consoante os estudos), ao que se acrescenta o facto dos dados mais frequentemente citados se referirem à realidade americana, não havendo ainda muitas estimativas relativas à nossa realidade²⁴. Para além desta questão, salientamos o facto de

²³ Que serão explorados posteriormente no sub-capítulo que se segue.

²⁴ As estimativas mais citadas em termos de incidência do fenómeno são as de Bonnie Carlson baseadas em inferências a partir de dados do First National Family Survey que apontam para que pelo menos 3,3 milhões

que apesar destes números permitirem alguma ilustração do tamanho do fenómeno, têm, efectivamente, um potencial de pouca clareza, precisão e definição pelo facto de não carregarem consigo as conceptualizações que lhes estão na base²⁵. Daí não termos atribuído grande relevância a esta questão da incidência e prevalência do fenómeno.

2.3. Efeitos directos e indirectos da exposição a violência doméstica

Tal como tem sido enunciado, a investigação na área do testemunho de situações de violência doméstica em crianças trouxe informação descritiva e evidências empíricas, que sugerem que estas crianças são afectadas pelos estrilhos da discórdia familiar, estando em risco de desenvolver problemas sérios, em termos de consequências a curto e a longo prazo²⁶ (Margolin, 1998), ao nível das suas trajectórias desenvolvimentais (Sani, 2002).

Segue-se uma retrospectiva sobre o que a investigação nos diz, no que respeita ao impacto nas crianças e adolescentes, daquele tipo de violência, nomeadamente em termos dos seus efeitos directos e indirectos.

- Efeitos directos -

O testemunho de violência por si só é suficiente para desencadear em algumas crianças sintomatologia desadaptativa (Sani, 1999a), sendo que estes efeitos surgem como mais devastadores quando a violência ocorre no interior da família. Pynoos & Eth (in Margolin, 1998) referem que apesar do testemunho directo de qualquer tipo de violência ser traumático para a criança, o testemunho de violência sobre um dos pais e

de crianças entre as idades dos 3 e 17 anos estejam expostas, anualmente, a violência familiar nos Estados Unidos (Holden, 1998). No entanto, a autora considera que esta é uma sub estimativa da realidade. Neste mesmo sentido, vai a estimativa proposta por Murray Straus, a partir do Second National Family Survey, que aponta para o valor de 10 milhões de crianças expostas a violência conjugal (idem). Dutton (2000) apresenta a revisão de estudos de Jaffe, Wolfe & Wilson que também falava de níveis de observação ainda superiores aos de Carlson – 68% a 80%. Na revisão de literatura do seu artigo, os autores Henning, Leitenberg, Coffey, Bennett & Jankowski, apontam valores compreendidos entre os 9%-27% de adultos que se recordam de testemunharem conflito físico entre os seus pais durante a infância (DeMaris; Forsstrom-Cohen & Rosenbaum; Henning, Leitenberg, Coffey, Turner & Bennett; Kalmuss; Knutson & Mehm; e Strauss; in Henning, Leitenberg, Coffey, Bennett & Jankowski, 1997). No que toca à realidade canadiana e segundo Kincaid (in Pepler, Catallo & Moore, 2000) baseado no Statistics Canada de 1994, estima-se que cerca de um terço das mulheres tenha experienciado violência por parte do seu companheiro actual ou anterior(es) e que, como a maioria destas tem filhos, cerca de três a cinco crianças em cada sala de aula canadiana tenha sido exposta a violência doméstica. Em termos de prevalência do fenómeno, Margolin (1998) refere que Straus aponta para valores no mínimo triplos aos das taxas anuais, acrescentando projecções no sentido da exposição repetida a situações de violência entre os pais, em um terço dos casos.

²⁵ Cf. capítulo III.

²⁶ Hughes & Luke (1998) desenvolveram um estudo recorrendo a escalas de auto-relato no sentido de avaliar problemas comportamentais, níveis de ansiedade, auto-estima e sintomas depressivos em crianças testemunhas de violência doméstica, chegando aos resultados de 40% de crianças afectadas ao nível daquelas dificuldades e 60% não afectadas ou com dificuldades moderadas.

particularmente nas mãos do outro, é ainda pior. Há vários estudos que apontam para uma grande semelhança ao nível dos problemas comportamentais e/ou emocionais, relacionados com os efeitos da exposição de violência de um dos pais sobre o outro, e os da violência dos progenitores sobre as crianças (e.g. Jaffe, Wolfe, Wilson & Zak; e Taussing & Litrownik; in Sani, 1999a; e Wolfe & Mosk; in Pepler, Catallo & Moore, 2000).

Estudos com crianças que acompanharam as mães para lares para mulheres batidas, sugerem evidências quanto à existência de efeitos destrutivos da exposição a violência conjugal, mesmo quando outros factores de risco são controlados²⁷ (Margolin, 1998). A discórdia conjugal surge mesmo na literatura como sendo o melhor predictor de problemas comportamentais na infância (Gottman & Katz, 1989), aparecendo, sobretudo quando atinge níveis de conflito físico, associada a maiores níveis de stress psicológico, problemas comportamentais²⁸ (Jaffe, Wolfe & Wilson; in Henning, Leitenberg, Coffey, Bennett & Jankowski, 1997), níveis inferiores em competência social (quando comparados com o grupo de controlo) (Wolfe, Jaffe, Wilson & Zak, 1985; Barnett, 1997) e dificuldades de ajustamento a curto ou médio prazo²⁹ (Fergusson & Horwood, 1998; Grych, Seid & Fincham, 1992; Wolfe, Jaffe, Wilson & Zak, 1985).

Aponta-se assim, de forma muito generalizada na literatura, para um risco de maiores níveis de desordens tanto de externalização como de internalização (Davies & Cummings; Emery; Grych & Fincham; e Katz & Gottman; in Cummings, 1998; e Fantuzzo et al; Holden & Ritchie; Hughes, Vargo, Ito & Skinner; Jaffe, Wolfe, Wilson & Zak; McCloskey et al; O'Keefe; e Wolfe et al; in Margolin, 1998).

Barnett, Miller-Perrin & Perrin (in Holden, 1998), fizeram uma síntese dos problemas que as crianças expostas a violência conjugal exibem, apontando para o facto destes efeitos não se limitarem a um funcionamento comprometido em termos de saúde

²⁷ Os efeitos da violência marital também foram demonstrados após se controlar variáveis demográficas associadas ao risco em crianças, como o estatuto do pai ou estatutos minoritários (O'Keefe; in Margolin, 1998).

²⁸ Num estudo de Wolfe, Jaffe, Wilson & Zak (1985), entre uma amostra de 102 crianças oriundas de famílias violentas, 34% dos rapazes e 20% das raparigas correspondiam à categoria clínica de problemas de comportamento. Numa retrospectiva posterior de McDonald & Jouriles (in Holden, 1998) a percentagem média de crianças a atingir o nível clínico de problemas comportamentais é de 40% (estudos oscilando entre percentagens de 25% a 70%), significativamente superior às taxas dos grupos de comparação que rondam os 10%.

²⁹ Emery (in Wolfe, Jaffe, Wilson & Zak, 1985) numa revisão da literatura, concluiu que o desenvolvimento destes problemas de ajustamento tem uma maior relação com o nível de conflito testemunhado pela criança do que a separação parental ou a perda de um destes elementos *per se*.

mental³⁰, como também se estenderem a problemas de ordem comportamental, de saúde, escolares e de interacção social. Basicamente, as sequelas da exposição de crianças a violência entre os pais são tão diversas e multifacetadas que Margolin (1998) refere mesmo que virtualmente todos os sintomas infantis lhes foram associados.

Segue-se a dita síntese e um levantamento, que efectuamos, de vários autores que corroboram os diversos efeitos:

³⁰ Fantuzzo & Lindquist (in Graham-Bermann, 1998) apontam para os 30% a 40% de crianças expostas a violência conjugal, como em risco de desenvolvimento de psicopatologia manifestado em vulnerabilidades a curto, médio e longo prazo.

Categoria	Sintoma(s)	Autores que corroboram os sintomas
DDAH		- Hughes; Jaffe, Wolfe, Wilson & Zak; e Moore & Pepler; in Pepler, Catallo, & Moore, 2000; - Maker, Kimmelmeier & Peterson, in Faller, 2003.
Problemas de externalização	agressividade	- Christopoulos et al.; Jaffe, Wolfe, Wilson & Zak; e Wolfe, Jaffe, Wilson & Zak; in McCloskey, Figueredo & Koss, 1995; - Cummings, 1998; - Dumas, Margolin & John; Emery; e Holden & Ritchie; in Rossman & Ho, 2000; - Graham-Bermann, 1998; - Green; in Dutton, 2000; - Johnston, Gonzalez & Campbell; in Snyder, 1998; - Jouriles & Norwood; e McCloskey, Figueredo & Koss; in Holden, 1998; - Kolbo, Blakely & Engleman; Gleason; e Jaffe, Wolfe & Wilson; in Bancroft & Silverman, 2002; - Parke & Slaby; Patterson; e Widow; in Margolin, 1998; - Pepler, Catallo & Moore, 2000; - Sani, 1999a.
	uso de álcool e drogas	- Kolbo, Blakely & Engleman; Gleason; e Jaffe, Wolfe & Wilson; in Bancroft & Silverman, 2002.
	sentimentos de raiva	- Barnett; Kerouac, Taggart, Lescop & Fortin; in Ohio Domestic Violence Network; - Laumakis, Margolin & John, 1998.
	desordens comportamentais	- Bancroft & Silverman, 2002; - Carlson; Hilberman & Munson; in McCloskey, Figueredo & Koss, 1995; - Davies & Cummings; in Cummings, 1998; - Gottman & Katz, 1989; - Graham-Bermann, 1998; - Johnson & O'Leary; e Jouriles, Murphy & O'Leary; in Snyder, 1998; - Ohio Domestic Violence Network; - Rossman & Rosenberg; e Sternberg et al.; in Rossman & Ho, 2000; - Sani, 1999a.
	crudeldade para com animais	- Pepler, Catallo & Moore, 2000.
Problemas de internalização	padrões de destruição	
	inconformismo (<i>noncompliance</i>) e comportamentos de oposição	- Holden & Ritchie; Jouriles & Norwood; e McCloskey, Figueredo & Koss; in Holden, 1998; - Jouriles & Farris; in Snyder, 1998.
	ansiedade	- Bancroft & Silverman, 2002; - Barnett; in Ohio Domestic Violence Network; - Christopoulos et al.; in McCloskey, Figueredo & Koss, 1995; - Cummings, 1998; - Holden & Ritchie; Jouriles & Norwood; e McCloskey, Figueredo & Koss; in Holden, 1998; - Maker, Kimmelmeier & Peterson; in Faller, 2003; - Margolin, 1998; - Pepler, Catallo & Moore, 2000; - Sani, 1999a.
	depressão	- Barnett; in Ohio Domestic Violence Network; - Holden & Ritchie; Jouriles & Norwood; e McCloskey, Figueredo & Koss; in Holden, 1998; - Hughes; Jaffe, Wolfe, Wilson & Zak; e Moore & Pepler; in Pepler, Catallo & Moore, 2000; - Johnston et al.; e Peterson & Zill; in Snyder, 1998; - Kolbo, Blakely & Engleman; Gleason; e Jaffe, Wolfe & Wilson; in Bancroft & Silverman, 2002; - Maker, Kimmelmeier & Peterson; in Faller, 2003.
	sobredependência	
	medos	- Davies & Cummings; in Margolin, 1998; - Fantuzzo, Mohr & Noone, 2000; - Kerouac, Taggart, Lescop & Fortin; in Ohio Domestic Violence Network; - Laumakis, Margolin & John, 1998; - Margolin, 1998; - Sani, 1999a.
	baixa auto-estima	- Barnett; e Walker; in Ohio Domestic Violence Network; - Bishop & Ingersoll; in Snyder, 1998; - Hughes; Jaffe, Wolfe, Wilson & Zak; in Pepler, Catallo & Moore, 2000; - Hughes & Barad; in McCloskey, Figueredo & Koss, 1995.
	passividade	
	isolamento	- Barnett; in Ohio Domestic Violence Network; - Gleason; in Bancroft & Silverman, 2002; - Long, Slater, Forehand & Fauber; in Snyder, 1998.
	tristeza	- Barnett; e Kerouac, Taggart, Lescop & Fortin; in Ohio Domestic Violence Network; - Laumakis, Margolin & John, 1998; - Rossman, 1998.
Problemas sociais	auto-culpabilização	- Barnett; e Kerouac, Taggart, Lescop & Fortin; in Ohio Domestic Violence Network; - Grych, Seid & Fincham, 1992; - Pepler, Catallo & Moore, 2000; - Sani, 1999a.
	timidez	- Barnett; in Ohio Domestic Violence Network.
	ansiedade, flashbacks, hipervigilância, culpa, pesadelos, perturbações do sono e embotamento afectivo	- Arroyo & Eth; Jaffe, Sudermann & Reitzel; e Peled, Jaffe & Edelson; in Kerig, Fedorowicz, Brown & Warren, 2000; - Kilpatrick & Williams, 1998; - Landis & Lehmann; in Dutton, 2000; - Margolin, 1998; - Ohio Domestic Violence Network; - Pynoos & Eth; in McCloskey, Figueredo & Koss, 1995; - Rossman, 1998; - Rossman & Ho, 2000.
	comportamento social	- Emery & O'Leary; Peterson & Zill; e Burman, John & Margolin; in Snyder, 1998; - Graham-Bermann, 1998.
	crença na violência nas relações	- Carlson; Jaffe, Wilson & Wolfe; in Faller, 2003; - Graham-Bermann & Levendosky; in Graham-Bermann, 1998; - Jaffe, Wolfe & Wilson; in Ohio Domestic Violence; - Massachusetts Coalition of Battered Women Service Groups; in Osofsky, 1998; - Pepler, Catallo & Moore, 2000; - Wolfe, Wekerle, Reitzel & Gougol; in Margolin, 1998.
Problema escolares	deficits nas competências sociais	- Barnett, 1997; - Dawud et al.; Pepler & Moore; e Rossman, Bingham & Emde; in Rossman & Ho, 2000; - Edelson; in Faller, 2003; - Pepler, Catallo & Moore, 2000; - Peterson & Zill; in Snyder, 1998; - Rosenberg, in McCloskey, Figueredo & Koss, 1995; - Sani, 1999a; - Wolfe, Zak, Wilson & Jaffe, 1985.
	baixa empatia	- Hinchey & Gavelek; in Margolin, 1998; - Sani, 1999a.
	competências pobres de resolução de problemas	- Rosenberg; in Rossman & Ho, 2000; - Sani, 1999a; - Walker; in Ohio Domestic Violence Network.
	performance académica pobre	- American Psychiatric Association; e Kinzie, Sack, Angell & Clarke; in Kilpatrick & Williams, 1998; - Patterson, DeBaryshe & Ramsey; in Pepler, Catallo & Moore, 2000; - Rossman et al.; e Wolfe & Mosk; in Rossman & Ho, 2000; - Sani, 1999a.
	comportamento desadequado	
Outros	absentismo	
	ansiedade de separação	- Pepler, Catallo & Moore, 2000.
	transmissão intergeracional de violência	- Bell; in Osofsky, 1998; - Cappel & Heiner; Dumas, Margolin & John; Hotaling & Sugarman; in Margolin, 1998; - Carlson; e Stacey & Schupe; in Ohio Domestic Violence Network; - Kalmuss; Strauss, Gelles & Steinmetz; in Hemming, Leitenberg, Coffey, Bennett & Jankowski, 1997; - Kaufman & Zigler; in Grych, 1998; - Lisak, Hopper & Song; in Dutton, 2000; - Margolin, 1998; - Silverman & Williamson; e Hotaling & Sugarman; in Bancroft & Silverman, 2002; - Strauss, Gelles & Steinmetz; in Wolfe, Jaffe, Wilson & Zak, 1985.
	desordem obsessivo-compulsiva	
	problemas somáticos (dores de cabeça, dores de barriga, enurese, perturbações do sono)	- Barnett; in Ohio Domestic Violence Network; - Eth & Pynoos; in Kilpatrick & Williams, 1998; - Margolin, 1998; - Pepler, Catallo & Moore, 2000.

Desenvolveremos brevemente, de seguida, esta questão dos efeitos ou das consequências da exposição a violência conjugal, pela centralidade deste campo, para o nosso trabalho, tanto em termos de outros efeitos sugeridos, quanto em termos da explicação da complexidade de alguns dos já expostos, nesta síntese de Barnett, Miller-Perrin & Perrin (in Holden, 1998).

Pepler, Catallo & Moore (2000) acrescentam outros problemas de externalização, para além daqueles, como impulsividade, conflitos com irmãos e pares e comportamentos de ameaça.

Em termos escolares, há várias formas de como uma criança pode ver afectado o seu progresso académico, pela exposição a violência entre os pais. Frequentemente estas crianças denotam em termos comportamentais a sua raiva, medo e dor no contexto escolar. Estes problemas comportamentais afectam o seu próprio progresso académico mas interferem também com a aprendizagem da classe (Patterson, DeBaryshe & Ramsey; in idem). No entanto, se, por outro lado, as consequências forem mais no sentido da introversão e do isolamento, as crianças manter-se-ão invisíveis, i.e., não identificáveis. Kates & Pepler (in Pepler, Catallo & Moore, 2000) referem que a extensão dos problemas das crianças ao funcionamento na escola, relacionados com os efeitos da exposição a violência doméstica, passam por dificuldades de atenção e de permanência na tarefa, falhas devido a níveis de concentração pobres, que se podem dever a preocupações para com o bem-estar da vítima das agressões, ou aos problemas de internalização que experienciam, substanciados, não raras vezes, em doença. Associado a este contexto está o isolamento frequente destas crianças e adolescentes em relação aos seus pares, e as interacções pobres que, então, mantêm com eles (Gottman & Katz, 1989), muitas vezes relacionados também com os pensamentos intrusivos relacionados com o bem-estar da vítima. A exposição a violência durante a infância pode, então, afectar a qualidade e mesmo quantidade das relações com outros. Pepler, Catallo & Moore (2000) falam do isolamento social que caracteriza estas crianças e adolescentes, não raras vezes. Em particular em idades precoces, este isolamento faz com que as crianças não beneficiem das aprendizagens importantes que são feitas em grupo e em interacção, podendo, posteriormente, prever dificuldades de aceitação pelos pares (Gottman & Katz, 1989) e adaptação aos contextos sociais. A qualidade da relação mantida com a mãe, nesta fase precoce e crítica, vai ter implicações na capacidade da criança desenvolver relações com pares, apropriadas à sua idade (Kerns & Barth; e Putallaz & Constanzo; in Graham-Bermann, 1998). Segundo

Graham-Bermann, Levendosky & Lynch (in Graham-Bermann, 1998), os filhos de relações violentas passariam menos tempo com os amigos, teriam menos probabilidade de ter um “melhor amigo” e teriam amizades qualitativamente piores, nomeadamente com mais interações negativas.

Em termos dos **efeitos emocionais e de internalização**, investigadores disseram que estas crianças sofrem de profundos sentimentos de perda e confusão (Kerouac, Taggart, Lescop & Fortin; e Barnett; in Ohio Domestic Violence Network). Segundo Margolin (in Sani, 1999a, p.250) a violência entre os pais “*ao transformar o lar num ambiente perigoso e imprevisível cria para a criança um mundo que é confuso, assustador e pouco seguro*”. Estas crianças são descritas como experienciando as várias formas de violência entre os pais como se fossem infligidas em si mesmas (Jaffe, Wolfe & Wilson; in Ohio Domestic Violence Network). A vulnerabilidade e o medo, por elas próprias, pelos seus irmãos, pelas suas mães e pelos animais domésticos (Ohio Domestic Violence Network; e Fantuzzo, Mohr & Noone, 2000) são sinais expressivos dos efeitos possíveis da exposição a violência entre os pais. Pepler, Catallo & Moore (2000) falam das questões de controlo, questão a que é dado bastante relevo, assim como ao sentimento de culpabilidade. As crianças expostas a violência entre os pais culpam-se frequentemente pelos episódios, quer pela incapacidade para lhes por cobro, quer pela sua origem, quando pouco podem fazer para parar a violência. Podem, por isto, desenvolver um sentido de ausência de poder e um sentimento de incompetência na prevenção de violência (Compton & Galaway; in Ohio Domestic Violence Network). Grych, Seid & Fincham (1992) enfatizam a importância desta questão ao afirmar, no seu estudo, que a relação entre conflito conjugal e problemas de internalização depende do grau em que a criança se sente ameaçada e se culpa quando ocorre o conflito, e não tanto da exposição ao conflito *per se*. Por outro lado, ainda em termos da questão do controlo, assumem, frequentemente, uma responsabilidade parental considerável para manter a aparência de ordem nos lares (Pepler, Catallo & Moore, 2000).

Há uma série de reacções emocionais que aparecem nos estudos como comuns em crianças e adolescentes expostos a violência conjugal. Estes são descritos como mais stressados (Cummings et al.; in Margolin, 1998), preocupados, ansiosos e necessitados de apoio (Cummings, Pellegrini & Notarius; e Cummings; in Margolin, 1998). As reacções associadas especificamente aos episódios de conflito são de se zangarem, parecerem tristes ou assustados, abandonarem o espaço (Garcia, O’Hearn, Margolin & John, in Margolin, 1998), chorarem, exprimirem raiva, rigidificarem, pedirem para sair das divisões.

Descrevem como associados a estes episódios de conflito entre os pais, sensações de desconforto e ansiedade, ou exprimem tristeza, medo, culpa, vergonha ou preocupação, podendo ainda reagir em termos de indicadores fisiológicos ou tornarem-se agressivos (Cummings, 1998). São, não raras vezes, compelidos a interferir ou tornarem-se activamente envolvidos nos conflitos parentais (Cummings et al.; O'Brien et al.; in Margolin, 1998), mediando-os ou confortando os pais (Cummings; El-Sheikh, Ballard & Cummings; Emery, Fincham & Cummings; Jouriles, Murphy & O'Leary; e Katz & Gottman; in Cummings, 1998).

Uma outra reacção das crianças expostas a violência entre os pais é a de exibirem reacções mais extremas, quando enfrentam episódios adicionais de conflito, por ficarem mais sensibilizadas para eles. Apresentam-se como mais reactivas à raiva do adulto e ao conflito (Margolin, 1998), assumindo, estes, um significado diferente para elas e decorrentemente implicando uma diferente reacção (moldada pelos scripts que se desenvolveram a partir das suas experiências) (Rossman, 1998). Segundo O'Brien et al., (in Margolin, 1998) reagirão com mais stress e raiva. Esta maior sensibilização para o conflito, de uma forma geral, demonstra-se pela ocorrência de um vasto leque de emoções indicativas de stress, assim como de esforços de coping³¹ diversos e por vezes extremos, incluindo estratégias de intervenção e distanciamento por oposição (Margolin, 1998). Grych & Fincham (in Laumakis, Margolin & John, 1998) falam da importância de estratégias que envolvam o distanciamento e o ignorar o conflito, no sentido das crianças e adolescentes se acalmarem, e controlarem as suas alterações emocionais relacionadas com a exposição à violência entre os pais. Margolin fala de sintomas de evitamento decorrentes do envolvimento em situações de violência entre figuras de apego (in Sani, 1999a). Estudos mostraram que as crianças expostas, comparadas com as não expostas, estão mais predispostas a adoptarem estratégias de distração, para si mesmas ou para os pais, em relação ao conflito (O'Brien, Margolin, John & Krueger; in Margolin, 1998). Ao perceberem que as interacções entre os pais podem ser perigosas, podem recorrer a estratégias de coping no sentido de evitar ou parar os conflitos ou diminuir o medo que lhes está inerente. Estas estratégias podem passar por comportamentos de evitamento e agressão, e estratégias que não dependam dos outros. A sua segurança é percebida

³¹ Sendo que o coping é operacionalizado por Folkman (in Cummings, 1998) como sendo um processo dinâmico de mudança de pensamentos e acções com o intuito da gestão das exigências internas e externas associadas a um evento considerado por um determinado indivíduo como stressante. Por sua vez, uma situação stressante será aquela cuja gestão é percebida como excedendo os recursos do indivíduo (Lazarus & Folkman; in Cummings, 1998). Ou seja, situações de stress apelam ao desenvolvimento de estratégias de coping.

frequentemente como imprevisível e posta em causa, o que apela à necessidade de estar permanentemente preparado para a acção. O sentimento de protecção parental (Dutton, 2000) e previsibilidade no contexto familiar pode, por isto, ficar muito abalado, resultando na sensação de ameaça, preocupação e pressão psicológica (Cummings, 1998). O estabelecimento das associações entre comportamentos e consequências, de uma forma mais lata, pode ver-se comprometido, o que tem também implicações ao nível do sentido de previsibilidade do ambiente, do controlo sobre os eventos da sua vida e ao nível da perda da noção de ordem e continuidade na vida (van der Kolk; in Dutton, 2000). Isto substancia-se numa maior tendência para ter um locus de causalidade externo³² (Moore & Pepler; in Pepler, Catallo & Moore, 2000).

É importante reflectir aqui como as reacções em si não são funcionais ou disfuncionais (Laumakis, Margolin & John, 1998). Neste caso, estes esquemas atitudinais que são funcionais no contexto da violência em casa podem ser bastante disfuncionais noutros contextos com que a criança/adolescente se cruza (Rossman, 1998). Os comportamentos disruptivos que podem surgir pelo seu potencial em termos de distrair os pais e parar os conflitos são funcionais neste contexto, mas reveladores de falta de ajustamento noutros contextos (Pepler, Catallo & Moore, 2000). Aponta-se então, frequentemente, para uma inferior competência social destas crianças/adolescentes expostos a violência entre os pais.

Ou seja, a exposição a violência entre os pais pode então afectar os padrões gerais de funcionamento da criança aos níveis emocional, cognitivo e comportamental, não apenas em termos dos conflitos conjugais mas também em relação a outras situações de conflito intra e extrafamiliar (Davies & Cummings; in Cummings, 1998). A exposição ao conflito conjugal tem sido, então, perspectivada como tendo implicações ao nível dos estilos de coping das crianças, em situações stressantes noutros contextos que não o familiar, em termos emocionais, comportamentais e cognitivos (idem).

As crianças e os adolescentes podem ser afectados em termos psicológicos, ao nível do seu respeito próprio e da sua auto-estima, e na medida em que se sintam capazes de confiar nos outros e envolver-se afectivamente com eles (Margolin, 1998). A confiança desenvolve-se cedo e relaciona-se de perto com a relação que a criança estabelece com a(s) sua(s) figura(s) de vinculação. Será do desenvolvimento desta confiança básica que

³² Sendo que o locus de causalidade externo foi relacionado com uma maior vulnerabilidade para o desenvolvimento de psicopatologia por vários autores, nomeadamente, Allen & Tarnowski; Romi & Itskowitz; e Work, Parker & Cowan (in Kilpatrick & Williams, 1998).

dependerá a qualidade das relações que a criança terá a capacidade de estabelecer no futuro, daí que se estabeleça a relação entre exposição a violência entre os pais e dificuldades posteriores ao nível do estabelecimento de relações (Osofsky, 1998). Também o facto das crianças se perceberem como diferentes dos seus pares, em termos das suas vidas e dinâmicas das suas casas pode alimentar a falta de confiança nos outros, que por sua vez, alimenta a noção de segredo que envolve frequentemente estes lares e que cria as condições para o crescimento dos efeitos do fenómeno nas crianças - *“a criança pode mesmo chegar a experienciar vergonha por fazer parte de uma família como aquela, por ter de manter um segredo e não ser capaz de trazer amigos para a sua casa ou celebrar rituais típicos da família.”* (cit. Davidson; in Sani, 1999a, p.250). As implicações ao nível da auto-estima e do desamparo aprendido são ainda importantes na medida em que têm um impacto sobre a capacidade de resolução de problemas, de forma segura e efectiva. Isto, segundo Walker (in Ohio Domestic Violence Network), pelo efeito de diminuição do sentido de controlo e motivação, das crianças e adolescentes, para gerir o seu ambiente.

Também a capacidade da criança/adolescente para regular estados emocionais pode ser debilitada pela exposição a violência doméstica, sendo, este efeito, o apontado por Gottman & Katz (1989) como o mais vulnerável aspecto do desenvolvimento social afectado. A insegurança emocional, que frequentemente decorre da exposição repetida de crianças a violência entre os pais, afecta a capacidade delas ao nível da regulação de emoções, resultando numa maior reactividade comportamental e deixando-as mais propensas a sentimentos de medo, stress e raiva (Davies & Cummings; in Margolin, 1998). A discórdia marital tem, então, vindo a ser associada com a desregulação emocional e comportamental da criança, assim como com as tentativas para controlar as interacções conflituosas entre os pais (idem). Estas crianças e adolescentes podem-se ver descrentes quanto à capacidade do progenitor vítima de dar segurança e protecção, e, como tal, destituídas da segurança emocional, aspecto relacionado com a destruição da noção de se ter um objecto de vinculação segura (Dutton, 2000)³³. A relação de vinculação segura com um progenitor é fundamental para um desenvolvimento adequado. Enquanto que uma vinculação segura pode proteger a criança/adolescente do impacto de traumas (Martini, Ryan, Nakayama & Romenofsky; e McFarlane, Policansky & Irwin; in Graham-Bermann, 1998; Bowlby, in Dutton, 2000) através da regulação dos afectos, uma vinculação insegura

³³ Dutton, Saunders, Starzomski & Bartholomew (in Dutton, 2000) verificaram, no seu estudo com agressores, que aqueles que descreviam uma vinculação insegura apresentavam os mais elevados níveis crónicos de sintomas de stress.

e a ocorrência de situações traumáticas têm implicações ao nível da desregulação afectiva³⁴ e da capacidade de resolução do trauma (Cicchetti & Toth; e van der Kolk & Fidler; in Dutton, 2000). A mãe, pelo seu papel central no bem-estar da criança, é apontada como podendo exercer uma influência protectora significativa, quanto ao impacto da exposição a violência entre os pais (McCloskey, Figueredo & Koss, 1995; e Emery, in Cummings, 1998; Pepler, Catallo & Moore, 2000). Segundo Moore & Pepler (in Pepler, Catallo, e Moore, 2000) o melhor predictor do ajustamento das crianças era o baixo nível de agressão verbal entre mãe e filho. Por outro lado, as crianças que exibiram, no estudo destes autores, maiores níveis de problemas eram as que tinham mães deprimidas e agressivas em relação aos filhos. Pepler, Catallo & Moore (2000) salientam o facto de muitas das mulheres de lares conflituosos terem menos recursos, ou mais dificuldades, em termos da exigente tarefa de ser mãe.

As crianças e adolescentes podem, então, pela situação de exposição a violência entre os pais, ver-se destituídas da segurança emocional, consistência, oportunidades de diversão e de viverem com modelos de vinculação seguros e não violentos (Ohio Domestic Violence Network).

O **desenvolvimento cognitivo** também pode ser negativamente afectado (Jaffe, Wolfe & Wilson; Rossman & Rosenberg; e Sternberg et al.; in Rossman & Ho, 2000). O'Brien, Balto, Erber & Gee (in Laumakis, Margolin & John, 1998) falam de capacidades restritas em termos de processamento cognitivo, enquanto que Fish-Murray, Koby & van der Kolk (in Rossman, 1998) enfatizam os deficits ao nível da integração e do uso de informação nova. Rossman (1998) fala de esquemas menos flexíveis, uma vez que os resultados do seu estudo apontam para que estas crianças, em situações de aprendizagens novas, apresentem maiores problemas, pela sua tendência para evitar nova informação. Fish-Murray, Koby & van der Kolk (in Rossman & Ho, 2000), numa perspectiva Piagetiana, verificaram que as competências de acomodação são mais fracas em crianças vítimas de abuso, em várias áreas. Rosenberg (in idem) corrobora a questão dos esquemas menos flexíveis, referindo a tendência para a adopção de estratégias de resolução de problemas mais rígidas e agressivas. Estes dados têm implicações ao nível das aprendizagens escolares e dos resultados terapêuticos, assim como ao nível da interpretação de situações sociais e relações interpessoais (Sani, 1999a).

³⁴ No caso dos maus-tratos a crianças pelos pais, em que as duas questões se associam (o trauma e a vinculação insegura), o efeito produzido é de extrema desregulação (van der kolk, McFarlane & Weiseth; in Dutton, 2000).

Os esquemas sociais cumprem a funcionalidade de organizar as novas experiências e, ao mesmo tempo, modelar expectativas (Graham-Bermann, 1998). O modelo desenvolvido pela criança/adolescente para a compreensão do mundo interpessoal basear-se-á no material perceptual, emocional, causal e comportamental que tem ao seu dispor (Sani, 1999a). Será a partir das suas experiências que a criança desenvolverá o seu entendimento acerca do funcionamento familiar, nomeadamente em termos dos papéis enquanto homem e mulher, pai e mãe, crianças e irmãos (Graham-Bermann, 1998). Estes constructos substanciar-se-ão em paradigmas de como é o mundo social (Reiss, in idem). Daí que se aponte para a tendência para formar representações de si mesmos e das relações familiares mais negativas e mais pessimistas quanto ao futuro (Davies & Cummings; in Cummings, 1998). Quando expostas a violência doméstica as crianças serão mais propensas a incluir a violência e a coerção enquanto estratégia legítima, na sua representação ao nível dos papéis familiares (Graham-Bermann, 1998). Segundo esta autora a violência doméstica pode, então, influenciar a criança/adolescente ao nível da sua percepção dos papéis de género e da expectativa quanto aos papéis familiares apropriados, no presente e nas projecções no futuro. A manipulação, a pressão e a coerção podem ser aprendidas enquanto estratégias para a satisfação de necessidades. As raparigas, em particular, podem desenvolver a partir das vivências de violência grave, mais frequentemente do pai sobre a mãe, imagens acerca dos comportamentos aceitáveis dos homens. Podem por isto, de forma mais ou menos implícita, acreditar que não existem homens não violentos.

A culpabilização da vítima pelos episódios violentos, por parte do agressor, pode relacionar-se com a auto-culpabilização das raparigas, em caso de agressões conjugais em relações futuras. A auto-culpabilização está na base de muitos casos de dificuldades ao nível de deixar o agressor (Dutton; in Bancroft & Silverman, 2002). Isto pode explicar, de alguma forma, os dados que apontam para que as mulheres que foram em crianças, expostas a violência entre os pais, vivam mais relações conjugais violentas e procurem menos ajuda para essas situações (Bancroft & Silverman, 2002).

Jaffe, Wolfe, & Wilson; Rossman & Rosenberg; e Sternberg et al. (in Rossman & Ho, 2000) apontam para que, duma forma geral, o processamento da informação social possa ser negativamente afectado com a experiência da exposição a violência conjugal.

O modelo para a leitura do real também abarca as cognições em relação à violência, como já foi sendo apontado. A este respeito, Cummings (1998) refere que as crianças podem aprender estilos comportamentais e cognitivos para gerir os acontecimentos diários,

pela observação da interacção dos pais e a partir das suas próprias interacções com eles. Ao serem expostas a violência entre os pais, as crianças absorvem material ao nível das condições sob as quais a violência pode ocorrer nas relações de intimidade, absorvendo mensagens negativas e disfuncionais acerca da aceitabilidade da violência enquanto estratégia de resolução de conflitos, podendo racionalizar o uso de violência como essencial em situações de stress, assim como acerca da desvalorização da mulher (Carlson; Wolfe, Wekerle, Reitzel & Gougol; in Margolin, 1998). As mensagens contraditórias que não raras vezes estão presentes nos episódios de violência entre os pais, pela mistura de crueldade e agressividade com ditos de amor podem também contribuir para dificuldades posteriores ao nível do estabelecimento de relações (Bancroft & Silverman, 2002). O relatório do *Massachusetts Coalition of Battered Women Service Groups* (in Osofsky, 1998) aponta quatro cognições que as crianças expostas a violência entre os pais estariam mais propensas a desenvolver. São elas que a violência é uma forma apropriada para resolver conflitos, que faz parte das relações familiares, que é uma forma de controlar as pessoas e que o agressor frequentemente não é punido. Segundo Graham-Bermann & Levendosky (in Graham-Bermann, 1998) a aplicação das lições acerca das tácticas de controlo, poder e agressão pode ser observada tão cedo quanto na interacção de crianças entre os três e os cinco anos.

Estas crianças e adolescentes podem, então, aprender que o poder físico pode ser necessário para a satisfação das necessidades, e que é provável que as suas não tenham resposta durante os conflitos dos pais. Ficam expostas à mensagem de que as pessoas que se gostam também se magoam (Jaffe, Wolfe & Wilson; in Ohio Domestic Violence Network) - *“as crianças que crescem em lares abusivos podem aprender que ser abusivo é aceitável e que a violência é um modo efectivo de conseguir o que se deseja. As crianças podem aprender que a violência é justificável em algumas situações, particularmente quando se está chateado com alguém. Também aprendem acerca das tradicionais diferenças entre homens e mulheres.”* (Pepler, Catallo & Moore, 2000).

Segundo Parke & Slaby; Patterson; e Widow (in Margolin, 1998), a adopção de comportamentos de agressão numa série de esferas, como sendo com pares, irmãos, e no contexto das relações afectivas íntimas, surge como o mais directo risco da exposição a violência. Outros autores também confirmam esta maior propensão para as dificuldades de gerir comportamentos de agressão, nomeadamente Ross (in Dutton, 2000) apelando a actos auto-destrutivos e Green (in Dutton, 2000) que salienta os actos agressivos dirigidos aos outros.

Astor (1994) tentou perceber o **funcionamento moral** das crianças perante a violência na família ou entre pares, nomeadamente em termos de factores de aprovação ou desaprovação da violência. Percebeu que, ao contrário do que surge relativamente generalizado na bibliografia, a aprovação da violência nestas crianças não é linear. Assim como desconstruiu a lógica de que na base de comportamentos violentos estariam déficits cognitivos ou morais. Os seus resultados apontaram para que tanto a aprovação quanto a desaprovação da violência se justificava, primariamente, por razões morais. As situações violentas não provocadas foram condenadas unanimemente pelas crianças violentas e pelas não violentas. Nas situações onde havia provocações morais, houve diferenças, nomeadamente no peso e foco atribuído às componentes das histórias estímulo, em termos de provocação e agressão³⁵. As crianças violentas focaram mais na imoralidade das provocações morais, enquanto que crianças não violentas focaram mais na imoralidade das acções de retaliação. As diferenças situaram-se, então, ao nível da atribuição de peso às várias categorias de provocações morais. As crianças violentas não distinguiram provocações morais não violentas, das violentas, dando-lhes igual peso e, portanto, atribuindo legitimidade de retribuição, em ambas as situações. Em termos da distinção entre violência entre pares ou de pais para filhos, Astor (idem) não encontrou confirmação para a teoria de Piaget, que defende que as crianças experienciariam a violência entre pais e filhos (punição expiatória) enquanto legitimada pela autoridade dos pais. Já a violência entre pares (punição recíproca), segundo Piaget, seria legitimada em proporção com a sua reciprocidade e igualdade. Os dados de Astor (ibidem) apontam para que os julgamentos morais das crianças não se baseiem na reverência perante a autoridade do adulto, antes nas conclusões cognitivas retiradas das suas experiências presentes e passadas com o seu ambiente. As percepções das crianças violentas são, segundo este autor, baseadas em experiências reais negativas com pares, familiares e professores e em teorias de justiça que elas constroem nessas transacções.

Todo este material aponta para que quando as crianças vivem expostas a um ambiente doméstico caracterizado por discórdia familiar, possam surgir alterações ao nível do funcionamento e dos processos cognitivos, emocionais e adaptativos (Ohio Domestic Violence Network).

³⁵ Também Laumakis et al. (in Cummings, 1998) apontaram que as crianças de lares violentos avaliavam os conflitos de forma mais negativa do que o grupo de controlo.

Vários autores defendem que associado ao fenómeno da exposição a violência conjugal pode estar o quadro da desordem de stress pós-traumático³⁶ (Pynoos & Eth; in McCloskey, Figueredo, & Koss, 1995; Kilpatrick & Williams, 1998; Rossman, 1998; e Landis & Lehmann; in Dutton, 2000; Rossman & Ho, 2000; Arroyo & Eth; Jaffe, Sudermann & Reitzel; e Peled, Jaffe & Edelson; in Kerig, Fedorowicz, Brown & Warren, 2000). Esta desordem agrega três categorias de sintomas: a) o reviver o trauma; b) o evitamento persistente de estímulos relacionados com o trauma ou o embotamento psicológico; c) sintomas de aumento da activação somática não existente antes do trauma (Kilpatrick & Williams, 1998; e Kerig, Fedorowicz, Brown & Warren, 2000). Nas crianças há uma série de sintomas particulares associados a este quadro. Estes incluem: regressão a fases desenvolvimentais anteriores; pesadelos, nomeadamente com monstros; brincadeiras intrusivas em que a criança evoque o trauma; dificuldades de concentração frequentemente associadas a um baixo rendimento escolar (American Psychiatric Association; e Kinzie, Sack, Angell & Clarke; in Kilpatrick & Williams, 1998); ansiedades de separação; comportamentos vincutivos ansiosos; sintomas somáticos como dores de barriga e de cabeça (Eth & Pynoos; in Kilpatrick & Williams, 1998) e dissociação (Putnam; e Putnam, Helmers & Trickett; in Graham-Bermann, 1998)³⁷. Herman (in Graham-Bermann, 1998) sugere um outro constructo que substitua o de DSPT – stress traumático complexo – que se caracteriza por perspectivar as respostas a stress extremo, como situando-se num contínuo e não como uma desordem única (como é o caso da DSPT). Isto na lógica de aproximação a um esforço de espelhar, pelos quadros sintomatológicos associados à exposição a violência conjugal, a complexidade e variedade das possíveis combinações dos seus efeitos.

Aponta-se ainda para que, além de todos estes efeitos directos, as crianças e adolescentes expostos a violência entre os pais corram um maior risco de outras vitimizações, nomeadamente violência por parte dos pais (Holden, 1998; Appel, Angelelli, & Holden; Straus & Gelles; e Straus, Gelles & Steinmetz; in Holden, Stein, Ritchie, Harris & Jouriles, 1998; Strauss; Suh & Abel; e Bowker, Arbitell & McFerron; in Bancroft & Silverman, 2002), constituindo o chamado *double whammy effect* (Hughes, Parkinson & Vargo; in Holden, 1998).

³⁶ Para um aprofundamento desta questão cf. Kilpatrick & Williams (1998) ou Rossman & Ho (2000).

³⁷ Rossman (in Rossman & Ho, 2000) chama a atenção para a complexidade de fazer um diagnóstico diferencial entre a DSPT e outros diagnósticos frequentes em testemunhas de violência conjugal como a depressão e a DDAH (desordem de deficit de atenção e hiperactividade).

- Efeitos indirectos -

Para além desta panóplia de efeitos verificados em crianças e adolescentes expostos a violência doméstica, relacionada com este fenómeno, existem outros, designados de indirectos, na medida em que afectam os filhos pelo “ricochete” das alterações ao nível das dinâmicas familiares e dos efeitos sobre as competências de parentalidade dos progenitores. Considera-se, então, que o conflito marital afecta os adolescentes que a ele estão expostos, em termos do seu ajustamento, pelo facto de abalarem as práticas parentais (Davies & Cummings; Fauber, Forehand, Thomas & Wierson; e Forehand, Wierson, MsCombs, Brody & Fauber; in Henning, Leitenberg, Coffey, Bennett & Jankowski, 1997).

Esta questão, e especificamente os efeitos sobre a capacidade das mulheres assumirem a maternidade (Levendosky & Graham-Bermann, 2000) enquanto em situações de violência conjugal, não tem retido tanta atenção por parte deste campo de saber quanto, por exemplo, os designados efeitos directos da violência doméstica sobre as mulheres e as crianças/adolescentes. No entanto, apesar deste menor destaque global, Henning, Leitenberg, Coffey, Bennett & Jankowski (1997) referiram que as revisões bibliográficas recentes acerca da discórdia conjugal apontavam para a grande probabilidade de que os seus efeitos directos sejam pouco significativos (nomeadamente segundo Crockenberg & Covey; e Davies & Cummings), reforçando a centralidade dos efeitos indirectos do conflito conjugal, nomeadamente ao nível das disrupções das relações pais-filho, e do efeito destas disrupções sobre o ajustamento psicológico das crianças³⁸. Isto pela importância da relação marital enquanto fundação para os processos emocionais e a sua regulação na família, e pelo seu papel em termos de modelar, minimizar ou aumentar o risco associado a problemas familiares (Cummings, 1998). Graham-Bermann (1998) aponta mesmo para que as consequências da exposição a violência entre os pais se relacionem com a falta de suporte e os abundantes papéis negativos e modelos relacionais e, portanto, não tanto com os episódios violentos por si só.

A violência conjugal, apesar de ser a variável mais associada aos efeitos negativos sobre as crianças e adolescentes que a testemunham, pode, então, ser a expressão de um funcionamento familiar disfuncional a um nível mais profundo que os actos de violência em si mesmos (McCloskey, Figueredo & Koss, 1995). Daí que o impacto da violência conjugal sobre as crianças/adolescentes não deva ser simplificado ou considerado

³⁸ No entanto, no seu próprio estudo, Henning, Leitenberg, Coffey, Bennett & Jankowski (1997) comprovaram a existência de efeitos directos significativos entre conflito conjugal e problemas de ajustamento dos filhos na idade adulta, não corroborando, portanto, a posição defendida na revisão bibliográfica quanto ao facto deles não serem significativos.

isoladamente, antes perspectivado como um dos aspectos do funcionamento familiar, em interacção com outros. Por exemplo, a violência é, não raras vezes, associada a outros comportamentos e verbalizações³⁹ que exacerbam as suas consequências negativas (Cummings, 1998). Para além disto, aponta-se para a tendência das mulheres agredidas sofrerem de desordens físicas e emocionais e de estarem expostas a outras situações stressantes, nomeadamente crises financeiras e domésticas (Wolfe, Jaffe, Wilson & Zak, 1985). A existência de actos de agressão provoca alterações ao nível da relação das mães com os filhos, através de mecanismos que incluem a diminuição da sua autoridade e a interferência com a sua capacidade de dar carinho (Bancroft & Silverman, 2002)⁴⁰. Esta conjuntura de aspectos acaba por influenciar a qualidade das interacções mãe-filho(s) e, consequentemente, poder ser preditora de dificuldades psicológicas das crianças/adolescentes. No sentido contrário apontam os dados de Holden, Stein, Ritchie, Harris & Jouriles (1998), ao não encontrarem diferenças significativas em termos do nível de afecto materno. Encontraram, inclusivamente, mais estrutura em alguns casos. No entanto, quase todas as mulheres agredidas referiram ter comportamentos de agressão para com os seus filhos.

Aponta-se, então, para que os problemas de ajustamento de crianças/adolescentes expostos a violência entre os pais sejam melhor explicados com base no stress maternal e nas alterações nas dinâmicas familiares, do que apenas com base no testemunho daqueles episódios (Wolfe, Jaffe, Wilson & Zak, 1985).

Henning, Leitenberg, Coffey, Bennett & Jankowski (1997) constatarem a efectiva relação entre conflito conjugal físico e níveis parentais inferiores de cuidado e afectividade. Para Finkelhor & Dzuiba-Leatherman (in Margolin, 1998), uma característica central da situação de exposição de crianças/adolescentes ao conflito conjugal é a violação das suas necessidades biológicas e psicológicas, para cuja satisfação dependem dos pais envolvidos nos conflitos. Estes ficariam menos capazes ao nível do suporte emocional (Margolin, 1998) e do cuidado geral dos seus filhos, portanto menos efectivos na sua parentalidade (Hughes & Luke, 1998): *“Os efeitos da exposição não se limitam ao cometimento de actos violentos, também envolvem actos de omissão parental, em termos*

³⁹ Por exemplo, ameaças de sair de casa (Laumakis, Margolin & John, 1998), culpabilização do outro progenitor, partilha do arrependimento quanto à manutenção da relação, etc.

⁴⁰ Segundo Bancroft & Silverman (2002) os efeitos ao nível das dinâmicas familiares incluem factores como: a diminuição da autoridade materna; efeitos na relação mãe-filhos, em termos de aspectos directos e indirectos na sua parentalidade; tendência das crianças para se distanciarem e violência destas sobre as suas mães; uso das crianças como armas contra as mães e outros aspectos do funcionamento familiar resultantes do impacto do agressor.

de suporte e funções de cuidado, que podem ser perturbados como consequência da violência doméstica” (Margolin, 1998, p. 58).

Os pais que se percebem como incapazes de proteger os filhos podem desenvolver sentimentos de ansiedade, frustração e vulnerabilidade (Osofsky & Fenichel; in Osofsky, 1998), temendo pela sua segurança e a das suas crianças. Podem ter dificuldades em estar disponíveis, sensíveis e solícitos em termos emocionais, nomeadamente a vítima da violência conjugal pode estar tão centrada nas suas próprias necessidades e preocupada com a sua sobrevivência que não seja capaz de contemplar as necessidades das crianças, negligenciando-as. O embotamento emocional, que pode estar associado ao desenvolvimento de quadros depressivos ou de DSPT, pode ter implicações ao nível da capacidade de empatia em relação aos filhos (Osofsky, 1998).

O conflito conjugal severo parece relacionar-se com pais mais inconsistentes, negativos, rejeitantes e punitivos com os filhos (Crockenberg & Covey; in Henning, Leitenberg, Coffey, Bennett & Jankowski, 1997): *“os pais tornam-se mais inconsistentes, os comportamentos destes são inefectivos, diminui a responsividade aos sinais e necessidades emocionais da criança, sai afectada a vinculação a estes e os relacionamentos entre os irmãos, resultando em maior rivalidade e conflito entre eles”* (Sani, 1999a, p.250). Segundo Fincham, Grych & Osborne (in Hughes & Luke, 1998) nas situações de violência conjugal, as respostas dos pais ao conflito podem ser de hostilidade explícita ou afastamento e negligência da criança. No estudo de Levendosky & Graham-Bermann (2000) as mães vítimas de violência doméstica demonstram menos calor maternal e mais agressividade e punição físicas, aspectos que diminuem depois de saírem dos lares conflituosos. Também os dados de Holden, Stein, Ritchie, Harris & Jouriles (1998) verificaram a diminuição significativa dos padrões de agressividade das mães relativamente aos seus filhos, nos seis meses posteriores a saírem dos lares violentos. Ou seja, existem evidências no sentido de que o stress das mães possa afectar directamente a quantidade de agressividade delas, relativamente aos seus filhos, e não tanto de que esta agressividade seja um aspecto estável das mães.

Segundo os dados de Holden & Ritchie e Chew (in Hughes & Luke, 1998), mulheres agredidas descreveram o seu estilo parental como bastante inconsistente, sendo bastante rigorosas na presença do pai e, bastante permissivas quando sozinhas com os filhos. Também Gottman & Katz (1989) viram suportada, no seu estudo, a hipótese de que os casais com história de stress marital têm um estilo parental mais frio, pouco responsivo, zangado e com deficits ao nível da estruturação e estabelecimento de limites. Isto acontece

pelo facto de, não raras vezes, pais em conflito discordarem sobre a educação dos seus filhos (Block; e Block & Morrison; in Margolin, 1998).

A parentalidade pode, então, ser afectada numa variedade de áreas como o envolvimento parental, o afecto e o suporte, a disciplina e o controlo, a consistência e a monitorização (Buehler et al.; e Grych & Fincham; in Holden, Stein, Ritchie, Harris & Jouriles, 1998).

Outro efeito em termos de estilos educacionais aponta para que pais que experienciam relações de conflito possam envolver-se num fenómeno de triangulação, onde a criança/adolescente seja lançada para o conflito (idem).

Também a depressão parental, percepcionada como aumentando o risco nos filhos de dificuldades psicológicas, pode resultar do conflito conjugal físico (Forehand et al.; in Henning, Leitenberg, Coffey, Bennett & Jankowski, 1997). Hughes & Luke (1998) salientam, enquanto variáveis associadas ao stress nas crianças, os níveis de depressão e de agressividade verbal da mãe, assim como a duração do abuso desta.

A reacção dos pais aos conflitos também pode dar-se noutro sentido, i.e., tornando-se hiperprotectores, ou, por outro lado, esperando protecção por parte dos filhos (Osofsky, 1998).

O processo de parentalidade em situações de violência doméstica é, pelo exposto, frequentemente influenciado pelo efeito traumático da experiência, quer no sentido da diminuição das capacidades, quer, por outro lado, no sentido de uma compensação através de um esforço extraordinário (Levendosky & Graham-Bermann, 2000)⁴¹.

Depois de brevemente explorados possíveis contextos familiares que envolvem situações de violência conjugal, nomeadamente algumas dinâmicas que podem decorrer deste fenómeno, reocupar-nos-emos das crianças/adolescentes enquanto actores deste cenário. Isto porque os efeitos que podem ocorrer nos filhos expostos aos conflitos dos pais são, então, muito complexos e difíceis de relacionar em termos de causas, pelas múltiplas associações de fontes de stress – do conflito em si, dos seus intervenientes directos, do cenário familiar antecedente e decorrente, das características da própria criança/adolescente, do contexto social próximo, etc.

Antes de fazermos entrar nesta teia que vai complexificando o fenómeno da exposição a violência doméstica outros seus elementos que medeiam os ditos efeitos,

⁴¹ Neste sentido, referimos o modelo ecológico da parentalidade de Belsky, onde os deficits do sistema parental seriam compensados por forças (Levendosky & Graham-Bermann, 2000).

faremos um breve parêntesis no sentido da introdução de alguns dados de estudos comparativos em torno deste fenómeno.

- Dados de alguns estudos comparativos -

Margolin (1998) fez uma retrospectiva acerca de estudos que tentavam perceber as diferenças em termos dos efeitos entre crianças expostas a violência conjugal institucionalizadas e na comunidade, entre exposição a violência conjugal e exposição a conflitos não-violentos, assim como, entre a exposição a abuso marital apenas, abuso infantil apenas e a combinação destes dois factores. Apresentamos, de seguida, uma síntese dos dados destes estudos, no sentido de tentar acrescentar alguma clareza na definição dos contornos do fenómeno da exposição a violência doméstica, nomeadamente em termos de algumas das situações distintas que envolvem estas crianças e adolescentes.

Em termos comparativos no que concerne a amostras com percursos distintos, ficou demonstrado que crianças residentes em lares de abrigo para mulheres batidas podem experienciar maiores níveis de problemas, particularmente em termos de competência social e internalização, do que crianças expostas da comunidade ou institucionalizadas no passado (Fantuzzo et al; e Wolfe et al; in Margolin, 1998). Numa comparação deste tipo, i.e. entre crianças expostas em abrigos e sem estarem em abrigos, Rossman & Rosenberg (in Margolin, 1998) relataram maiores níveis de problemas de externalização nas crianças em abrigos mas, ao contrário de outros estudos, maior competência social e actividade social, sendo que as características que distinguiam as crianças de abrigos não foram inteiramente associadas ao facto de terem sido removidas de um ambiente familiar. Já a comparação de McCloskey et al (in idem) entre crianças expostas a violência conjugal em lares e da comunidade mostrou poucas diferenças entre estes grupos: ambos mostraram mais desordens comportamentais, deficits de atenção e hiperactividade, desordem de ansiedade e desordem obsessivo-compulsiva, do que crianças não expostas do grupo de controlo.

De acordo com Jouriles, Murphy & O'Leary (in ibidem), num estudo em que as crianças foram sinalizadas por técnicos da comunidade, no sentido de contornar os possíveis efeitos da institucionalização, percebeu-se que a violência conjugal contribuiu enquanto variância única, para além da discórdia conjugal geral, para a predição de desordens comportamentais e imaturidade-inadequação para rapazes e raparigas. Contudo esta não é uma questão consensual uma vez que outros estudos não encontraram diferenças

significativas entre exposição a violência conjugal e exposição a conflitos não-violentos (Hershorn & Rosenbaum; Rosenbaum & O'Leary; in Margolin, 1998).

Enquadrada noutro tipo de estudo comparativo está a investigação de Sternberg et al. (in Margolin, 1998) que mostrou a complexidade de tentar separar os efeitos da exposição a abuso marital apenas, abuso infantil apenas e a combinação destes dois factores. Em termos dos relatos das crianças, as que foram apenas expostas a violência conjugal não diferiram significativamente dos outros dois grupos em termos de depressão infantil, os três distinguindo-se do grupo controlo. Relativamente a internalização e externalização auto-relatadas o grupo apenas exposto a violência conjugal não mostrou grandes diferenças em relação ao grupo de controlo, enquanto os outros dois grupos foram significativamente diferentes do controlo nestas medidas. No que concerne aos relatos das mães, o grupo exposto a violência sobre as mães foi significativamente superior em problemas de externalização do que o grupo de controlo; o grupo que experienciava os dois tipos de abuso teve valores significativamente superiores em termos de problemas de externalização do que os dois outros grupos. No que concerne aos relatos das crianças, os abusos sobre estas estavam relacionados com resultados mais negativos, enquanto que segundo os relatos das mães, a exposição a violência conjugal tinha uma relação mais forte com problemas de externalização. Os efeitos da exposição a violência conjugal são menos pronunciados quando examinados em amostras de crianças da comunidade, talvez devido a um melhor controlo dos estudos ou ao facto de eventualmente a violência a que estão expostas as crianças ser menos severa (idem).

Numa síntese geral dos resultados destes estudos pode-se apontar o facto das crianças expostas a violência entre os pais apresentarem um nível de ajustamento como que “entre”, i.e., o seu ajustamento tende a ser melhor do que o das crianças abusadas ou o das abusadas e expostas, mas é pior do que o das crianças do grupo de controlo (Hughes et al; Jaffe et al; e Sternberg et al; in ibidem), sendo que a origem da informação (apartir de relatos das crianças ou das mães) assumiu uma importância fulcral em termos das diferenças dos resultados.

- Factores mediadores do impacto -

Há uma série de variáveis que podem ajudar a clarificar a relação entre o conflito conjugal e os problemas de ajustamento da criança, na medida em que esta não é linear. Existe, como se pôde ver, uma panóplia de efeitos distintos, sendo que a sua ocorrência

nem sequer é universal, não se podendo, então, estabelecer uma relação directa ou causal entre violência familiar e ajustamento nos filhos. Percebe-se, portanto, que associada ao fenómeno da exposição a violência conjugal, surge uma grande amplitude de problemas, quer em termos de presença, quer em termos de intensidade (Hughes & Luke, 1998). Serão os designados factores mediadores que explicariam estas variações, na medida em que interfeririam nas situações de conflito, alimentando-as no sentido das particularidades e da heterogeneidade das reacções que provocam. Os vários elementos mediadores em interacção podem funcionar quer como protecção, quer como incremento de risco (Kerig, Fedorowicz, Brown & Warren, 2000).

Estes factores mediadores poderiam ser agrupados em dois grandes tipos: **factores relacionados com a criança** e, **factores contextuais-situacionais**⁴² (Hughes & Luke, 1998).

Os **factores relacionados com a criança** designariam as características individuais mais estáveis como o temperamento, a auto-estima, as capacidades cognitivas, as competências de coping, o locus de controlo, a idade e o género.

Já os **factores contextuais-situacionais** poderiam ser divididos em dois tipos: os factores situacionais mais relacionados com a criança, como sejam a sua experiência passada com violência, o clima emocional percebido no sistema familiar, as competências parentais dos pais, a saúde mental destes, e o suporte social da criança; e, por outro lado, os factores menos relacionados com a criança e mais com a situação de conflito conjugal em si, como frequência, intensidade, duração, conteúdo e resolução (idem).

- Factores mediadores relacionados com a criança -

O impacto na criança/adolescente da exposição a violência entre os pais não é determinado apenas pelo testemunho directo ou indirecto do evento, mas depende da sua capacidade de mediar as fontes internas e externas de perigo (Sani, 1999b). Esta mediação faz-se por uma série de características pessoais da criança/adolescente, assim como pelo movimento cognitivo que faz sobre o material vivencial a que está exposta. Ocupar-nos-emos de seguida, brevemente, de alguns destes factores, nomeadamente os que surgem de

⁴² Optamos por esta categorização de entre várias. Margolin (1998), como exemplo, distingue seis tipos de factores mediadores: 1) efeitos desenvolvimentais, 2) efeitos de género, 3) efeitos de relato, 4) efeitos de etnia, 5) efeitos do stress, psicopatologia e alcoolismo parentais e 6) efeitos da severidade e cronicidade do abuso.

forma mais difundida na literatura como tendo um papel mais saliente em termos de mediação.

O género e a idade, ou fase desenvolvimental, da criança/adolescente são variáveis importantes na manifestação de problemas (Holden, 1998), sendo dos mais referidos na literatura.

- Diferenças de género: o sexo como factor mediador do impacto -

Alguns estudos apontam para que os rapazes e as raparigas possam ser afectados de forma diferente (Hughes; Hughes & Barad; e Rosenbaum & O'Leary; in Ohio Domestic Violence Network; Snyder, 1998; Cummings, 1998). Segundo Snyder (1998), as diferenças de género têm repetidamente sido comprovadas, podendo perceber-se em várias dimensões: a) diferenças entre raparigas e rapazes ao nível do auto-relato de problemas de ajustamento, b) diferenças entre mães e pais em termos das reacções ao conflito conjugal, c) diferenças entre rapazes e raparigas ao nível da resposta emocional ao conflito dos pais e, d) diferenças no modo como mães e pais em conflito perspectivam os problemas de ajustamento dos seus filhos e filhas.

Os rapazes que testemunham violência doméstica são frequentemente descritos na bibliografia como desencadeando um maior número de problemas de comportamento de externalização (tais como agressões físicas e verbais) e como tendo uma competência social mais debilitada. Os aspectos mediadores mais relacionados com o ajustamento nos rapazes prendem-se com a ameaça percebida associada ao conflito e com a eficácia das estratégias de coping desenvolvidas (Cummings, Davies & Simpson; e Kerig; in Cummings, 1998).

As raparigas são descritas por vários autores como desencadeando problemas de comportamento de internalização (incluindo passividade e depressão) mas demonstrando menos problemas de ajustamento que os rapazes (Hughes & Barad; Porter & O'Leary; Rosenbaum & O'Leary; e Wolfe, Zak, Wilson & Jaffe, in press; in Wolfe, Jaffe, Wilson & Zak, 1985; Jaffe et. al.; Strauss; e Walker; in Ohio Domestic Violence Network). Para estas, a auto-culpabilização pelos conflitos surge como a questão mais fortemente relacionada com os problemas de ajustamento (Cummings, Davies & Simpson; e Kerig; in Cummings, 1998). Os padrões típicos de socialização de género para rapazes e raparigas são sugeridos como sendo parcialmente responsáveis por essas diferenças de género (Ohio Domestic Violence Network).

Em termos de diferenças ao nível da maior ou menor vulnerabilidade, inicialmente os estudos apontavam para os rapazes estarem em maior risco para problemas de ajustamento do que as raparigas (Emery & O'Leary; Porter & O'Leary; e Rutter; in Snyder, 1998). Rutter (in Snyder, 1998) descobriu que a discórdia conjugal e a separação se relacionavam com trajectórias desviantes em rapazes mas não em raparigas, sugerindo que os rapazes fossem mais susceptíveis a situações de pressão psicológica na família.

No entanto, vários autores apontam para o facto destes estudos sobre as diferenças de género em termos dos efeitos, serem pouco conclusivos por os seus dados serem pouco consistentes (Cummings & Davies; in Grych, 1998; Graham-Bermann, 1998; Holden, 1998). Como exemplo disto, Laumakis, Margolin & John (1998) numa retrospectiva em torno das diferenças de género em termos das reacções, referem a existência de estudos que apontam para uma maior vulnerabilidade por parte dos rapazes (Carlson; Doumas, Margolin & John; e Wolfe, Jaffe, Wilson & Zak), e de outros que apontam no sentido inverso, i.e., para uma maior vulnerabilidade por parte das raparigas (Hughes & Barad; O'Keefe; Spaccarelli, Sandler & Roosa; e Sternberg et al.). Há ainda estudos que apontam para a não existência de diferenças (O'Keefe; in Holden, 1998).

Em termos de reacções imediatas ao conflito, Davies, Myers & Cummings (in Laumakis et al., 1998) verificaram que as raparigas referem mais o medo e que os rapazes referiram mais reacções de intervenção directa que as raparigas. Cummings et al. (in idem) salientam o papel da socialização neste processo, explicando deste modo o facto dos rapazes serem, no seu estudo, mais compelidos a intervir no conflito, e as raparigas a assumirem mais a culpa dos conflitos. Os seus dados confirmam a existência de diferenças de género no modo como as cognições medeiam a relação entre exposição a conflito e ajustamento.

Parece então que a questão das raparigas e dos rapazes serem afectados diferentemente, em termos das reacções emocionais ao conflito dos pais, permanece indeterminada (Snyder, 1998 e Holden, 1998). No entanto, faz-nos sentido a posição de Cummings & Davies (in Sani, 1999a) e de Kilpatrick & Williams (1998), quando referem que as diferenças de género não são tanto ao nível do distúrbio ou em termos da vulnerabilidade mas antes quanto à sua forma de expressão. Neste processo, a socialização dos papéis de género assume um papel determinante óbvio, na modelagem de respostas e atitudes adequadas a cada um dos sexos.

- Os efeitos nas várias fases de desenvolvimento da criança -

Os sintomas relacionados com a situação de exposição a violência conjugal parecem diferir em termos de idade e fase desenvolvimental dos filhos, ainda que não seja claro se estas diferenças reflectem diferenças ao nível da vulnerabilidade (Kilpatrick & Williams, 1998). Na literatura percebe-se uma maior preocupação com crianças até aos dez anos, no entanto existem evidências empíricas no sentido de efeitos em crianças mais velhas e adolescentes (Cummings, 1998).

Os efeitos da exposição a violência conjugal dão-se a partir da gravidez, com o feto a poder ser directa ou indirectamente afectado, nomeadamente pelo facto de ser capaz de ouvir sons de raiva, ameaças e conflito. Os padrões de sono do feto são iniciados e respondem ao stress materno e aos seus níveis de adrenalina (Ohio Domestic Violence Network).

Hughes & Barad (1983) descobriram no seu estudo sobre crianças de lares violentos que mesmo as crianças com menos de um ano de idade eram afectadas de forma adversa pelos distúrbios das suas famílias (Ohio Domestic Violence Network).

Crianças mais novas (na idade pré-escolar) tendem a exibir maiores níveis de problemas emocionais, comportamento imaturo, queixas somáticas e a experienciar um maior impacto, comparativamente às mais velhas que mais frequentemente apresentam um ou mais problemas de internalização ou externalização específicos (Jaffe et al.; in Holden, 1998). A fala pode ser afectada, o treino dos esfíncteres pode sofrer atrasos ou regressões, o sono pode ser irregular devido ao medo de acordar com conflitos e o medo e a ansiedade da separação podem ser, também, desenvolvidos (Ohio Domestic Violence Network).

Maiores sentimentos de ameaça, vulnerabilidade, pessimismo quanto aos resultados das suas estratégias de coping e culpabilização quanto aos conflitos são associados a crianças mais novas. Alguns destes efeitos são associados com o facto de, nesta fase, as crianças serem menos capazes de perceber as causas dos conflitos ou mais propensas a distorções em torno disto. A percepção de menor eficácia das estratégias de coping relaciona-se com o facto deste repertório ser naturalmente menor (Cummings; Davies et al.; in Grych, 1998).

Crianças na idade escolar parecem avaliar a violência de forma mais negativa e reagir mais em termos de intervenções comportamentais (Cummings, Zahn-Waxler & Radke-Yarrow; in Margolin, 1998). Um desempenho académico pobre pode resultar de dificuldades de concentração, ausências escolares frequentes e mudanças de escola. Fobia

escolar, medo de deixar a vítima sozinha, incapacidade de focar e tristeza podem afectar a performance escolar (Ohio Domestic Violence Network)⁴³.

Os adolescentes exibem mais ansiedade e níveis mais elevados de comportamentos agressivos (Carlson; e Jaffe et al.; in Margolin, 1998). Muitos adolescentes assumem responsabilidades inapropriadas para proteger a mãe ou educar irmãos mais novos, frequentemente tentando parar a violência, envolvendo-se fisicamente nos conflitos ou proferindo ameaças. Adolescentes de lares violentos estão ainda em maior risco de fugir de casa ou tentar o suicídio (Ohio Domestic Violence Network). Segundo Cummings et al. e Davies et al. (in Grych, 1998), os adolescentes proporiam estratégias de coping mais sofisticadas para lidar com os conflitos do que os pré-adolescentes, o que lhes poderá conferir alguma protecção, pelo menos nos momentos circundantes aos conflitos⁴⁴.

- Consequências a longo prazo e na idade adulta -

Relacionada com a questão da existência de diferentes efeitos da exposição a violência conjugal nas várias fases desenvolvimentais, está a questão do impacto a longo prazo, i.e., as sequelas que podem decorrer e prevalecer na idade adulta, relacionadas com aquele fenómeno.

A exposição a violência doméstica tem um impacto crónico e a longo prazo no bem-estar psicológico da criança/adolescente expostos a ela. A perturbação decorrente permanece bastante depois da situação de crise ter terminado e pode mesmo persistir depois da criança ter estabilizado numa nova condição de vida (Kilpatrick & Williams, 1998). Os efeitos da exposição a violência conjugal não se limitam, então, ao tempo da dita exposição, podendo, nomeadamente, influenciar significativamente as noções fundamentais da criança quanto à qualidade e segurança das relações conjugais e familiares (Cummings, 1998).

Em termos das ditas consequências a longo prazo, estudos vão no sentido de apontar para uma associação entre o testemunho de agressões físicas entre os pais e maiores problemas psicológicos na idade adulta: problemas de internalização, de externalização e stress psicológico (Henning, Leitenberg, Coffey, Bennett & Jankowski, 1997). Outros efeitos a longo prazo que aparecem referidos frequentemente são depressão, baixa auto-estima e vários sintomas relacionados com a vivência de traumas (Silvern et al.,

⁴³ Tal como já referimos anteriormente.

⁴⁴ As implicações destes mecanismos ainda não são muito estudadas (cf. capítulo VI), mas parecem relacionar-se com custos ao nível de funcionamentos psicológicos particulares.

in Holden, 1998). Strauss (in Henning, Leitenberg, Coffey, Bennett & Jankowski, 1997) verificou que homens e mulheres dum estudo nacional, que testemunharam violência física entre os seus pais na fase da adolescência, reportaram mais sintomas depressivos, stress e consumos de drogas na idade adulta.

A investigação chamou também a atenção para o facto destas crianças e adolescentes estarem em risco de manifestar violência dentro e fora de casa durante a idade adulta (Sugarman & Hotaling; in Graham-Bermann, 1998). Vários autores referem esta questão, nomeadamente em termos das expectativas quanto ao uso de violência nas relações íntimas e quanto a envolvimento em comportamento criminal (Widow; in Faller, 2003).

Em termos de diferenças de género quanto às consequências a longo prazo, Forstrom-Cohen & Rosenbaum (in Henning, Leitenberg, Coffey, Bennett & Jankowski, 1997) concluíram que as mulheres, mas não os homens, que testemunharam conflitos físicos entre os seus pais, revelaram mais sintomas depressivos e maiores níveis de comportamentos hostis, em comparação com mulheres cujos pais tinham relações discordantes não violentas ou satisfatórias. Complementando estes resultados no sentido contrário, Carlson (in Margolin, 1998) percebeu que, no seu estudo, apenas os homens expostos a violência entre os pais em criança tinham uma maior tendência para fugir de casa, ter ideação suicida e ter comportamentos agressivos em relação a parentes. Na retrospectiva bibliográfica de Henning, Leitenberg, Coffey, Bennett & Jankowski (1997), por outro lado, tanto os homens quanto as mulheres expostos revelaram mais sintomas de ansiedade do que o grupo de controlo de jovens adultos, filhos de pais “não violentos”. No seu próprio estudo, estes autores corroboram o facto da exposição a agressão física entre os pais estar relacionada com maior stress psicológico na idade adulta, sendo que isto inclui mais dificuldades de internalização, problemas comportamentais de externalização e um maior nível de stress psicológico geral. Homens e mulheres terão sido igualmente afectados, o que difere das conclusões de Forstrom-Cohen & Rosenbaum (in Henning, Leitenberg, Coffey, Bennett & Jankowski, 1997) e de Carlson (in Margolin, 1998)⁴⁵. Ainda neste estudo (Henning, Leitenberg, Coffey, Bennett & Jankowski, 1997) levantam e testam três hipóteses explicativas para a existência de efeitos a longo prazo: 1) efeitos como resultado de outros factores de risco associados à situação de violência conjugal; 2) efeitos como decorrentes do trauma da observação da violência entre os pais; 3) efeitos mediados

⁴⁵ Os autores consideram que uma explicação para esta diferença pode estar no uso que fizeram de um maior número de medidas de resultados e na maior extensão da sua amostra.

pelas alterações ao nível das práticas parentais, ou seja, os acima designados efeitos indirectos. O estudo destes autores confirmou o facto de que as crianças que haviam sido expostas a violência entre os pais na infância tinham mais probabilidade de estarem, também, expostas a outros stressores familiares (os exemplos dados passam por serem elas próprias, em maior grau, vítimas de abusos físicos, ter, em maior número, pelo menos um dos seus pais com problemas de alcoolismo, serem separadas de um dos progenitores, estarem expostas a actos de agressão verbal entre os pais, etc.). No entanto, mesmo controlando estes outros factores, a experiência de testemunho continua a prever dificuldades psicológicas na idade adulta (Henning, Leitenberg, Coffey, Bennett & Jankowski, 1997; Margolin, 1998). Isto comprova que a experiência de exposição a violência entre os pais pode ser traumática por si só, e não apenas o resultado de outros factores de risco geralmente associados à situação de testemunho (idem). Assim, os autores concluem, no seu estudo, que é a conjunção da “formulação do trauma” (2ª hipótese) e do “modelo da mediação” (3ª hipótese) que melhor suporta a associação entre a exposição a conflito físico conjugal e um pior ajustamento psicológico a longo-prazo (ibidem).

- Transmissão geracional de violência -

Na continuidade da breve exploração acerca dos efeitos da exposição a violência doméstica na idade adulta, surge a questão da transmissão geracional da violência, que surge na bibliografia de forma muito difundida, ainda que tenha vindo a evoluir no sentido de um menor determinismo e de uma maior precisão.

Vários estudos apontam para o ciclo intergeracional de violência (Silverman & Williamson; e Hotaling & Sugarman; in Bancroft & Silverman, 2002). Investigação na área da violência doméstica com agressores e vítimas revela, então, uma associação entre exposição a violência numa geração e violência na seguinte, tanto em termos da transferência do comportamento de agressão, como em termos de um aumento do risco de ser vitimizado (Kalmus; e Strauss, Gelles & Steinmetz; in Henning, Leitenberg, Coffey, Bennett & Jankowski, 1997; Bell, in Osofsky, 1998; Margolin, 1998; Ohio Domestic Violence Network).

A exposição de crianças a violência doméstica tem sido associada com o envolvimento em relações agressivas e também com o cometimento de agressões a crianças na geração seguinte (Cappell & Heiner; e Kalmuss; in Margolin, 1998).

Em termos das primeiras relações, alguns estudos indicaram que a exposição a violência conjugal se relaciona com agressões naquele contexto de encontros amorosos, particularmente para homens (Foo & Margolin; O'Keefe, Brockopp & Chew; in Margolin, 1998).

Segundo Hotaling & Sugarman (in Margolin, 1998), o testemunho de violência interparental em criança ou adolescente é o risco mais consistente para agressores e vítimas de violência conjugal. Catorze de dezasseis estudos revistos por estes autores indicaram que a exposição à violência conjugal era uma característica dos agressores, e onze de quinze indicaram que a exposição a violência conjugal também era uma característica das vítimas. Stacey & Schupe (in Ohio Domestic Violence Network) analisaram dados de 452 mulheres agredidas e descobriram que 57% dos agressores ou haviam sido eles próprios abusados por um familiar ou haviam testemunhado a vitimização das suas mães, e que um terço das mulheres agredidas haviam sido educadas em lares violentos. Também Dumas, Margolin & John (in Margolin, 1998) verificaram que testemunhar agressão marital era um predictor significativo para abuso de homens a mulheres na próxima geração e abuso potencial de crianças. Baseados num estudo nacional americano, Strauss, Gelles & Steinmetz (in Wolfe, Jaffe, Wilson & Zak, 1985) referiram que filhos que testemunharam a violência dos seus pais têm maiores níveis em 1000% de abusarem das suas mulheres do que filhos que não tiveram este tipo de experiência. Os resultados de Strauss et al. (in Dutton, 2000) indicaram que o testemunho de violência entre os pais triplicou a taxa de abuso físico pelo homem. Lisak, Hopper & Song (in idem) descobriram que a maioria dos abusadores físicos (cerca de 70%) tinham sido, eles próprios, vítimas de abusos físicos ou sexuais, mas que, no entanto, a maioria dos homens abusados não se tornou agressor. Esta nota parece-nos revestir-se de uma enorme importância na medida em que esta leitura total dos números não é feita muito frequentemente na literatura, antes uma leitura parcial que acaba por se alimentar uma noção mais determinista das consequências da exposição a violência conjugal, pelo facto de só se olhar para os números que confirmam a hipótese da transmissão geracional da violência.

Para as mulheres, testemunhar abusos maritais na família de origem é descrito como sendo um predictor significativo para elas próprias serem abusadas⁴⁶. Para além disto, parece comprovar-se que as mulheres têm menos tendência a procurar refúgio das

⁴⁶ No entanto, tal como salienta Margolin (1998), não se deve descurar o facto destes dados terem sido recolhidos a partir de amostras identificadas, podendo-se, assim, levantar a hipótese de escaparem a estas investigações pessoas que tenham testemunhado violência mas que não a tenham perpetuado nas gerações seguintes (escapando estas à visibilidade em termos de números, tal como referimos em cima).

agressões dos seus cônjuges quando testemunharam as suas mães a serem vítimas de abuso (Lerman; in Wolfe, Jaffe, Wilson & Zak, 1985).

Crianças educadas em violência, física e/ou emocional, segundo vários autores, têm mais probabilidade de desenvolver personalidades agressivas (Loeber et al; Lewis et al; Koop & Lundberg; Hickey; e Halperin et al.; in Ohio Domestic Violence Network). A experiência de testemunhar violência interpaparental surge, assim, como uma potencial *“fundação para um relatório comportamental orientado para a agressividade, assim como para diferentes expectativas em termos das agressões no espaço das relações íntimas entre adultos”* (Margolin, 1998, p.63). As crianças expostas a violência entre adultos estariam em risco de internalizar os padrões comportamentais abusivos e de interagir com os seus pares, irmãos e mesmo pais, com comportamentos semelhantes. A transmissão intergeracional de comportamentos interpessoais abusivos é, então, sustentada, nomeadamente pelo desenvolvimento de estratégias e crenças acerca das formas aceitáveis de resolução de conflitos nas relações íntimas (Grych, 1998)⁴⁷.

Existem ainda vários dados intergeracionais que apontam para que outro aspecto debilitante da exposição a violência na infância seja o da socialização dos papéis de género associados à transmissão geracional da violência. Naquelas interacções agressivas as crianças receberiam ainda a mensagem de que necessidades e desejos são conseguidos através do uso de violência e/ou que esta é um meio de resolução de conflitos (Ohio Domestic Violence Network). Carlson (in idem) chegou a conclusões semelhantes e a informação que produziu defendia, de forma convicta, o facto da violência continuar a ser transmitida de geração em geração se não se interrompesse aquele comportamento.

Mais importante do que interromper aquele comportamento parece-nos o permitir às crianças um contexto relacional adequado à construção de novas representações, sentidos e narrativas para aquelas vivências, e à emergência de alternativas àquelas dinâmicas e estratégias de gestão de situações - vector de acção muito importante na intervenção com estas crianças e adolescentes.

⁴⁷ Isto relaciona-se, portanto, com as cognições acerca de violência que se desenvolvem frequentemente no contexto deste fenómeno, de que já demos conta, de forma breve.

- Efeito mediador de características individuais dos adolescentes -

O desenvolvimento de respostas, processos e estilos de coping disfuncionais é perspectivado como um processo complexo resultante da interacção entre os problemas familiares e as disposições pessoais da criança/adolescente (Davies & Cummings, 1998).

Em termos de estilos atribucionais, Rosenberg & Rossman (in Hughes & Luke, 1998) descobriram que filhos de mulheres agredidas pelo cônjuge, que consideravam ter algum controlo sobre o comportamento dos pais e pouco controlo sobre si mesmos, tinham um pior ajustamento. A tomada de consciência acerca do pouco poder sobre o comportamento dos pais e sobre a violência, pode levar a sentimentos na criança/adolescente de ansiedade, depressão e a níveis baixos de auto-estima. Aliás, de uma forma geral, um locus de controlo externo é relacionado com uma vulnerabilidade superior para o desenvolvimento de psicopatologia (Allen & Tarnowski; Romi & Itskowitz; e Work, Parker, & Cowan; in Kilpatrick & Williams, 1998).

Kilpatrick & Williams (1998) referem na revisão bibliográfica do seu estudo que estratégias de coping activas seriam mais efectivas, tanto na alteração da situação conflituosa, quanto ao nível de gerar sentimentos de competência, por oposição às estratégias passivas. No entanto, os autores não confirmaram este enunciado no seu estudo, o que sugerem que se possa relacionar com o facto da vulnerabilidade em termos de efeitos se manter, independentemente de quão “bem” possa a criança/adolescente reagir.

Outros factores de que dependem os efeitos de uma interacção particular, como sejam as relações de violência conjugal, para além do comportamento dos pais, são as avaliações do sentido e significado dos conflitos (Grych, 1998). Segundo o modelo de Lazarus & Folkman (in Laumakis, Margolin & John, 1998) o processamento cognitivo medeia o impacto dos eventos ambientais sobre os indivíduos. As interpretações associadas aos eventos traumáticos, no geral, predizem o ajustamento posterior da vítima. Os significados que as crianças atribuem ao conflito e à violência conjugais no contexto familiar, surgem como uma variável importante do trauma que a criança pode experimentar (Graham-Bermann, 1998) pelo menos tão significativa quanto a ocorrência de acontecimentos familiares particulares (Cummings, 1998).

As preocupações das crianças/adolescentes, no caso específico da situação de conflito conjugal dos pais, não se relacionam então apenas com a ocorrência de conflitos, mas com os significados destes, para elas e para as suas famílias (idem). Procurar um significado para os acontecimentos é uma necessidade humana, mesmo, ou sobretudo, em situações em que a previsibilidade e compreensibilidade do mundo são abaladas, como

acontece no caso de vitimizações (Lurigio & Resick; in Sani, 1999b). Levendosky & Graham-Bermann (2000) defendem mesmo que a recuperação do trauma passa pela assimilação dele nos esquemas pessoais acerca do mundo.

Quando as crianças tomam consciência do conflito, produzem variadas representações que moldam o significado daquele para elas. Neste processo interferem variáveis importantes como sejam a ameaça percebida, a eficácia das estratégias de coping, as atribuições causais e a atribuição de culpa. Estas representações podem não só influenciar as respostas imediatas das crianças ao conflito como também contribuir para o desenvolvimento de problemas emocionais e comportamentais (Grych, Seid & Fincham, 1992). Ou seja, as crianças/adolescentes reagem não apenas à ocorrência de conflito conjugal, mas também às implicações percebidas, em termos do funcionamento pessoal e familiar, lendo os episódios violentos de acordo com as suas histórias de exposição (Cummings, 1998). Daí que o significado atribuído à experiência de uma vítima de um acontecimento traumático, de uma forma geral, seja tão importante quanto a sua percepção da severidade do evento (Bartol & Bartol; in Sani, 1999b). As percepções e entendimentos da criança em relação ao conflito entre os pais são, então, críticos para perceber o impacto nelas (Grych, Seid & Fincham, 1992).

Estas avaliações relacionam-se com as propriedades do conflito (por exemplo, os seus modos de expressão), com factores contextuais (como as experiências anteriores com conflito na família), com características da própria criança/adolescente e, com a qualidade afectiva das relações com cada um dos pais, tendo influência no ajustamento das crianças e adolescentes e nas suas estratégias de coping (Cummings, 1998).

Em termos das cognições que se relacionam com efeitos mais salientes, Grych, Seid & Fincham (1992) encontraram, no seu estudo, uma associação positiva entre representações de ameaça e culpa, e auto-relatos das crianças quanto a problemas de internalização. As representações das crianças acerca do conflito conjugal reflectem o modo como elas interpretam e avaliam o conflito a que estão expostas, em termos da extensão em que a criança percebe o conflito como negativo, ameaçador e auto-relevante (Grych & Fincham; in Laumakis et al., 1998). Crianças que se sintam ameaçadas, incapazes para gerir adequadamente o conflito dos pais e que se culpam pela sua ocorrência estão em maior risco de apresentarem problemas como ansiedade e depressão, segundo Grych, Seid & Fincham (1992). A relação entre conflito conjugal e problemas de internalização depende, então, do grau em que a criança se sente ameaçada e se culpa quando ocorre o conflito, e não tanto da exposição ao conflito *per se* (idem). Reforçando

esta ideia, Kilpatrick & Williams (1998) acrescentam que quanto maior for a ameaça percebida associada, mais intensa será a reacção imediata e mais provável será o desenvolvimento de efeitos a longo-prazo. Dizem ainda que os sentimentos de culpa se relacionam com sintomas de DSPT mais graves. Especificando em termos de género, e no sentido do já exposto⁴⁸, os dados de Cummings, Davies & Simpson (in Laumakis, Margolin & John, 1998) apontaram para que representações de ameaça fossem predictoras de efeitos negativos nos rapazes, enquanto que no caso das raparigas a auto-culpabilização era um predictor mais forte.

- Factores mediadores contextuais-situacionais -

Retomamos, neste momento, a segunda categoria de factores mediadores, i.e., os designados contextuais-situacionais que, como já foi exposto, abarca dois tipos: os mais relacionados com a criança e os relacionados com o conflito.

- Factores situacionais mais relacionados com a criança/adolescente -

As experiências passadas da criança/adolescente com o conflito conjugal funcionam como contexto para as reacções, influenciando as suas interpretações das situações, as suas reacções emocionais e cognitivas, assim como o tipo de resposta por que optam (Crockenberg & Forgays; e Grych & Fincham; in Laumakis et al., 1998). As histórias de conflito familiar das crianças/adolescentes são perspectivadas, então, como predictoras das suas respostas aos conflitos. Nomeadamente para Cummings (1998), histórias de exposição a raiva, conflito conjugal e violência interparental surgem como relacionadas com maiores reacções emocionais, comportamentais e sociais que, por sua vez, se relacionam com um maior risco de problemas de ajustamento. Segundo Grych (1998), aliás, comparativamente, este factor das experiências prévias com agressão conjugal constituem-se como o melhor predictor das representações dos filhos a ela expostos. As crianças/adolescentes expostos a maiores níveis de agressão verbal e física entre os seus pais perceberam situações de conflito de forma mais ameaçadora e demonstraram expectativas mais pessimistas quanto à eficácia dos seus esforços de coping. A agressão física entre os pais funcionou enquanto variância única da predição destas variáveis.

⁴⁸ Nomeadamente na parte intitulada “diferenças de género: o sexo como factor mediador do impacto”.

Outro aspecto contextual-situacional é o que nos remete para os aspectos relacionais das dinâmicas familiares que envolvem a criança/adolescente e que decorrem, não raras vezes, das situações de violência conjugal. Concretamente, no que diz respeito às alterações ao nível do ambiente familiar e das competências parentais, os níveis de depressão e agressividade verbal maternos, por exemplo, funcionam como factores associados a diferenças em termos de efeitos (Hughes & Luke, 1998). Não exploraremos esta questão, neste momento, uma vez que isto já foi feito na parte dos efeitos indirectos da exposição a violência conjugal.

Um outro factor mediador, referido como factor de risco, é a associação de género com a vítima. A situação das vítimas das agressões corresponderem ao progenitor do mesmo sexo da criança/adolescente é apontado como um factor de risco para um efeito traumático a longo prazo mais severo para os adolescentes (Forsstrom-Cohen & Rosenbaum; Henning et al.; e Spaccarelli, Sandler & Roosa; in Henning, Leitenberg, Coffey, Bennett & Jankowski, 1997 e Henning, Leitenberg, Coffey, Bennett & Jankowski, 1997).

- Factores contextuais-situacionais relacionados com o conflito -

Dentro dos factores contextuais-situacionais, mais relacionados com o conflito, a tendência do campo científico é para que certas dimensões do conflito, como sejam a sua frequência, intensidade e resolução, se relacionem mais intimamente com problemas de ajustamento das crianças. Nomeadamente, as crianças que relataram uma maior frequência e intensidade dos conflitos entre os seus pais, e uma mais pobre resolução mostraram maiores níveis de problemas de externalização e internalização (Grych, Seid & Fincham, 1992). O impacto na criança/adolescente parece, assim, poder estar relacionado com a severidade, cronicidade e intensidade do conflito (Kerig; in Cummings, 1998). Esta associação entre conflitos conjugais mais severos e frequentes, e mais stress psicológico na criança/adolescente é, aliás, defendida por vários autores (Grych & Fincham; e Kempton, Thomas & Forehand; in Henning, Leitenberg, Coffey, Bennett & Jankowski, 1997).

Conflitos expressos abertamente são associados, de forma mais directa, com problemas nas crianças, do que conflito não explícito e mera insatisfação conjugal (Grych & Fincham; in Grych, Seid & Fincham, 1992). Conflitos violentos comparados com os não violentos parecem relacionar-se com problemas a longo-prazo mais extensivos (Fantuzzo et al.; Jenkins & Smith; Jouriles et al.; e Rossman & Rosenberg; in Margolin, 1998), assim

como reacções imediatas mais negativas (Cummings et al.; Cummings et al.; El-Sheikh & Cheskes; Garcia et al.; Laumakis et al.; e O'Brien et al.; in Margolin, 1998). Conflito mais intenso é associado com percepções de maior ameaça e expectativas acerca da escalada dos conflitos, que por sua vez, se relacionam com reacções de tensão emocional (Grych & Fincham; in Laumakis, Margolin & John, 1998).

O estudo de Laumakis, Margolin & John (1998) aponta para que as dimensões do conflito sejam os factores mais salientes enquanto influência no processamento afectivo e cognitivo. A violência física suscitou reacções e cognições mais negativas nas crianças, no entanto mesmo um tom de voz mais negativo teve uma influência notável. Vários dados parecem apontar, então, para que conflitos conjugais que contenham violência física, por oposição a conflitos violentos em termos verbais ou não violentos, predigam maior tensão nas crianças/adolescentes (Cummings et al.; in idem). Katz & Gottman (in Laumakis et al., 1998) sugerem que o facto dos filhos serem particularmente afectados pelo conflito severo dos pais, onde haja violência física e ameaças de saída de casa, se deva ao prognóstico que este tipo de conflito implica em termos de término da relação dos pais e mudança da vida familiar tal como as crianças a conhecem⁴⁹. Segundo Grych (1998), a influência da intensidade dos conflitos sobre as representações das crianças, substancia-se, nomeadamente, na maior atribuição de culpa ao pai quando os conflitos são mais hostis.

No entanto, qualquer forma de violência doméstica parece ter o potencial de induzir trauma na criança/adolescente exposta, independentemente da sua intensidade ou frequência. Daí que para Kilpatrick & Williams (1998), a expressão de episódios menores de violência doméstica seja apenas um mito, pela sua não aplicabilidade.

Também Laumakis, Margolin & John (1998) apontam para a importância chave, na compreensão das respostas das crianças ao conflito conjugal, dos factores contextuais relacionados com a natureza do conflito como são a sua intensidade, resolução e conteúdo. Em termos dos conteúdos, conflitos conjugais relacionados com os filhos, por oposição a conflitos relacionados com assuntos dos adultos, são, segundo Grych & Fincham, (in Laumakis, Margolin & John, 1998) mais perturbadores para as crianças/adolescentes. Num estudo posterior, Grych (1998) não encontrou diferenças na gravidade dos efeitos em função do conteúdo dos conflitos, contrariando os dados anteriores e mais difundidos na literatura. Os conflitos relacionados com as crianças relacionaram-se com afectos menos

⁴⁹ Aspecto que nos remete para a hipótese da segurança emocional – para um aprofundamento desta hipótese teórica cf. por exemplo, Cummings (1998); Grych (1998); Laumakis, Margolin & John (1998) e Snyder (1998).

negativos, do que conflitos sobre outros assuntos, particularmente em crianças mais velhas. Isto foi explicado, pelo autor, pelo facto de a auto-culpabilização quanto aos conflitos relacionados com as crianças, poder, a par dos sentimentos de vergonha e culpa, permitir uma sensação de maior controlo sobre o conflito do que, no caso do conflito ter outro conteúdo que não os filhos. Os conteúdos do conflito, nomeadamente se concernem à criança ou não, foram, então, relacionados com relatos de vergonha, auto-culpabilização e eficácia de coping (Grych & Fincham; in Grych, 1998) mas não relacionados com tristeza, raiva ou medo (Davies, Myers & Cummings; e Grych & Fincham; in Grych, 1998).

O último aspecto dos factores contextuais-situacionais relacionados com o conflito é o que toca à resolução dos conflitos. Esta questão tem assumido bastante relevância na investigação, sendo que os dados apontam para a relação entre conflitos não resolvidos e representações negativas e tensão psicológica nos filhos (Cummings, Ballard, El-Sheikh & Lake; Cummings et al.; e Hennessy et al.; in Laumakis, Margolin & John, 1998). Segundo Cummings e Davies (in Grych, 1998) a ocorrência de afectos negativos associados à observação de interações conflituosas que envolvam um ou ambos os pais verifica-se, particularmente, quando os conflitos são pobremente resolvidos ou envolvem agressão. É pouco provável, por outro lado, que expressões construtivas de discórdia e que a resolução dos conflitos sejam ameaçadoras para a criança ou adolescente, antes promovendo a expectativa de que desacordos numa relação podem ser resolvidos de forma satisfatória (Grych, 1998).

O nível de hostilidade ou agressão envolvidos no conflito e a qualidade da sua resolução são apontados por Cummings & Davies (in idem) como influências particularmente importantes na resposta das crianças ao conflito. A forma como o conflito é resolvido parece poder minorar as reacções emocionais negativas ou o impacto decorrente do conflito e da violência maritais⁵⁰, nomeadamente pelo facto de mudar as implicações dos conflitos em termos de segurança emocional⁵¹ (Cummings, 1998).

Cummings & Davies (in Sani, 1999a) afirmam que discussões não resolvidas produzem mais raiva nas crianças do que as que são parcialmente resolvidas, e estas, por sua vez, resultam mais graves do que as discussões resolvidas. As crianças beneficiam, portanto, com o simples facto de lhes serem dadas breves explicações sobre a resolução do conflito (Sani, 1999a). Cummings & Wilson (in Cummings, 1998) verificaram a redução

⁵⁰ Este facto tem implicações teóricas ao nível da importância dos significados atribuídos aos conflitos, enquanto determinantes nas reacções das crianças, mais do que a sua simples ocorrência (Cummings, 1998).

⁵¹ Este aspecto novamente nos remete para a hipótese da segurança emocional – cf nota de rodapé 48.

das preocupações das crianças quando ocorriam explicações em torno do facto dos conflitos não terem um carácter de longo prazo, nem implicações negativas sérias, mesmo que não fossem explicitamente resolvidos. Uma constatação curiosa do estudo de Cummings (1998) é a de que a resolução dos conflitos é mais benéfica para crianças de lares violentos do que para o grupo controle. Estes dados parecem apontar para que os conflitos conjugais sejam mais ansiogénicos e salientes para os filhos de pais com dinâmicas violentas.

- Resiliência e factores protectores -

Depois de revistos uma série de processos através dos quais factores de várias ordens interferem com os efeitos associados à exposição de crianças e adolescentes a violência conjugal, trazemos aqui alguns elementos que, ao invés de ampliarem as consequências deste fenómeno, o atenuam.

Hughes & Luke (1998), no seu estudo, verificaram a existência de um grupo de crianças que não apresentavam problemas. Referiram que esta situação podia reportar-se a relatos honestos das crianças ou, por outro lado, a uma negação saudável - *healthy denial* - das consequências. Existem, aliás, várias evidências no sentido de uma considerável resiliência nas crianças, muitas permanecendo assintomáticas (Margolin, 1998). Por resiliência entende-se a capacidade das pessoas terem resultados positivos não obstante circunstâncias desafiadoras e ameaçadoras (Masten et al.; e Rutter; in Egeland, Carlson & Sroufe, 1993). As condições que possibilitam ou facilitam este percurso sobre (ou através d)estas circunstâncias de vida podem designar-se de factores protectores.

Jenkins & Smith (in Margolin, 1998) identificaram vários factores protectores: a relação com um adulto fora da família, uma actividade onde a criança receba reforços positivos e reconhecimento, boas relações com irmãos, boas relações com pais e relacionamentos com amigos. Para Holden, Stein, Ritchie, Harris & Jouriles (1998), as características relacionadas com as crianças que podem funcionar como factores protectores seriam a sua inteligência, desempenho escolar, as boas relações de pares que estabeleçam ou a relação positiva com um adulto. Egeland, Carlson & Sroufe (1993) especificam o efeito particular de cuidados parentais apoiantes e responsivos em termos emocionais, enquanto efeito protector, nomeadamente pelo facto de facilitar a regulação das respostas emocionais e permitir o desenvolvimento de confiança na presença apoiante dos outros. Referem, aliás, que este factor emerge de forma consistente, nos estudos de

resiliência, independentemente das condições de risco (Brown, Harris & Bifulco; Cicchetti & Schneider-Rosen; e Egeland & Sroufe; in Egeland, Carlson & Sroufe, 1993). O suporte social, para Sani (1999a), surge como a variável não familiar particularmente importante enquanto protectora para as crianças expostas.

Margolin (1998) agrupa estes factores em três categorias: a) suporte dentro do sistema familiar (por exemplo, um relacionamento privilegiado com um dos progenitores ou com uma figura parental⁵²); b) suporte fora do sistema familiar (relacionamentos privilegiados com pessoas sem ser da família, e/ou boa integração na comunidade e em suas actividades)⁵³; c) atributos ou características da criança (os exemplos que aponta são elevados níveis intelectual e/ou de auto-estima⁵⁴ e a sua atractividade em termos físicos). Bancroft & Silverman (2002) acrescentam a estas características das crianças/adolescentes, a capacidade de contornar os sentimentos de auto-culpabilização⁵⁵.

A capacidade de resiliência é perspectivada como um processo complexo, que se desenvolve ao longo do tempo, através da interacção entre factores constitucionais e experienciais, no contexto de um ambiente percebido como apoiante (Egeland, Carlson & Sroufe, 1993).

Em síntese, a exposição a violência, particularmente no contexto doméstico, surge então como associada a problemas emocionais, comportamentais, adaptativos e de aprendizagem na criança/adolescente, com a susceptibilidade desta afectada pelo seu nível desenvolvimental (Hughes; Jaffe, Wolfe, Wilson & Zak; e Moore & Pepler; in Pepler, Catallo & Moore, 2000), cronicidade da exposição, proximidade física dos incidentes e proximidade emocional à vítima (Bell & Jenkins; in Margolin, 1998). Ou dito de outra forma, o tipo e extensão da violência, as características da criança e a qualidade da parentalidade influenciam o impacto da exposição de crianças e adolescentes a violência doméstica. A combinação complexa de todas estas variáveis resulta numa variação considerável ao nível dos efeitos e dos padrões de ajustamento nas crianças e adolescentes expostos a violência conjugal (Holden, Stein, Ritchie, Harris & Jouriles, 1998; e Hughes & Luke; Moore & Pepler; in Pepler, Catallo & Moore, 2000).

⁵² Também Grych (1998) corrobora, à semelhança de vários outros autores, o dado de que a relação próxima com um ou ambos os pais pode reduzir a ameaça representada pelo conflito parental.

⁵³ Garnezy (in McCloskey, Figueredo & Koss, 1995) também sugeriu duas formas de suporte social de que beneficiariam as crianças em risco: relações positivas dentro da família (especialmente com um ou ambos os pais) e redes de apoio exteriores à família.

⁵⁴ Também Vernberg et al. e Pynoos et al. (in Kerig, Fedorowicz, Brown & Warren, 2000) referem a auto-estima como uma fonte de resiliência e competência, assim como as estratégias de coping.

⁵⁵ Auto-culpabilização que, como já foi visto, é um efeito mediador importante.

III. Discussão teórico-conceitual

Depois do corpo teórico que pretendeu tornar visível o “estado” deste campo de saber, nomeadamente no que é (e como é) dito de forma mais frequente, surge-nos como pertinente, e até imprescindível, partilhar algumas questões que se foram erguendo e tornando quase incómodas, na sua vontade de se fazerem ouvir. Isto no sentido de, ao contrário do que de alguma forma aconteceu nesta parte, introduzirmos algo de nosso ao cenário desta revisão bibliográfica. Fazemos questão de salientar, no entanto, que as ditas questões são quase como que partilhas em voz alta de ruídos que fomos sentindo, minúsculos grãos de areia que esperemos que em conjunção com outros, que outros façam levantar, se constituam como pequenas tempestades que remexam este campo e alimentem as reflexões de quem se mexe nele. Fazemos ainda questão de deixar claro que não é, de todo, nossa intenção que estes grãos de areia, ao invés deste propósito, façam magoar os olhos de quem trabalha, directa ou indirectamente, com esta problemática, mas antes que, como dito, em conjunto possamos, em alguma medida, tranquilizar e responder às angústias que ficarem no ar.

- A área de saber em causa -

Uma primeira questão refere-se à impressão que sentimos de que a área da exposição de crianças e adolescentes é uma área de saber ainda algo colada aos valores ideológicos vigentes, sobretudo àqueles que mexem emocionalmente com as pessoas. Parece haver nesta área, até agora, uma espécie de consenso da literatura, contrastante com a co-existência de diversas correntes como ocorre noutros campos de saber como é o caso das drogas, onde, por exemplo, a visão médica contrasta com a visão fenomenológica. Contando com uma quase ausência de linhas marcadamente críticas, esta área parece-nos que acaba então por ser, ainda, uma espécie de somatório, mais ou menos consensual, de estudos empíricos. Não quer isto dizer que não existam modelos teóricos mas antes que estes são, na sua maioria, algo parciais ou aplicação de modelos gerais a este, e relativamente próximos na sua essência, e não tanto paradigmas. Dias (2004, p.21) partilha esta mesma ideia quando diz que esta área se caracteriza por ter um “*corpo único de conhecimento teórico e empírico*”, ou quando associa a violência doméstica a um objecto onde prevalece uma “*convivência transparadigmática desdramatizada e exploratória*” (idem, p.22). Não queremos deixar, contudo, de fazer notar alguma abertura, mais ou

menos recente, do/ao domínio da sociologia aplicado a este fenómeno e a uma leitura mais cultural em torno da questão da violência, o que pode ser o prenúncio de uma “revolução paradigmática” ou da consolidação das preocupações críticas que vão, tenuemente, emergindo. Este movimento de ir beber à sociologia, assim como à antropologia, os seus contributos parecem-nos, aliás, de uma imensa relevância no sentido da substanciação das tais linhas críticas e da alimentação do processo de clarificação dos conceitos e dos processos em causa.

- As dificuldades associadas à definição do conceito de violência -

Nesta lógica, recuamos agora a uma discussão em torno do conceito de violência que depois do aprofundamento teórico que antecede esta parte, nos parece particularmente relevante, para além da definição explicitada no capítulo I. Sobre o seu uso (e abuso), sobre as suas diferenças ao longo do tempo e pelo espaço, sobre a imprescindibilidade de o perspectivar na sua roupagem socio-cultural (sem a qual fica despido de clareza conceptual)...

Em termos etimológicos, violência vem do latim *vis*, que significa “*violência*” mas também “*força*”, “*vigor*”, “*potência*”, ou “*emprego da força*”, as “*vias de força*”, e também a “*força das armas*” (Dadoun, 1998). Conceptualmente, a violência surge descrita por Marques-Teixeira (2000, p.29) como uma das manifestações frequentes da agressão, sendo que “*um comportamento de agressão não deve ser considerado simplesmente como uma resposta isolada a um aspecto isolado do ambiente, mas como um “revelador” de um modo individual e historicamente constituído de apreender as situações e os acontecimentos e de os controlar*”. Aponta-se luz, nesta definição, para os aspectos da significação e da idiosincrasia indissociáveis da questão da violência. Esta é, então, perspectivada como resultando de uma acção e do significado que lhe é atribuído (Dias, 2004). Por isto se entende que não tenha uma definição universal. apesar de ser um fenómeno comum a praticamente todas as sociedades (idem). Aquilo que se entende por violência varia “*em função dum complexo processo de construção das nossas sensibilidades e das diversas definições pelas quais o fenómeno tem passado*” (cit. Pais; in Dias, 2004, p.87). Parece então que a designação de um acto como violento se prende mais com a significação colectiva dele enquanto tal do que com o seu impacto efectivo. Esta questão revela-se também ao nível da lei: “*os círculos de significação de “crime” e “violência” não são coincidentes, nem sequer concêntricos: há formas de violência que*

são legais e há crimes que não implicam violência no sentido comum do termo” (cit. Beleza; in Manita, 2005, p. 9).

Enquanto conceito, a violência resulta então *“de um complexo processo de construção social, na medida em que incorpora não só os actos, as situações mas também os atributos sociais de quem a pratica”* (cit. Lourenço & Lisboa; in Dias, 2004, p.87). Para além de se perceber, portanto, a existência de diferenças ao nível do que é considerado violência, num determinado tempo e espaço, também se percebem diferenças ao longo dos séculos. Transversalmente no tempo, ela surge como que inevitavelmente associada à natureza humana, ou nas palavras de Domenach (in idem) *“incorporada na condição humana”*. Para Lipovetsky (1983, p.177) a violência foi, desde os tempos mais remotos, *“um imperativo determinado pela organização holista da sociedade, um comportamento de honra e de desafio”*. Dias (2004) complementa esta ideia, indo mais longe e defendendo que a violência emerge *“paradoxalmente, como uma condição necessária ao estabelecimento de relações interpessoais”*. Também para Pais (cit. in idem, p.89) a violência constitui, desde tempos longínquos, uma forma de *“definição das relações sociais sendo, desse modo, uma moldura particularmente possante da condição humana”*. Servindo, etiologicamente, para assinalar o *“carácter essencial”*, a *“essência de um ser”*, constitui-se, para Dadoun (1998) enquanto a essência do homem - este autor introduz a designação de *homo violens* como ilustrativa do seu papel estruturante.

Não obstante a sua presença ao longo das várias sociedades, a perspectiva que lhe foi sendo associada sofreu alterações significativas. Para Fatela (cit. in Dias, 2004, p.89), nas sociedades tradicionais *“a violência era uma componente normal da vida social, uma expressão de fatalidade da ordem cósmica a que os homens aceitavam obedecer”*. Posteriormente, como descreve Elias (cit. in Lipovetsky, 1983, p.176) *“de sociedades em que a belicosidade, a violência para com os outros se afirmavam livremente, passamos a sociedades em que as impulsões agressivas se encontram recalcadas, refreadas, por se terem tornado incompatíveis com a “diferenciação” cada vez maior das funções sociais, por um lado, e com a monopolização da coacção física pelo Estado moderno, por outro”*. De afirmada e reforçada, a violência passa então a ser intolerada e empurrada para os resquícios do mais primitivo de nós. Esta crescente intolerância, segundo Dias (2004) correlativa com a humanização dos costumes e com a suavização das sociedades, está também associada ao individualismo contemporâneo. Individualismo que coabita com um outro valor que lhe parece antagónico: o da compaixão geral pelo outro, enquanto membro da espécie humana (Lipovetsky, 1983). Segundo Pestieau (cit. in Dias, 2004, p.90),

“paradoxalmente, é à força de se tomar em consideração de maneira isolada, de viver para si mesmo, que o indivíduo se abre ao melhor do outro”. O individualismo dos tempos modernos produz, portanto, dois efeitos inversos e, no entanto, complementares que são a indiferença relativamente ao outro e a sensibilidade à sua dor (Lipovetsky, 1983). Nesta nova lógica social, grandemente influenciada pelo Estado moderno, surge então uma nova significação da relação inter-humana, fazendo regredir a violência privada (idem). No rescaldo do declínio desta violência privada de que fala Lipovetsky, ou seja a violência legitimada pela gestão e resolução de conflitos, ou a chamada *“vingança de sangue”* (ibidem, p.179) ascenderá a violência no privado? Ainda que o fenómeno da violência doméstica não seja um fenómeno recente, apesar de recentemente estudado e intervencionado. Deixando a violência de ter *“sentido social”* (idem, p.180), no movimento de retirada humana para a esfera privada (ibidem) procurará agora o seu sentido doméstico, entre paredes? Será, então, o doméstico um dos contextos onde ganha agora sentido a violência na sua transformação hermenêutica, como que irremediavelmente associada ao comportamento humano?

A violência constitui-se como um vector de processos culturais que emergem das imagens, estruturas e dinâmicas salientes da vida quotidiana, no sentido da modelação dos mundos locais (Kleinman, 2000). A violência surge, assim, como *“crucial aos processos culturais de rotinização, legitimação, essencialização, normalização e simplificação, através dos quais o mundo social ordena o fluir da experiência entre e a partir dos indivíduos”* (idem, p.238).

Estamos, então, num tempo de sensibilidade à violência ainda que, quanto a nós, ainda pouca clara, não obstante a sua onnipresença apesar de com outros contornos, noutros formatos, noutros sentidos – segundo Kleinman, as violências da vida de todos os dias. Segundo este autor seriam estas violências da vida de todos os dias que criariam o *“existencial”*, sendo que este existencial não é o resultado de uma natureza humana uniforme mas antes *“emerge de inerentes multiplicidades, ironias e instabilidades das condições humanas (partilhadas e particulares) dos mundos morais locais”* (ibidem, p.239)⁵⁶.

Segundo Dias (2004), aquela maior sensibilidade à violência está também na origem da extensão do conceito, que hoje integra *“actos e situações que historicamente,*

⁵⁶ Seria este processo instrutivo de naturalização da experiência social e dos agentes individuais que poderia, segundo este autor, tornar-se objecto de investigação de etnografias das violências da vida de todos os dias (Kleinman, 2000).

mesmo em tempos recentes, não eram considerados violentos” (cit. Lourenço & Lisboa; in Dias, 2004, p.90). Segundo estes autores, este neologismo por extensão⁵⁷ tornou visíveis e salientes violências que outrora não eram socialmente reconhecidas, ou seja, que não o eram, ao mesmo tempo que aumentou a capacidade analítica e descritiva do conceito (Lourenço & Lisboa; e Platt; in Dias, 2004). Este processo tem a implicação perversa de reduzir a eficácia e operacionalidade do conceito, em termos da investigação (Lourenço & Lisboa; e Casimiro; in Dias, 2004) - *“a plasticina própria da linguagem, se nos permite inflectir ou alargar a significação dos termos, permite, igualmente, ocultar distinções importantes gerando confusão em nós próprios, o que nos torna mais vulneráveis a raciocínios falaciosos. O emprego cada vez mais alargado do termo violência corre o risco de ter precisamente este efeito sobre o pensamento social dos nossos contemporâneos”* (cit. Platt; in Dias, 2004, p.91)⁵⁸.

- Implicações para este trabalho -

Estas questões da confusão e dos raciocínios falaciosos constituem, para nós, parte das implicações desta discussão para o presente trabalho. Em termos da leitura dos dados dos estudos empíricos é importante ter em conta as definições e os entendimentos variados de violência doméstica que são utilizados. Estas diferenças constituem um dos problemas dos estudos nesta área (Graham-Bermann, 1998), no sentido de ler os dados adequadamente, i.e., saber que em algumas situações podemos estar a falar de coisas muito distintas. Dito de outro modo, as dificuldades ao nível das definições dos conceitos originam pouca clareza no significado dos dados, podendo quase colocar a questão: de que falamos quando descrevemos estudos e resultados empíricos? As diferentes conceptualizações resultam em dados não possíveis de comparar – daí, também, a pertinência de uma abordagem qualitativa e fenomenológica, em que o sentido atribuído pelos actores em causa, na sua situação particular, seja o cerne da investigação, de forma assumida e intencional. Isto é reforçado, quanto a nós, por este se tratar de um campo de

⁵⁷ “Neologismo por extensão” é o processo de abertura de um conceito, no sentido de abarcar realidades e comportamentos não considerados na concepção original (Dias, 2004).

⁵⁸ Outro perigo do neologismo por extensão do conceito de violência consiste na procura da perspetivação de tudo o que pode ser uma forma de violência. Este processo pode levar a um ímpeto irracional de sobre-protecção que pode quase levar à transformação das crianças em narcisos, despreparadas para a vida – o perigo do impedimento do desenvolvimento de estratégias de gestão de situações (entre pares e no geral) e de sobrevivência. Assim como a perniciosa super vigilância das interações das crianças com as figuras que a rodeiam, facilmente filtradas pelo esquema saliente dos abusos, com o decorrente perigo das associações abusivas de manifestações positivas de afecto com intenções de abuso, num fenómeno aproximável ao de pânico moral, relativamente ao abuso sexual de crianças e adolescentes.

saber particularmente difícil de operacionalizar e definir, por se debruçar sobre fenómenos e constructos que fogem à captação pela objectivação da ciência, pelo dinâmico e interaccional da sua definição existencial. As categorizações possíveis podem ser, ao mesmo tempo demasiado amplas abarcando quase, se não todas, as famílias em algum momento da sua vida, ou demasiado restritas captando apenas os extremos (Margolin, 1998). Kleinman (2000) a partir de uma demonstração antropológica, afirma que as taxonomias vulgares da violência (pública versus doméstica, ordinária versus extrema) se demonstram inadequadas para perceber o uso de violência e os seus múltiplos efeitos, ao nível do sofrimento individual ou colectivo o que, para nós, é uma questão muito importante. A violência emerge, então, como um conceito dinâmico, fruto de construção sócio-cultural, como percepção e como significado. Um entendimento mais claro do fenómeno, e nomeadamente num casal, resulta então, a nosso ver, da interacção complexa entre acção e reacção, agressor e vítima, violência física e violência psicológica/verbal, etc.

Outra implicação desta discussão situa-se, portanto, ao nível do nosso posicionamento relativamente ao fenómeno da violência doméstica e dos maus-tratos e das suas “identificações” enquanto tais. A violência política, a violência social, a violência estrutural, a violência do dia-a-dia, múltipla nas suas novas formas, é perspectivada, então, enquanto existencial e normativa (idem), e resultante da interacção e da mudança ao nível das representações culturais, experiência social e subjectividade individual. Isto, por si só, acrescenta-se à dificuldade de estabelecer o que são cuidados parentais e dinâmicas conjugais violentos, na medida em que os limites destas situações em termos de serem abusivos ou, por outro lado, fazerem parte dos processos de organização social, são, quanto a nós, difíceis de discernir. A violência, no geral e nos contextos conjugal e doméstico em particular, situa-se num contínuo, não sendo um fenómeno com dois formatos opostos - o traumatizante e o potenciador de um desenvolvimento adequado, não se podendo estabelecer uma relação directa ou causal entre violência familiar e problemas de ajustamento (Wolfe, Jaffe, Wilson & Zak, 1985). A violência conjugal, ou as situações de conflito mais severas, surgem como um extremo negativo desse contínuo (Cummings, 1998). O seu impacto sobre as crianças que lhe estão expostas não deve ser simplificado ou considerado isoladamente, uma vez que é um dos aspectos do funcionamento familiar, em interacção com outros. É frequente a associação da violência com outros

comportamentos⁵⁹, relacionando-se com a disfunção familiar de um modo mais geral (idem).

Aquele contínuo da violência, neste caso conjugal, abrangeria situações de conflito como que entre os pólos de destrutivo a construtivo, tendo um vasto leque de efeitos e resultados associados, pela multiplicidade de formas de expressão e resolução, por exemplo. Segundo Frances (cit. in Manita, 2005, p.9), a violência organiza-se “*num contínuo em que, num dos seus extremos, encontramos formas de comportamento que não se revelam particularmente severas e, no extremo oposto, comportamentos face aos quais existe unanimidade na condenação social e judicial. O problema reside no risco de os indivíduos, famílias e comunidades poderem desenvolver processos socio-culturais de aceitação de formas progressivamente mais graves e frequentes de violência e abuso, que passam a percepcionar como condutas normais*”⁶⁰. No entanto, para além deste problema, o foco técnico e investigativo nos extremos do contínuo, nomeadamente em termos dos efeitos, amplia as implicações negativas e ignora os efeitos positivos de estilos construtivos face a conflitos, assim como permite uma janela limitada para os processos mediadores (Cummings, 1998) – como refere Morin (cit. in Martins, 2002, p.130) “*as coisas mais importantes não se definem pelas suas fronteiras, mas pelo seu núcleo*”. Apesar da violência em si não ser construtiva, há, então, estilos de gestão dos conflitos que são construtivos, por exemplo, ao nível do desenvolvimento de estratégias de resolução de problemas. Assim como as reacções aos conflitos, que em si não são funcionais ou disfuncionais, antes reacções a curto prazo que fazem parte de um processo contínuo de aprendizagem, por parte da criança, de resposta aos estímulos geradores de stress do mundo exterior (Laumakis, Margolin & John, 1998).

Revela-se importante, pelo exposto, desconstruir a dicotomia agressor-vítima no sentido de não nos parecer razoável reduzir desta forma a complexidade da maioria das situações de violência, onde não é raro que as mulheres não se reduzam a alvos passivos de violência (Holden, 1998). Salientamos o facto da violência doméstica ser, de forma muito difusa, associada linearmente com a violência física e, especificamente, com a violência dos homens sobre as mulheres. Não podemos deixar de fazer notar, depois da discussão em torno do conceito de violência, o nosso posicionamento de afastamento perante a visão,

⁵⁹ Por exemplo, a ausência de comunicações positivas entre o casal pode ser tão significativa, em termos de impacto, quanto a presença de comportamentos negativos perante o conflito (Cummings, 1998).

⁶⁰ Manita (2005) chama, ainda, a atenção para o processo de “desatenção selectiva” (evocando a designação de Pagelow), que se pode acrescentar àquele outro e que tem caracterizado o olhar apontado para o fenómeno da violência doméstica, nos últimos anos.

ainda muito presente na literatura, dos agressores como o absolutamente outro, maquiavélico e quase psicopata, próxima da visão positivista do criminoso, uma e quase permitindo a sua identificação e descrição à priori, antes e para além do sujeito. Consideramos, então, que o fenómeno da violência entre um casal é, à partida (excepto em situações de violência extrema e claramente desproporcionada), muito mais complexo que passível de ser reduzido à tal dicotomia agressor-vítima, emergindo a necessidade de ter em conta os seus protagonistas e as interrelações entre eles, fazendo convergir as diferentes vertentes e dinâmicas envolvidas naquela dinâmica violenta (Manita, 2005) - *“na realidade, se não conseguirmos compreender as dinâmicas que sustentam a interacção violenta, dificilmente poderemos implementar uma adequada intervenção, quer junto da vítima, quer junto do agressor, quer ainda da comunidade/sociedade”* (idem, p.9).

Para perceber a violência que ocorre numa família é necessário considerar uma série de aspectos que passam, por exemplo, pelas fontes ambientais de stress e pelos valores pessoais, familiares e culturais, que legitimam a agressão como resposta (Malley-Morrison & Hines, 2004). Isto é particularmente pertinente na medida em que é fácil perceber, de forma algo difusa, alguma ambliopia antropológica no meta-discurso da área da violência doméstica. É importante perceber os padrões de comportamento e os valores tanto no contexto mais restrito, quanto na cultura mais alargada onde o contexto específico se insere. Perceber e discutir as ideias, os mitos culturais e as realidades sociais, assim como estabelecer uma visão da família como um sistema, influenciado pelas forças externas (Hauswald, 1987) revela-se, portanto, de grande relevância. Apelamos então, novamente, à importância da leitura macro (querendo dizer a sociológica) complementar a micro (querendo dizer a psicológica), uma vez que a explicação (ou exploração) das variáveis psicológicas não satura a explicação dos fenómenos.

É também importante ter em conta que os quadros de leitura que estão na base dos nossos julgamentos acerca das interacções das famílias são influenciados por muitos aspectos para além da formação técnica e académica, como sejam as experiências pessoais, os valores ideológicos, as tendências pessoais e culturais ou a educação (Malley-Morrison & Hines, 2004). Segundo Dias (2004, p.93) *“o processo de designação de um acto violento baseia-se mais naquilo que o profissional/investigador pressupõe, do que no conhecimento prático da violência na família”*. Revela-se, então, muito importante ler os comportamentos e as situações no seu contexto, para lhes atribuir a tonalidade adequada nomeadamente em termos de abusividade e violência. Em particular nesta altura, ressaltam-se-me dois outros aspectos influenciadores dos quadros de leitura, ligados entre

si: o da mediatização dos fenómenos e o da consequente opinião pública. A mediatização pública recente em torno de casos de violência sobre crianças, com desfechos dramáticos, em que a acção das CPCJ's é posta em causa pelos meios de comunicação social de forma muitas vezes arrogante e infundamentada, está a alimentar a opinião pública quanto à suposta insuficiente operatividade destes serviços. Ou seja, não contemplando a possibilidade de um trabalho competente implicar riscos que podem resultar em desfechos dramáticos, parece-me que a opinião pública e os meios de comunicação social podem estar a exercer uma perigosa pressão sobre estes serviços no sentido de um maior número de acções concretas, numa lógica de um terror interventivo (Agra, 1997). Acções que a substanciarem-se num maior número de retiradas e institucionalizações (cujo aumento antecipo desconfortavelmente) revelam-se perniciosas – em caso de dúvida por parte dos técnicos, parece-nos que poderá haver, nesta conjuntura, uma maior tendência para acções de retirada das crianças aos pais, no sentido da sua própria protecção enquanto profissionais. Ninguém condenará os técnicos pelos números assustadores de depressão infantil em crianças e adolescentes institucionalizados⁶¹, mas sim pelos eventuais desfechos negativos de esforços em termos do trabalhar as famílias nas suas fragilidades.

Achamos pertinente partilhar a reflexão de como a violência pode ser quase o cenário de vida, como também pode ser silenciada pelo contexto de vida⁶² (se quisermos, uma aplicação deste paradoxo, seria o contexto de um bairro social problemático, onde se considere existir a designada violência da comunidade⁶³, por oposição a um condomínio de classe média-alta). As designações de mau-trato e violência doméstica, resultando de categorizações sociais (o que explica em parte a sua variabilidade), não devem ser desligadas do contexto sócio-cultural em que são produzidas (Emery: in Martins, 2002). Daí que os processos de categorização devam depender do contexto social em que ocorrem (Hutchinson, in idem).

Tudo isto aponta para a dificuldade de determinar o que são cuidados adequados e por conseguinte o que são maus-tratos. A este respeito, Scheper-Hughes (1987) salienta o papel do contexto social e económico na modelação da expressão de sentimentos maternos e na significação cultural de amor materno, assim como na determinação da experiência de

⁶¹ Cf. "súmula e discussão dos dados" (capítulo VI), concretamente a parte relativa ao sentimento dos adolescentes do nosso grupo amostral relativamente aos seus pais/cuidadores.

⁶² A este propósito remetemos para um artigo que consideramos muito interessante, onde se comparam crianças expostas a situações de guerra e a violência entre os pais (Berman, 2000).

⁶³ Por violência da comunidade entende-se a violência que ocorre na vizinhança e no espaço das ruas, exterior aos lares (Osofsky, 1998). Este tipo de violência, que pode ser uma fonte de stress tanto para os pais como para as crianças, mostrou uma forte relação com a violência intrafamiliar (Margolin, 1998).

vinculação, separação e perda. Segundo esta autora, o pensamento e as práticas maternos seriam produzidos socialmente em vez de determinados por um script psicobiológico de emoções inatas e universais, como é sugerido pela literatura biomédica acerca da vinculação maternal (idem). A natureza do amor materno e da vinculação é, então, um fenómeno complexo, construído socialmente e dotado de sentido através da cultura – daí que haja a necessidade de um modelo mais contextualizado do pensamento e sentimentos maternos e paternos. Nesta óptica, parecem-nos mais realistas e menos artificiais e estanques, as noções de relações potencialmente adequadas em termos de cuidado e orientação, por oposição a relações que dificultam as condições básicas de desenvolvimento, em substituição de noções de relações ideais ou não abusivas vs relações abusivas ou que não possibilitam um desenvolvimento adequado. Isto no sentido do próprio léxico não simplificar a complexidade dos resultados das vivências familiares complexas, em termos desenvolvimentais.

Solnit (in Martins, 2002) defende a posição de que os maus-tratos infantis seriam inevitáveis, já que uma sociedade que prevenisse todos os casos de maus-tratos seria indesejável pelas implicações em termos do nível de vigilância que suporia. Assim, importa conjugar a protecção de adultos e crianças face a danos severos com o respeito pela sua privacidade e diversidade de modos de vida, desenvolvendo sistemas de apoio às famílias e sancionando práticas que, de facto, comportem perigo extremo e não as que se afastem dos padrões de cuidado óptimo (Hutchinson; in Martins, 2002) - *“perante a lei, é direito dos pais educarem os seus filhos sem interferências do Estado. Por outro lado, torna-se difícil separar a educação dos maus-tratos (Hart, Brassard & Karlson, 1996), o que, mais uma vez nos remete para o domínio privado, a família. Importa, pois, estabelecer critérios e limites que circunscrevam, justifiquem e legitimem a invasão da família”* (Martins, 2002, p.36). Segundo Winnicott (in idem), as relações pais-filhos apenas devem ser suficientemente boas, sendo que esta avaliação deve ser feita em termos da sua adequação contingente, uma vez que *“a relação parental é sujeita a determinações históricas e contemporâneas, individuais e sociais, materiais e simbólicas, intra e interpessoais”* (Iwaniec; in ibidem, p.38)⁶⁴.

⁶⁴ Haveria, assim, um estado óptimo de segurança familiar, que passaria por condições de satisfação das necessidades, encorajamento da expressão aberta de sentimentos, existência de ordem e previsibilidade (Berman, 2000). Hauswald (1987) propõe como condições necessárias a uma parentalidade construtiva e inovadora, uma auto-imagem positiva, uma rede familiar forte, e valores e crenças bem definidos acerca de papéis pessoais e significados sociais.

Segundo os dados do estudo antropológico de Hauswald (1987), o abuso de crianças relacionar-se-ia com a alteração e/ou perda de valores e normas culturais, derivadas das mudanças sociais. Neste cenário, o abuso e a negligência poderiam reflectir a confusão nos pais, relativamente a como cuidar e educar os seus filhos, decorrente das alterações ao nível das condições sociais. Ainda segundo aquele autor, o consumo de álcool é frequentemente percepcionado como a causa do abuso e da negligência de crianças, no entanto, a ruptura nas tradições culturais associada às rápidas mudanças ao nível da interacção familiar e das práticas educacionais precedem o uso de álcool em muitas famílias negligentes. Relembramos aqui a questão levantada por vários autores⁶⁵, relativa ao facto de maiores níveis de problemas de ajustamento serem mais um reflexo do contexto social e familiar em que a violência interparental ocorre, do que meras consequências da exposição a violência conjugal no ajustamento pessoal (Fergusson & Horwood, 1998)⁶⁶. Segundo estes autores, muito do risco elevado deste grupo surge do contexto familiar onde a violência interparental ocorre, mais do que sendo um efeito directo desta violência. Se os efeitos podem ser um reflexo do contexto social, a tarefa de diferenciar os efeitos associados à violência doméstica dos associados à violência comunitária torna-se complexa (Osofsky, 1998). Este autor verificou, no seu estudo que a exposição a violência se relaciona com padrões de sintomas semelhantes, seja relativamente a violência doméstica, seja relativamente a violência da comunidade. Isto coloca-nos numa posição difícil em termos das decisões ao nível interventivo – o que fazer quando é a própria realidade que é violenta?

Isto leva-nos a uma outra questão, igualmente importante de reflectir, relativa ao paradoxo entre a protecção à privacidade versus o ímpeto de visibilidade de lares. Dito de outro modo, a diferente visibilidade de situações abusivas em diferentes classes sociais e o facto, decorrente deste, das conceptualizações partirem, em parte, das situações que ocorrem mais frequentemente nas classes socio-económicas mais baixas e, por isto, também captarem mais estas. Parece-nos que, as famílias de classes socio-económicas mais debilitadas, ao servirem um pouco como modelo para as conceptualizações das situações abusivas, vão-se constituindo enquanto tal. Ou seja, são as próprias fragilidades

⁶⁵ Cf. capítulo II, nomeadamente a parte acerca dos efeitos indirectos da violência doméstica.

⁶⁶ Aponta-se para maiores probabilidades de, na situação de exposição a violência conjugal, se estar exposto a outros factores de stress familiar: pobreza, exposição a violência da comunidade, alto nível de stress e instabilidades profissionais e familiares (Holden, Stein, Ritchie, Harris & Jouriles, 1998). Contudo, chamamos a atenção para a associação errónea e perigosa de pobreza com negligência ou maus-tratos, que como já discutimos, não é de todo linear. No entanto, mesmo controlando estes factores, a experiência da exposição a violência física entre os pais durante a infância continua a prever dificuldades psicológicas na idade adulta (Henning, Leitenberg, Coffey, Bennett & Jankowski, 1997).

dessas famílias que as desfavorecem ainda mais. Neste sentido, Malley-Morrison & Hines (2004) referem que as respostas da sociedade a evidências que apontem no sentido de violência familiar tendem a ser mais coercivas e controladoras no caso de famílias mais pobres e marginalizadas socialmente⁶⁷. Segundo estes autores, as instâncias de saúde tendem a rotular como abusivas e negligentes as práticas de famílias mais pobres, e a rotular de acidentais, práticas semelhantes em casos de famílias mais favorecidas e influentes. A isto se acresce o factor, também diferenciador quanto a nós, dos diferentes recursos que podem caracterizar estas populações. Por isto queremos dizer que provavelmente, em confronto com instâncias de controlo directo ou indirecto das práticas parentais (ainda que este confronto ocorra, como tem sido discutido, em proporção muito distinta nas duas classes), os indivíduos dos estratos socio-económicos inferiores terão menos competências de e para racionalizar as práticas consideradas abusivas, por oposição aos indivíduos de estratos mais privilegiados.

Parece-nos muito importante levantar o ruído sobre as ocorrências deste tipo, mesmo as mais esbatidas e subtis. A implicação de se incorrer nelas parece-nos que vai, mais uma vez, no sentido da constituição de uma classe sócio-económica abusadora, deixando a descoberto as outras situações de violência, nos seus contornos particulares, que ocorrem noutras classes mais favorecidas⁶⁸. Estas outras situações de violência doméstica acabam por ser muito difíceis de aceder em termos da investigação, uma vez que provavelmente só seriam acessíveis através do âmbito clínico privado (o que acarreta dificuldades ao nível ético dos profissionais e ao nível da disponibilidade dos próprios para se envolver nos estudos). Ficam então, inevitavelmente preservadas ao nível interventivo e investigativo, e ausentes do fenómeno da violência doméstica, existentes apenas no abstracto da contemplação da sua existência. A violência que ocorre em casa fica, então, cada vez mais sobreposta àquela que acontece nas classes sócio-económicas mais desfavorecidas.

A forma que usamos neste trabalho, no sentido de ter em conta todas estas questões em torno do relativismo dos conceitos em causa, foi explicar aos técnicos que

⁶⁷ A isto se acrescenta o facto de que a avaliação da adequação da maternalidade em lares violentos acaba por ser, segundo Holden, Stein, Ritchie, Harris & Jouriles (1998) mais exigente do que em lares não violentos.

⁶⁸ A este respeito, aconselhamos o confronto com a obra de Malley-Morrison & Hines (2004), nomeadamente as páginas 3 e 5, onde os autores propõem algumas situações exercício, perante as quais é suposto que o leitor se posicione. Essas situações referem-se a uma retirada de uma menor a uma família muito pobre, a partir de uma análise muito superficial da situação em causa e, por outro lado, a um padrão de abusos continuados e com contornos muito “sofisticados” que não tinham qualquer visibilidade para o exterior, uma vez que ocorriam numa família favorecida do ponto de vista económica e conceituada em termos sociais.

seleccionaram o grupo que constituiu a amostra, que o nosso objectivo era aceder a adolescentes que vivessem ou tivessem vivido (consoante a situação - institucionalizado ou em família) situações em casa de conflito intenso, elas mesmas vítimas ou não de violência física. Não se explicitava, portanto, se este conflito tinha que ser de ordem física até porque a questão da exposição a violência física levar a resultados mais nefastos que a exposição a violência verbal não é consensual, uma vez que há estudos que não encontraram diferenças significativas entre exposição a violência conjugal e exposição a conflitos não-violentos (Hershorn & Rosenbaum; e Rosenbaum & O'Leary; in Margolin, 1998)⁶⁹.

A partir daqui, era a partir dos indicadores dados pelos próprios de terem vivido essas situações de violência entre os pais ou cuidadores que os fazia permanecerem no grupo. Ou seja, interessava-nos, mais do que critérios que pudéssemos estabelecer como caracterizando situações de violência doméstica, a partir do seu exterior, o significado atribuído pelos próprios enquanto tal (ainda que esta significação de violência não tivesse de ser explícita, tal como se verá⁷⁰, podendo manifestar-se de forma defensiva).

Optou-se, portanto, pela lógica da perspectiva subjacente à metodologia etnográfica, por oposição a grelhas rígidas e externas aos fenómenos, que relativizasse as classificações exteriores e à priori das situações como violentas ou não, antes quisesse fazer emergir os significados dos próprios e as vivências associadas a estes. Esta questão, parecendo-nos incontornável, só fazia sentido que fosse intencionalizada e assumida de forma consciente⁷¹. Lógica que preconiza a perspectiva do actor social, i.e., a perspectiva dos adolescentes como a pertinente para perceber o seu funcionamento, fazendo a investigação aproximar-se do campo clínico, quando esta se centra no indivíduo. Opção possível para aqueles dois domínios mas mais difícil de operacionalizar no das práticas de intervenção em termos de resposta a situações problemáticas (CPCJ's, APAV's, ...), que não se podem apenas basear nos relatos e nas significações dos indivíduos, porque as suas implicam outros, ainda que muitas vezes presas no potencial falacioso de juízos externos.

No fundo, a lógica da frase “dor é quando dói...”.

⁶⁹ Tal como referido na parte dos estudos comparativos do capítulo II, mesmo expressões de raiva entre os pais (Cummings & Zahn-Waxler; in Osofsky, 1998) ou um tom de voz mais negativo (Laumakis, Margolin & John, 1998) têm uma influência notável ao nível das emoções, representações e comportamentos das crianças.

⁷⁰ Cf. capítulo V.

⁷¹ Holden (1998) reforça metodologicamente esta preocupação quando aponta as diferenças em termos da percepção de um acontecimento como mais ou menos violento, como um dos motivos provavelmente associados à falta de acordo quanto aos níveis de exposição, verificada nos estudos a partir de múltiplos informantes.

B. Parte empírica

IV. As opções metodológicas

1. Os participantes

A opção quanto aos participantes que se enquadravam melhor na lógica que se procurava buscar não foi linear, tendo antes evoluído experimentalmente e com o recurso a uma especialista na área infanto-juvenil.

Assim, como pressuposto básico e inquestionável tínhamos o objectivo de aceder às perspectivas das crianças/adolescentes a partir dos seus próprios relatos, “*de perceber através do seu próprio discurso, as significações construídas na sequência de experiências concretas de vitimização directa ou indirecta*” (Sani, 1999b, p.364). Não era, então, relevante para nós, na selecção do grupo amostral, se os adolescentes eram ou haviam sido, eles próprios, vítimas de violência física em casa, mas antes que estivessem ou tivessem estado expostos a violência entre os pais/cuidadores, em particular⁷². Dar voz a estes actores quanto à dobragem de si mesmos sobre os fenómenos que tinham, significativamente, feito parte do seu processo desenvolvimental, revestia-se então para nós, de particular importância. Isto tanto pelo facto de os próprios serem os melhores descritoras das suas experiências internas⁷³ (Hughes & Luke, 1998), quanto por esta ser uma área de estudo baseada em grande parte nos relatos das mães e pais (Bancroft & Silverman, 2002; McCloskey, Figueredo & Koss, 1995), quase num *envieçamento adultocêntrico*, como define Bermam (2000, p.109).

Este tipo de estudos sofre uma série de críticas metodológicas, nomeadamente no que toca à pouca concordância verificada entre mãe, pai e criança (Osofsky, 1998) quanto ao impacto dos conflitos na última. Isto tanto no sentido de uma sub estimativa daquele impacto, pelos relatos dos pais (Margolin, 1998), por as crianças poderem ter consciência de conflitos a que não estejam directamente expostas, como também no sentido de uma sobre estimativa relacionada com o facto dos pais poderem definir algumas interações como conflituosas que não sejam salientes para as crianças, como sejam desacordos que sejam resolvidos calmamente (Grych, Seid & Fincham, 1992). Outro problema metodológico apontado, neste caso em particular aos estudos a partir de mães vítimas de

⁷² Daí a opção pelo uso, no presente trabalho, da expressão de “violência doméstica”, pelo facto desta abarcar as diferentes situações a que pretendíamos aceder, i.e., situações de violência conjugal e situações de violência familiar no geral, conforme explicado no capítulo I, relativo às “considerações conceptuais iniciais”.

⁷³ Ainda que os pais sejam considerados, segundo Hughes & Luke (1998) como melhores descritores de problemas comportamentais de externalização. No entanto este facto não pesou na escolha uma vez que a detecção daquele tipo de problemas não era o cerne do nosso interesse investigativo.

abuso físico, consiste nas inconsistências quanto ao tipo de exposição sofrida pelos filhos à violência, assim como uma possível negação, minimização ou falta de noção do grau daquela exposição. Acrescente-se a estes problemas o facto de muitas destas mulheres abrangidas pelos estudos serem de abrigos, podendo, portanto, não serem representativas das mulheres agredidas que não saem de casa (Holden, 1998). As casas abrigo surgem, assim, como a ponta do iceberg (Fantuzzo, Mohr & Noone, 2000).

Outros tipos de estudos frequentemente encontrados nesta área são aqueles que se baseiam em metodologias retrospectivas. As limitações, neste caso, apontam sobretudo para as possíveis distorções que a evocação de memórias pode sofrer (Henning, Leitenberg, Coffey, Bennett & Jankowski, 1997)⁷⁴.

Estando cientes de que qualquer opção implica dificuldades e permite o lugar a críticas, consideramos que aquelas que se prendem com a nossa opção, i.e., entrevista a adolescentes (e de que daremos conta mais tarde) se atenuavam perante as das suas alternativas, no sentido dos relatos dos sujeitos, de algum modo, evitarem as sub e sobre estimativas dos pais (Laumakis, Margolin & John, 1998), e, à partida, permitirem aceder às percepções deles mesmos segundo os seus olhares, e à sua exposição a violência doméstica segundo os seus ditos.

A partir daqui interessava definir uma série de critérios que tornavam a amostra intencional ou teórica, no sentido de que em estudos com esta lógica de base “*os indivíduos não são escolhidos em função da importância numérica da categoria que representam, mas antes devido ao seu carácter exemplar*” (Ruquoy; in Sani, Gonçalves & Keating, 2001). O mesmo é dizer que os indivíduos, nos estudos qualitativos, são escolhidos pela experiência que têm, à partida, numa determinada cultura, interacção social ou fenómeno de interesse.

Estes começavam pelo intervalo etário do grupo, sendo que os objectivos iniciais se relacionavam com aceder a idades o mais precoces possível. Isto no sentido de que os dados que obtivéssemos se prendessem o mais possível com o contexto conjugal dos pais e não já com experiências próprias, e à eventual contaminação que este aspecto pudesse provocar. Assim, ponderamos que os oito anos seriam o limite etário inferior, por se considerar que as crianças até aos sete anos estão presas à sua própria experiência subjectiva do mundo, só nessa altura processando-se a reestruturação cognitiva (Dinis, 2004) que as permite abrirem-se ao mais objectivo e concreto do seu redor. A

⁷⁴ Ainda que estas distorções possam ocorrer mesmo quando os hiatos de tempo não são longos, como mecanismo de defesa dos jovens como verificamos empiricamente e comentaremos mais à frente.

determinação dos oito anos como idade mínima relacionava-se também com as limitações linguísticas inerentes à fase anterior àquela que poderiam limitar o alcance dos dados obtidos na entrevista. Outra possível limitação do material obtido com crianças até aos sete/oito anos de idade, sugerida pela bibliografia, são os fenómenos de fabulação que surgem mais frequentemente nesse nível etário (Piaget, 1978).

No entanto, a entrevista experimental e mesmo a opinião da especialista que colaborou na supervisão do guião, orientaram-nos para a definição dos doze anos como limite inferior, centrando-nos assim na fase da adolescência como a seleccionada. Isto por se considerar e constatar esta fase como mais adequada para obter o material pretendido, pela capacidade dos adolescentes tanto de perceberem tudo o que é dito (*idem*), como de integrarem e darem sentido às suas experiências, assim como de se exporem quanto a estes assuntos. Também Sani (2003) salienta o potencial informativo dos dados recolhidos com adolescentes, aspecto que relaciona com a sofisticação cognitiva e a compreensão dos relacionamentos características daquela fase. Igualmente não foi alheio a esta decisão, o facto da investigação, apesar de até agora se ter debruçado sobre as crianças até aos dez anos, estar a transmitir evidências crescentes no sentido das crianças mais velhas também serem afectadas (Cummings, 1998). O limite superior foi estabelecido como sendo os vinte anos, de modo a corresponder à fase da adolescência, no entanto, por motivos circunstanciais às instituições que fizeram a selecção, o elemento mais velho entrevistado tinha dezanove anos, pelo que a amostra abrange jovens dos doze aos dezanove anos.

Outro critério importante a definir era “que adolescentes” entrevistar, e consequentemente, onde encontrá-los. Optamos por pensar em abranger dois grupos distintos: adolescentes institucionalizados num centro de acolhimento, i.e., retirados das famílias de origem, muitos deles exactamente pela problemática em causa e, adolescentes em família. Esta opção pela inclusão dos dois grupos prendeu-se com o intuito de contornar os efeitos que a institucionalização pode provocar por si só⁷⁵, pelo facto de incluir adolescentes outros que não institucionalizados, ou seja, em família, a viverem, na actualidade ou não, as situações de exposição a violência doméstica. Na prática, foi explicado o estudo aos psicólogos, quer da instituição de acolhimento, quer de um projecto que intervém em bairros sociais e foram estes que seleccionaram o grupo,

⁷⁵ Os dados de crianças e adolescentes recolhidos em instituições podem estar contaminados por outras variáveis traumáticas para além da exposição a violência conjugal, relacionados com a institucionalização, como sejam perdas recentes e convívio com pares também traumatizados (Osofsky, 1998). Para um aprofundamento da questão dos efeitos das institucionalizações cf. a obra de Goffman (1974), “Asilos, Prisões e Conventos”.

operacionalizando os critérios que lhes havíamos exposto, a partir do conhecimento que tinham das histórias de vida dos adolescentes, e no caso do primeiro, dos processos que haviam levado à retirada. As entrevistas decorreram no sítio que era mais conveniente e mais confortável aos participantes, i.e., na própria instituição num caso, e relativamente aos jovens dos bairros em locais escolhidos por eles (desde de uma sala da escola, passando pela casa de chá do parque da cidade, até às escadas do “*place*”⁷⁶). O procedimento do consentimento esclarecido foi feito, no caso da instituição, de uma forma colectiva, através do pedido de autorização formal para a realização do estudo efectuado à direcção do centro. No caso dos jovens dos bairros este consentimento foi pedido individualmente aos encarregados de educação, através de uma breve explicação de que estávamos a fazer um estudo, acerca de jovens e as suas formas de perspectivar alguns assuntos, para o qual a colaboração dos seus educandos era muito importante. No formulário que estes assinaram a formalizar a autorização era brevemente explicado que a recolha da informação era feita através de uma entrevista gravada, salientando e assegurando as questões do anonimato e da confidencialidade (cf. Anexo I que inclui os dois formatos das autorizações).

O grupo que constituiu a amostra era de onze sujeitos, seis institucionalizados e cinco em família. Os institucionalizados eram todos do sexo masculino, sendo que três dos que estavam em família eram do sexo feminino, perfazendo um total de oito rapazes e três raparigas. A preocupação com a inclusão dos dois géneros na amostra relacionou-se com o facto da bibliografia apontar para a hipótese de existir diferenças, ao nível da forma como percebem e respondem aos conflitos dos pais, nomeadamente pelos diferenciais processos de socialização de rapazes e raparigas (Grych, 1998). No entanto, há pouco consenso no que toca a estas eventuais diferenças e os dados são pouco inequívocos (Laumakis, Margolin & John, 1998) como já expusemos no sub-capítulo 2.3. do capítulo II. As idades variaram, como já foi dito, entre os doze e os dezanove anos, na seguinte distribuição: dois com doze anos, três com treze, três com catorze, um com quinze, um com dezasseis e um com dezanove.

⁷⁶ Designação dos jovens para se referirem ao sítio onde costumam e gostam de “parar”, perto da escola.

2. A metodologia qualitativa

Partindo da premissa de que uma opção metodológica deve ser tomada de acordo com a investigação e o seu objecto, mas também de acordo com o investigador e a sua perspectiva quanto à realidade e quanto ao saber, a nossa orientação só poderia ter sido para a metodologia qualitativa. Segundo Streubert & Carpenter (1999), os investigadores qualitativos enfatizariam seis características significativas nos seus trabalhos: (1) a crença na multiplicidade das realidades; (2) um compromisso com a identificação de uma perspectiva para a compreensão do que está na base do fenómeno estudado; (3) um compromisso para com o ponto de vista do participante; (4) a condução do questionamento de uma forma que minimize a disrupção do contexto natural do fenómeno em interesse; (5) a noção da inevitável participação do investigador na investigação; e (6) a compreensão do fenómeno através de uma redacção num estilo literário rico com comentários participativos. Percebe-se então o compromisso decorrente da tomada desta perspectiva, do investigador para com a realidade: para quem partilha esta lógica, os indivíduos são considerados como participantes activos nas acções sociais, conhecendo e percebendo os fenómenos de diferentes maneiras, através daquelas interacções sociais, havendo então, não uma, mas muitas verdades a conhecer (idem). Aquilo que se pretende então fazer é “*permitir a emergência de múltiplas leituras da mesma realidade*” (Cheek, in ibidem, p.3) assumindo que esta não existe pronta a captar pelo olhar atento e treinado de um cientista mas antes que se move, se muda e se faz afigurar diferentemente, através do jogo activo do movimento social dos seus personagens. Através da interpretação, esta metodologia permite descobrir conceitos e relações entre os dados brutos que se obtêm, assim como a sua organização num esquema teórico explicativo (Strauss & Corbin, 1998). Mais do que isto, procura desenhar e aplicar “*estratégias empíricas de questionamento que permitam aos investigadores estabelecer ligações entre experiências vivenciais, estruturas social e cultural alargadas e o aqui e o agora*” (Denzin & Lincoln, 1998, p.xi). I.e., parte-se do(s) indivíduo(s) e do(s) seu(s) movimento(s) dinâmicos e interpretativos sobre o social para se perceber o mosaico dos fenómenos que se pretendem estudar, num movimento já de si de “*compreensão interpretativa da experiência humana*” (Nelson et al’s; in idem, p.6). Daí que, para estes autores, a metodologia qualitativa seja uma espécie de “*bricolage*”, onde estudar o particular é estudar o geral (Sartre; in ibidem).

Consideramos assim que a metodologia qualitativa era a adequada para a prossecução deste estudo, por tudo o que isto implica e pressupõe em termos de postura

pessoal do investigador mas também pelo facto de viabilizar (ou potenciar esta viabilização) a resposta às suas interrogações de base. Esta consideração relaciona-se com o facto da metodologia qualitativa pressupor o interesse por uma compreensão em profundidade do fenómeno em estudo (Denzin & Lincoln, 1998) em particular as experiências subjectivas, preservando-lhes a sua forma e conteúdo e analisando as suas qualidades (Lindlof; in Sani, Gonçalves & Keating, 2001). Era disto que se tratava o objecto deste estudo: ouvir os adolescentes com quem nos propusemos trabalhar no sentido de aceder à dobragem de si mesmos sobre a experiência concreta de testemunho de violência entre os seus pais/cuidadores, sobre os seus processos relativos a esta vivência, considerando que eles são os melhores descritores das suas experiências internas (Hughes & Luke, 1998; e Laumakis, Margolin & John, 1998), tal como já referimos.

Sendo que partilhamos do ponto de vista de Sani (1999b, p.372) quando refere que *“dar-lhes “uma voz” é mais do que registar os seus pontos de vista; significa prestar atenção a elas e tomá-las com seriedade, como parte do discurso social”*, este objectivo só poderia ser alcançado com uma metodologia que perspectivasse o outro como sujeito de investigação naquilo que ele nos tem para dar em termos do seu material experiencial e dos sentidos desenvolvidos sobre este (Denzin & Lincoln, 1998). Interessava-nos então perceber como a experiência daqueles adolescentes foi dotada de sentido duma forma que permitisse capturá-los na sua individualidade e subjectividade, na sua interacção com o mundo em acção, valorizando as descrições ricas do mundo social (idem). As narrativas ricas assumem-se, aliás, como o próprio veículo de transmissão do tratamento dos dados (Have, 2004).

Sintetizamos os motivos da nossa opção metodológica com a citação de Have (2004, p.5) quando este diz que a *“característica principal da investigação qualitativa, então, é trabalhar materiais de investigação, procurando significados escondidos, características que não são óbvias, interpretações múltiplas, conotações implícitas, vozes inaudíveis”*, quase numa acção de amplificação destes até então silêncios⁷⁷.

⁷⁷ Não podemos, no entanto, deixar de salientar que esta distinção entre metodologia qualitativa e quantitativa não revela tanto as suas diferenças essenciais mas talvez mais as diferenças em termos de racional teórico/epistemológico de base à investigação. I.e., aquilo que surge como característico da metodologia qualitativa e seu diferenciador em relação à qualitativa, não o é necessariamente, relacionando-se talvez mais com o racional fenomenológico ou hermenêutico da realidade, por oposição ao positivista ou objectivista – pólos tão bem ilustrados pelas expressões de Fernandes (2002) *“império do sentido”* e *“império dos sentidos”*, respectivamente. No entanto, consideramos que a colocação das questões deste modo se revestia de utilidade no momento e para o fim a que se destinava este trabalho.

3. A entrevista

Depois de escolhida a metodologia (e justificada esta opção) importava definir o método de recolha dos dados, dentro daquela, que permitisse a operacionalização das intenções condutoras da investigação. Optamos pelo método descrito por Have (2004) como sendo o modo mais comum de fazer investigação social qualitativa – a entrevista. Esta surge na literatura como sendo especialmente adequada para um objectivo de investigação como o nosso, o da *“análise do sentido que os actores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se vêem confrontados: os seus sistemas de valores, as suas referências normativas, as suas interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das próprias experiências, etc.”* (Quivy & Campenhoudt, 1995, p.193)⁷⁸. A entrevista pode descrever-se como sendo um método de recolha de dados *“no sentido mais rico da expressão”* (idem, p.192), baseando-se na troca e partilha de material entre investigador e entrevistado, no sentido de fomentar a expressão das experiências, percepções, opiniões, atitudes e interpretações do último. O papel do primeiro consiste na facilitação daquele processo, tentando simultaneamente que a dita expressão seja espontânea e fluente de acordo com a organização mental do entrevistado, e por outro lado, se mantenha na proximidade dos objectivos da investigação. As principais vantagens que este método reúne, como pelo exposto se pode depreender, prendem-se com o grau de profundidade que os elementos recolhidos podem atingir e com o (relativo porque nunca absoluto, uma vez que implica sempre uma assimetria) respeito pelos quadros de referência dos interlocutores. Isto em termos de linguagem e categorias mentais, pela flexibilidade e fraca directividade do dispositivo de recolha dos testemunhos e interpretações (ibidem).

Na sequência do exposto, consideramos a entrevista de tipo semi-estruturado como a mais adequada. Sendo a mais utilizada em investigação social, segundo Quivy & Campenhoudt (1995), é assim designada (ou também de semidirectiva ou semidirigida) pelo facto de não ser inteiramente aberta, e por outro lado, também não orientada por um grande número de perguntas precisas. Antes o investigador mune-se de uma série de perguntas-guia, relativamente abertas, que orientam as áreas de informação a receber por parte do entrevistado (idem). A sequência pela qual estas áreas são exploradas deve construir-se de acordo com o decorrer da conversa, no sentido de respeitar a fluência

⁷⁸ Em particular no caso das crianças e dos adolescentes, o falar com eles aparece representado na literatura como sendo o método para julgar a sua lógica sendo que para um objectivo mais ambicioso como aceder às suas crenças, já se considera necessária uma atitude próxima da clínica (Piaget, 1978), consideração que tivemos em conta na condução da entrevista.

verbal e cognitiva do entrevistado, particularmente importante no caso da faixa etária dos nossos participantes. Isto num jogo de maximização e minimização dos assuntos, recorrendo a uma metáfora informática, no sentido de um movimento que não perdendo o fio condutor, se mantenha atento e aberto a outros conteúdos que possam ter lugar na entrevista, ainda que não previstos: *“um posicionamento intermédio em termos de directividade foi considerado como o mais adequado, pois permite seguir a linha de pensamento do interlocutor, ao mesmo tempo que zelávamos pela pertinência das afirmações relativamente ao objecto do estudo”* (Ruquoy; in Sani, 1999b, p.367). Ou seja, a nossa opção era no sentido da condução de entrevistas activas, onde os sujeitos surgem como construtores de sentido e não como produtores de respostas (Have, 2004).

No caso particular do grupo de participantes do nosso estudo, este método reveste-se de uma potencialidade que para nós se afigurou central: como a oportunidade de examinar a experiência de violência nas suas vidas. Na investigação com crianças e adolescentes expostos a violência doméstica, em particular, pela sensibilidade do material a evocar, é muito importante recorrer a um método que use técnicas discursivas para perceber a experiência subjectiva e fomentar as estratégias pessoais de capacitação e *empowerment* na mudança (Bermam, 2000). Quando realizada em contexto seguro, a entrevista pode cumprir esta função, na medida em que o acto de evocar narrativas pode funcionar como um meio de propiciar aos jovens participantes um contexto para dar sentido às experiências: *“ao contar histórias, fazemos mais do que simplesmente relatar uma sequência de eventos, antes transmitimos informações acerca do contexto no qual ocorrem aqueles eventos e dos significados que eles implicam para os contadores, oferecendo insight para ideias e valores culturais mais abrangentes”* (idem, p.109). A lógica subjacente à condução das nossas entrevistas era, então, não apenas de obter dados como também orientar e facilitar a integração da experiência dos adolescentes, de exposição a violência doméstica. I.e., para além da procura de compreensão do fenómeno, pretendíamos, de alguma forma, contribuir para o *empowerment*, para a criação de competências pessoais e sociais para gerir o impacto negativo daquela experiência, numa lógica próxima do que Sani (1999b) designa de entrevistas de investigação-intervenção.

4. A construção do instrumento: o guião

Definida a metodologia e o método, o guião da entrevista e as áreas a evocar por este emergiram e substanciaram-se pela agregação e operacionalização do material obtido

pela revisão bibliográfica, em termos da caracterização do fenómeno em causa, das descrições das suas dinâmicas e efeitos directos e indirectos. Pode então dizer-se que o guião foi orientado pelas leituras, tanto pelo concreto dos seus dados, quanto pelas reflexões e interrogações que provocaram em nós⁷⁹.

A esta construção seguiu-se a supervisão daquele instrumento pela especialista na área infanto-juvenil de que já falamos, e o seu consequente refinamento em dois momentos: o anterior e o posterior à entrevista experimental (não considerada nem em termos numéricos, nem em termos de análise). Este refinamento pretendia ir de encontro, sossegando, as nossas preocupações a nível da adequação do instrumento em termos de evocação dos conteúdos pretendidos, mas sobretudo em termos do impacto do momento da entrevista nos adolescentes. Para nós era importante tentar minimizar a inevitável assimetria da relação entre entrevistador e entrevistado que segundo Have (2004), surge pela falta de reciprocidade conversacional e a hierarquia estabelecida. Era ainda nosso objectivo que aquele impacto fosse o menos intrusivo possível e até protector, na óptica em que *“conversar sobre as experiências traumáticas com um adulto apoiante é positivo e não stressante para as crianças”* (Kerig, Fedorowicz, Brown & Warren, 2000, p.173). Pretendíamos então, como já referido anteriormente, que aquele momento de partilha da experiência de exposição a violência doméstica fosse uma oportunidade de reorganização deste material, assim como de perspetivação de alternativas àquele tipo de dinâmicas familiares. Esta questão era enfatizada no encerramento da entrevista, que intencionalmente pretendia localizar e circunscrever as experiências violentas a este contexto familiar específico e a outros semelhantes, por oposição à generalização a todos os contextos familiares, desmistificando e “normalizando” as percepções e reacções dos adolescentes nas experiências que viveram (idem), perspectivando a possibilidade de vivências diferentes, que não violentas, na futura família a constituir por estes. Este encerramento contemplava ainda, no caso das situações em que os adolescentes ainda estavam expostos aos episódios violentos, uma breve exploração de um plano de segurança básico.

⁷⁹ Os materiais mais significativos em termos desta estimulação foram os manuais *“Children Exposed to Domestic Violence: Current Issues in Research, Intervention, Prevention, and Policy Development”* e *“Children Exposed to Marital Violence: Theory, Research, and Applied Issues”* editados, respectivamente, por Geffner, Jaffe & Sudermann, e Holden, Geffner & Jouriles, os livros *“The Batterer as Parent – Addressing the Impact of Domestic Violence on Family Dynamics”*, de Bancroft & Silverman, e o *“Family Violence in a Cultural Perspective – defining, understanding, and combating abuse”*, de Malley-Morrison & Hines, assim como o artigo de Grych, *“Children’s Appraisals of Interparental Conflict: Situational and Contextual Influences”*.

O dito guião, produto deste trabalho aqui descrito segue em anexo (cf. Anexo II). Sucintamente é composto por cinco grupos de questões: 1) as questões iniciais de quebra-gelo, 2) a relação com pais/cuidadores, 3) as representações de género, 4) significados em torno da violência, e, 5) significados em torno do amor. Por fim seguia-se, então, o encerramento da entrevista.

Em termos do modo como correu a prática das entrevistas, i.e., o nosso percurso no método de recolha dos dados, parece-nos importante dar conta de algumas questões menos técnicas e mais relacionais. Por um lado, aceder ao grupo definido não foi muito fácil, antes revelou-se como um processo com uma série de faltas e re-marcações dos momentos de entrevista, o que prolongou bastante o tempo antecipado para esta tarefa. Esta questão, provavelmente remete quer para características da adolescência, quer para naturais resistências relacionadas com o desconhecer o momento em causa e eventualmente antecipar a problemática que iria ou poderia ser explorada. É curioso perceber que estas resistências foram diminuindo depois das primeiras entrevistas, quer num grupo, quer no outro, percebendo-se que aquele momento ia sendo relativamente desmistificado de boca-em-boca. Este processo levou, inclusivamente, ao oferecimento de outros adolescentes para a participação no estudo, amigos dos que haviam participado, que também queriam ser entrevistados. Para além do percurso dos adolescentes, em termos do estabelecimento da comunicação nas entrevistas, que irá ser discutido posteriormente⁸⁰, queremos ainda fazer notar o facto de, sobretudo no caso dos adolescentes institucionalizados, ter havido da parte de vários deles, a tentativa de perpetuar a relação do momento da entrevista. Isto tanto pelo questionamento do psicólogo da instituição, nas semanas seguintes à entrevista, quanto a irmos lá novamente, tanto, no caso do adolescente mais velho, por pedir auxílio para o estudo de uma disciplina a que iria ter exame e sentia francas dificuldades (assunto que havia sido abordado num momento de quebra-gelo e no encerramento da entrevista). Percebe-se com isto a marcada disponibilidade emocional destes adolescentes institucionalizados para o estabelecimento de relações que sintam de apoio, assim como se confirma, de algum modo, o facto referido em cima de que a experiência de uma conversa apoiante com um adulto sobre experiências complicadas é, por si só, positivo e não stressante (Kerig, Fedorowicz, Brown & Warren, 2000).

⁸⁰ Cf. capítulo VI, relativo à “súmula e discussão dos dados”.

V. Tratamento e leitura dos dados

1. A análise de conteúdo

A opção quanto ao recurso à análise de conteúdo para o tratamento dos dados quase não o é, na medida que é implícito que na investigação social, o método das entrevistas está sempre associado a um método de análise de conteúdo (Quivy & Campenhoudt, 1995). Segundo estes autores, este método é particularmente adequado para um objectivo de investigação como *“a análise das ideologias, dos sistemas de valores, das representações, bem como da sua transformação”* (idem, p.230), sobreponível ao que nos orientava, se especificado. A análise de conteúdo surge então descrita como um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a *“discursos (conteúdos e continentes)”*, numa *“hermenêutica controlada baseada na dedução: a inferência”* (Bardin, 1977, p.9). É uma técnica de investigação que trabalha um discurso pela sua desmontagem e montagem num novo, resultado de um processo de *“atribuição de traços de significação, resultado de uma relação dinâmica entre as condições de produção do discurso a analisar e as condições de produção da análise”* (Vala, 1986, p.104). Ou seja, permite conciliar o *“rigor da objectividade e a fecundidade da subjectividade”* (Bardin, 1977, p.9), estes dois lados antes vistos como incompatíveis, que juntos atribuem, por um lado, a fiabilidade que se deve exigir a uma investigação científica e, por outro, a “cor” que se lhe deve desejar: *“melhor do que qualquer outro método de trabalho, a análise de conteúdo (...) permite, quando incide sobre um material rico e penetrante, satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva, que nem sempre são facilmente conciliáveis”* (Quivy & Campenhoudt, 1995, p.227). Ao implicar a aplicação de processos técnicos relativamente precisos e estáveis permite ao investigador elaborar uma leitura do material empírico obtido que não tome como referência os seus próprios valores e representações (idem) mas que se abra, assumida e tranquilamente, ao amplo da subjectividade e da interpretação. Constitui-se como uma *“tarefa paciente de desocultação”* (Bardin, 1977, p.9) daquilo que o discurso encerra em si, das significações e atribuições que nos são trazidas por quem ouvimos, que não fáceis de ouvir de outro modo. No nosso caso, foi sentido como um processo de contemplação dos dados no sentido de ouvir o seu murmurar, de os descrever primeiro quase no fotográfico do que eles nos poderiam dar e depois na lógica da interpretação, da introdução de um sentido.

2. A grelha de análise de conteúdo e o processo de categorização

Depois de realizadas e transcritas as onze entrevistas que constituíam o nosso material empírico, optamos por recorrer ao software NUD*IST, enquanto organizador da informação, i.e., usamos o programa no momento de codificação das nossas unidades de registo (neste caso a frase) e para obter os relatórios relativos a cada sub-categoria. A grelha de análise de conteúdo foi construída numa lógica de *bottom-up*, ou seja, emergente das leituras sucessivas do material empírico mas também, (inevitavelmente), do cruzamento destas com as leituras anteriores do momento de revisão bibliográfica, uma vez que estas enquanto constituintes do nosso quadro de leitura, não se podiam fazer desaparecer, antes condicionando o nosso olhar. A dita grelha, assim como as descrições das suas subcategorias apresentam-se no Anexo III.

3. Leitura e análise dos dados

O início do processo de redacção, deste sub capítulo, revestiu-se de alguma angústia pelo facto da segmentação que a análise de conteúdo implica, nos ter sido sentida como imposta, pela noção de perda do holístico do sujeito. I.e., apesar de muitas vezes termos iniciado a redacção da leitura dos dados pelas regularidades em cada uma das subcategorias, dávamos por nós a complementar as informações segmentadas com o seu todo, ou seja, indo buscar as percepções que os indivíduos traziam a respeito dos assuntos. Assim, fizemos (e refizemos), quase instintivamente, várias vezes, um movimento no sentido do casuístico, pela noção de perder o todo do(s) sujeito(s), caso não o fizéssemos, apetecendo-nos quase sugerir um novo tipo de análise de conteúdo, que se aproximasse de uma leitura clínica da informação.

Antes de uma análise incisiva sobre as entrevistas, então segregadas de acordo com a grelha de categorização, no sentido de as dotar de propriedades que nos permitissem ouvi-las, no seu explícito mas sobretudo no seu implícito, parece-nos pertinente dar conta de alguns fenómenos percebidos na sua transversalidade. Neste sentido, podemos apontar o facto de se ter percebido, nos adolescentes, modos de funcionamento distintos, quanto à forma como partilham, no contexto da entrevista, as suas vivências de exposição ao conflito conjugal. Assim, apesar de todos eles terem sido sinalizados por técnicos (como explicado anteriormente, no sub-capítulo IV.1), como estando ou tendo estado expostos a dinâmicas familiares altamente conflituosas, nem todos são capazes de assumir, explícita e

abertamente, a existência de episódios violentos em casa. Dos que os assumem, a maioria encerra-os num tempo passado que não este.

“(...) mas o meu pai, antes quando bebia, ele bebia álcool, agora não bebe mas antes bebia e falava alto para a minha mãe, sabe como é que é, quando tá com...”

“Para aí de há três meses para cá tem tudo corrido maravilhosamente... ele não bebe, nem às refeições, que a minha mãe dantes trazia-lhe um só para as refeições, para o meio-dia e para a noite e durava a garrafa para aí 4 dias (era assim mesmo só para as refeições) mas agora já nem isso ele bebe.”

Outros não os assumem de uma forma concreta, em nenhum momento da entrevista mas apenas de uma forma implícita. Outros ainda variam num registo incongruente ao longo das respostas (umas vezes referenciando episódios outras vezes negando-os), e, finalmente outros, evoluem desde a recusa de violência entre os pais, passando pela partilha da lembrança de um ou dois episódios, até à partilha de indicadores de violência muito regulares no tempo. A reflexão dedicada ao possível motivo para este facto discute-se posteriormente no capítulo VI, ou seja, na “súmula e discussão dos dados”.

a) Relação com pais/cuidadores

a.1) Percepção explícita da dinâmica familiar

A informação dentro desta subcategoria parece poder atomizar-se e sintetizar-se em quatro núdulos agregadores de conteúdos, em termos das respostas explícitas dadas a questões como: como são/eram as coisas na casa (e na relação) onde ocorriam os conflitos; o que costumavam fazer com os pais/protagonistas educacionais; as situações de conflito familiar com o jovem; e as relações com aquelas figuras educativas.

- Como são/eram as coisas em casa -

Na grande parte das situações, os adolescentes definem primeiramente as coisas lá em casa como “boas” ou “normais”, mesmo quando mais tarde vêm a descrever dinâmicas violentas, perante as quais se posicionam criticamente, quase como se normalizassem aquele funcionamento familiar, ou o considerassem como fazendo parte dum “lar

normal”⁸¹. Um dos adolescentes salienta que o menos bom era a regularidade dos conflitos conjugais:

“Eram boas, nós é que... portávamos bem só que a, o, os senhores é que tavam todos os dias pegados.”

Refere ainda que o que não gostava era do “*barulho*”, referindo-se aos conflitos frequentes. Outros centram os aspectos negativos da dinâmica familiar na relação problemática com um dos educadores, pelo facto de ser demasiado controladora (ou seja, como que afastando o conflito conjugal para um outro domínio). Há apenas dois que definem as coisas em casa como negativas desde logo, um deles designando-as de “*mazinhas*” e o outro referindo peremptoriamente que só ia a casa aos fins-de-semana e apenas para estar com os amigos.

- O que costumavam fazer com os pais/cuidadores -

Na continuidade deste sentido, em termos da pergunta directa do que gostavam mais de fazer com os pais, os conteúdos aparecem como bastante pobres, denotando a pouca quantidade ou mesmo ausência de tempo de qualidade com os pais:

“Eh... eu quase que não tou com eles.”

“Ah, nada.”

“Ver televisão... quando coiso, ver todos juntos... depois o meu pai começa a brincar e é fixe.”

(Este ponto será melhor contextualizado na exploração posterior das brincadeiras, conversas e cuidados, a partilhar no ponto a.2).)

- As situações de conflito familiar com o adolescente -

Quanto ao nódulo que evocava as situações de conflito ou zanga entre pais e jovens, percebem-se uma variedade de situações.

As descrições das zangas foram descritas como se relacionando com os seguintes motivos: desde banais, como a escolha do programa da televisão ou a colocação de algum objecto fora do lugar, que podia culminar com episódios de violência física; passando por disputas quanto à conquista de mais liberdade perante os pais; por colocar em causa o padrasto (agressor) quanto à sua legitimidade para definir regras; até a discussões em torno dos conflitos conjugais. Noutros casos, as discussões relacionavam-se, de forma muito

⁸¹ Não deve passar alheia a esta análise a questão da desejabilidade social, uma vez que estávamos ainda no início da entrevista.

clara, com os estados alcoolizados, numa das situações da mãe, sem “rastilho” aparente, ou, noutros casos do pai, que naquele estado embirravam e problematizavam questões até aí pacíficas.

“Não, acho que se ele soubesse alguma coisa de nós, ou soubesse que a gente namorava, podia aceitar na altura em que tava bem mas chegava a bebedeira e era capaz de nos fazer alguma coisa bater ou assim, porque ele pode aceitar bem quando está bem mas quando chega a bebedeira é quando ele diz tudo o que sente, ele pode há muitas vezes tar a dizer coisas que num sente e a gente pensar que tá tudo bem mas dentro dele não... isso também não é assim também tem que se expressar a opinião dele e tudo mas não, quando chega ao momento de ele estar alcoolizado ele diz tudo.”

Numa grande proporção, os adolescentes representam as zangas entre eles e os pais como sendo menos significativas, frequentes e/ou graves do que os conflitos entre os pais⁸².

“Mhm... nem muito.” [quando eles se zangavam contigo também ficavam assim tão nervosos?]

“ Comigo... nunca se zangaram. [era mais entre eles?] Claro.”

“Eles nunca se zangavam com nós, não... porque a gente, graças a deus, foi sempre boas alunas, eles nunca foram chamados à escola por nossa causa, os testes eram sempre bons, e o que o meu pai quer mais para nós é os estudos, sempre, sempre, sempre, para ele acima de tudo é os estudos e como a gente só lhes dá orgulhos, nenhuma reprovou, tamos todos bem, para ele é o essencial.”

“Com nós não, porque a gente não deixava, tava a falar a gente pumba, pirava-se para o quarto que era para não o aturar.”

- A relação com os pais/educadores -

Em termos do pedido da opinião dos adolescentes quanto à relação com os pais/educadores, percebem-se em muitos deles, novamente e de uma forma geral, relações pobres em termos de tempos de qualidade e dedicação:

“Fora isso, nunca gostei de passar tempo com a minha mãe.”

“Também batia-lhe e isso e a minha mãe num... não pensava em nós.”

“Resmungar... a minha mãe também... tava saturada e batia-nos, às vezes.”

“Mhm... tratar bem deles mais assim... tratar mais, tratar mais bem... porque algumas vezes trato bem... os meus pais tratam-me bem mas... a maior parte é bem prontos só que às vezes também, há vezes que... se costumava assim falar um para o outro e isso.”

⁸² Novamente ressaltando o mesmo aspecto da desejabilidade social que pode ter, eventualmente, estado, aqui, a substanciar-se num eufemismo das situações de discussões devidas a “maus comportamentos dos adolescentes”. Isto é, os adolescentes podem ter-se sentido compelidos a minorizar as suas zangas com os pais, numa lógica de desejabilidade social para com a entrevistadora. No entanto, apesar disto, parece bastante clara a distinção dos dois tipos de conflitos, em termos de gravidade.

Apesar disto, percebe-se em muitos deles a existência de um sentimento quase como óbvio de amor, e algo paradoxal, sobretudo no caso dos adolescentes mais novos do nosso grupo, (mesmo a par, num dos casos, com descrições de situações muito violentas relativamente a si mesmo), sobretudo nos institucionalizados:

“Sei lá, a minha mãe, quando eu era puto achava que ela gostava mais dele do que de mim.”

“Porque gosto deles... são divertidos... são pais, e é assim, uma pessoa gosta sempre deles.”

“Podiam ser alcoólicos, a minha mãe, mas eu gostava, era a minha mãe e eu gostava muito.”

Há ainda adolescentes noutra situação, nomeadamente duas, que demonstraram ter uma relação muito próxima e muito afectiva com a mãe (vítima de violência conjugal), colocando o pai num lugar algo paradoxal, como que “escorregadio”. Parece assim que para elas, o gostar do pai está intrínseco ao simples facto deste ter este papel. Por outro lado, relativizam o seu protagonismo, por exemplo, dizendo que se tivessem de escolher ficariam, indubitavelmente, com a mãe.

“Dou-me melhor com a minha mãe do que com o meu pai. (...) Gosto mais da minha mãe. (...) E disse em frente ao meu pai que escolheria a minha mãe se um dia eles se separassem.”

“Porque o meu pai, o meu pai fez muitas asneiras, a minha mãe também, só que a minha mãe nunca acima de tudo o que se passou na vida deles nunca deixou de lutar por nós, o meu pai não é a mesma coisa, o meu pai pensa nele e depois é que vimos nós, a minha mãe não, acima de tudo somos nós. (...) mas a maior parte do tempo com quem eu mais gosto de estar é com a minha mãe. (...) e com o meu pai já não é assim, o meu pai já é mais aquele homem, compreende só que é para dentro... primeiro faz discussões, depois mete-me de castigo, depois é que é capaz de me ver triste e ir lá ter comigo para me pedir desculpa, mas primeiro faz um grande filme. (...) e a minha mãe compreende tudo. (...) a minha mãe é melhor.”

Note-se que em ambas há a preocupação de salvaguardar a pessoa do pai, quando não alcoolizado e agressivo, como outra pessoa completamente diferente.

“Mas... o meu pai é espectacular mas quando bebe... é outra pessoa.”

Num sentido próximo está outro adolescente, que demonstra consideração pelo esforço que sentia, por parte da mãe, em brincar com ele mesmo depois de vir do trabalho, justificando que isto se devia dever ao facto dela gostar muito dele, colocando o pai num registo muito diferente, de distanciamento e inconstância em termos afectivos.

Uma outra expõe uma posição curiosa, pela distinção que faz entre a percepção que faz do pai enquanto marido/agressor – que critica francamente, colocando-se do lado da mãe – e enquanto seu pai, que na postura mais passiva que assume, acaba por ser mais bem aceite por ela.

Esta distinção em termos do sentimento nutrido por cada um dos pais surge, também, numa situação com outros contornos: um adolescente refere a relação que tem com a mãe como muito fria, parecendo desconsiderá-la bastante, nomeadamente pelo facto de tolerar a vida conjugal que tem, demonstrando pelo padrasto algo semelhante a desprezo e incompreensão quanto ao seu modo de funcionamento:

“Não há nenhuma razão que leve a bater na minha mãe, por exemplo, primeiro porque é minha mãe e depois ele é um banana, que sei lá, que casou com a minha mãe, que a mim não me diz nada. (...) E ele para mim é o gajo que dorme com a minha mãe, mais nada, e é pai da minha irmã, não é mais, mas não é mais do que isto.”

a.2) Percepção implícita da dinâmica familiar

Analisaremos, de seguida, os indicadores relacionados com a existência ou não de brincadeiras, conversas e cuidados parentais, partindo daquilo que são as regularidades, complementando estas com as particularidades e os casuísticos, inerentes à variação de respostas obtidas.

- Brincadeiras -

Em termos de brincadeiras o que se obteve de modo transversal foi uma noção de que esses momentos entre pais e filhos são pouco privilegiados. Dos onze adolescentes, quatro deles referem a sua **não existência**. Dois destes dizem-no de um modo peremptório, contextualizando isto num cenário familiar pobre e insensível quanto à importância destas questões, num dos casos por quase desconsideração pela capacidade educativa dos pais:

“Quando se está de fora não se compreende: a minha mãe tem a 4ª classe, o meu padrasto é analfabeto, por isso com esses dois.”

O outro pela dinâmica negligente quanto à educação das crianças, que associava ao facto da mãe andar saturada pela situação com o companheiro e, daí indisponível para os filhos:

“(…) a minha mãe ficava saturada, estava sempre a resmungar... por causa dele... por causa disso.”

Outra, dos quatro que referem a não existência de brincadeiras, refere não se lembrar de brincar com os pais, denotando com isto não valorizar estes momentos em termos de

memória, e o último refere não haver grandes brincadeiras com os pais, antes com os irmãos.

Dos entrevistados que referem a **existência de brincadeiras**, de um modo geral percebe-se, perante a exploração deste material, jogos pobres e pouco intencionais, assim como alguma inconsistência em termos de referências no tempo e continuidade. Dois destes jovens referem que as brincadeiras consistiam no acompanhar dos pais nas suas lides profissionais: um com a mãe quando esta trabalhava numa estufa (referindo ainda, apesar de não muito consistentemente, jogos de legos em casa depois do trabalho, esforço da mãe que associava ao facto dela gostar muito dele) e o outro no jogo de imitação do pai na lide agrícola do campo:

“O meu pai quando trabalhava, eu fazia também que trabalhava, depois quando o meu pai estava a descansar fazia algumas perguntas ao meu pai, o meu pai fazia-me a mim e depois começávamos a brincar um bocadinho.”

Este último refere esta outra brincadeira das perguntas e respostas, que se revelou como extremamente perversa⁸³, que ocorria sobretudo com a mãe, quer nos seus momentos lúcidos, quer nos seus momentos alcoolizados, que designava como um “jogo de verdade ou consequência”:

“Sim, com a minha mãe não... a minha mãe fazia-me perguntas e eu respondia, a algumas e algumas dizia à minha mãe que não podia. (...) É assim, a assistente social fazia-me perguntas, telefonava sempre para a minha mãe para eu fazer alguma coisa e algumas perguntas era porque a minha mãe tinha um amante, eu ia sempre com a minha mana vigiá-la... eu não podia também contar.”

Ou seja, este jogo revelou-se como uma forma de tentar manipular o jovem em torno daquilo que era, e não era, suposto ser partilhado, quer com o pai, quer com a assistente social, e não, de modo algum, uma dinâmica lúdica com o filho, intenção que acabava por contaminar, naturalmente, quer as brincadeiras, quer as conversas. Dos outros jovens que referem a existência de brincadeiras, um deles situa-as num registo algo de fabulação (já que não corresponde com uma outra série de indicadores da sua rotina e todo o conteúdo da sua entrevista se enquadra nesse registo protector), e em outros dois casos, as brincadeiras que conseguem evocar relacionam-se com “jogos de porrada”:

⁸³ Sendo que a utilização da palavra “perversa” não tem a intenção que ela “carrega” da sua origem psicanalítica, claramente relacionada com o contexto da sexualidade, mas antes a conotação que ela foi adquirindo pela sua aquisição pelo senso comum. Ou seja, usamos o termo perverso como qualificador da brincadeira que a mãe tinha com o filho no seu sentido de algo que era feito intencionalmente por aquela, com noção (ou não?) de provocar dano no filho, sendo que este não tem esta mesma noção de estar a ser prejudicado.

*“Eh, não, só com o meu pai, à porrada.” [Costumavas brincar com os teus pais?]
“Às vezes ele... pegava comigo, pegava na vassoura e pumba eu andava atrás dele.”*

Uma adolescente parece situar as brincadeiras num outro patamar de qualidade, numa relação muito rica do ponto de vista afectivo com a mãe, que num certo período do seu desenvolvimento, se substanciam em alguma preparação para a escola, uma vez que, por “uns problemas de desenvolvimento”, a jovem não pode entrar no ano suposto (ainda que venha a perceber-se que a riqueza desta preparação é mais subjectiva do que objectiva, já que os conteúdos trabalhados eram algo básicos e não propriamente equiparáveis às aprendizagens do primeiro ano de aulas):

“A minha irmã... quando eu não podia ir para a escola, que eu só entrei com sete anos quase a fazer oito, por causa dum, duns problemas que eu tinha de desenvolvimento, e a minha mãe ensinava-me a fazer... a escrever. E quando eu fui para a escola já sabia o meu nome, as cores, tudo, que a minha mãe à noite é que coiso, que ela andava a trabalhar, só que agora não pode por causa dos ataques epiléticos, e andava a trabalhar e só à noite é que tinha tempo. Dormia de manhã e à tarde e à noite é que tinha tempo, era tipo aula.”

Uma outra adolescente refere as brincadeiras no registo geral dos jogos pobres e pouco intencionais, no entanto parece dar mais noção de continuidade no tempo e de espaço reservado para este fim (ainda que arrumado nos intervalos os programas de televisão).

“Várias... assim a fazer-nos cócegas, a ferrar... assim, um barulho que arrepiava e mete rir às vezes... assim a brincar com nós. (...) e, quando está assim num intervalo duma coisa que a gente está a ver... ele brinca. (...) é quase todos os dias, a gente tem um tempinho, quando acaba de comer vamos todos um bocadinho para o sofá e vemos.”

Ou seja, sinteticamente quanto à questão das brincadeiras, percebe-se que os adolescentes demonstram que os seus pais dão pouca importância a esta questão no seio da relação. Aquilo que nos disseram é que, ou não existem, ou substanciam-se em jogos pobres, sem grande intencionalidade lúdica ou pedagógica, nem tempo reservado na rotina do dia-a-dia.

- Conversas -

Em termos do indicador “conversas” os dados são algo semelhantes aos anteriores, ou seja, na maioria das situações, parece ser dado pouco ou nenhum tempo da rotina da família, de forma intencional, a conversas entre pais e filhos. Estas restringem-se, então, na

maioria dos casos, a assuntos banais do dia-a-dia, e não a assuntos pessoais ou de maior intimidade. Concretizando, dois dos jovens dizem **não haver conversas** de todo, um deles associando isto (tal como no indicador das brincadeiras) a uma dinâmica de grande negligência e falta de disponibilidade da mãe, devida à relação conjugal agressiva, e à absorção da sua energia pelos problemas decorrentes desta. O outro é bastante peremptório, mesmo na tentativa de exploração da questão, referindo mesmo:

“Conversar... não tenho nada que conversar com eles.”

Uma jovem coloca-se num **ponto intermédio entre o sim e o não** quanto à existência de conversas, uma vez que a sua resposta espontânea é “não”, mas na exploração da questão percebe-se que com este “não” se refere aos assuntos dela, referindo haver conversas, mas sobre as coisas do dia-a-dia e da família no geral:

“Sim, de família, ou coisas do dia-a-dia... mas coisas pessoais minhas não.”

Parece fazer denotar com isto que sente a lacuna de um espaço de intimidade familiar, no seio do qual as conversas dos “seus assuntos” pudessem surgir.

O grupo dos jovens que responde afirmativamente à **existência de conversas** é algo heterogéneo em si. Dois destes respondem “às vezes”, um deles concretizando isto nos momentos de boa disposição do pai, tendo dificuldade em especificar os conteúdos e assuntos das conversas, dando com isto a perceber a fragilidade da qualidade e efectividade destes momentos:

“Às vezes... Quando ele estava bem disposto (...).”

“Sobre... como é que podíamos brincar, depois às vezes eu vinha cá para fora e... começavam a chamar, vinha falar com ele às vezes, assim sobre coisas... depois às vezes íamos... ele pedia para ajudar assim não... na moto ou isso... e depois... é isso.”

O outro adolescente está numa situação muito semelhante a esta, em termos de resposta, referindo apenas de diferente, que os conteúdos se prendiam com as questões escolares. Um outro mantém o registo de fabulação (já referido no indicador das brincadeiras), sendo bastante incoerente e gaguejante quando inquirido quanto aos assuntos. Um outro também é algo incoerente, porque tanto parece reservar a existência de conversas a momentos “solenes”, de “coisas importantes”, como concretiza com assuntos como os escolares, situando-os temporalmente como não fazendo parte da rotina familiar.

“Sim, quando é coisa importante converso. (...) Eh... sobre aquilo que eu faço na escola, eh... muitas coisas... sobre eh... o que é que vai aconte... o que

aconteceu... muitas coisas... converso. (...) Conversamos de vez em quando... mhm."

Em dois dos jovens que referem a existência de conversas, percebe-se quase que uma **inversão de papéis** no protagonismo da condução delas. O primeiro destes dois demonstra considerar que se situa culturalmente num outro patamar que não o dos pais, denotando, assim, a dificuldade que sente em que estes o entendam. Assume o espaço de conversar com a mãe e o padrasto, numa atitude meramente pedagógica para com eles, i.e., como se conversar com aqueles servisse apenas para lhes dizer como devem ser e actuar, implicitamente dizendo que não tem nada a aprender ou a adquirir deles:

"Dá, eu falo com ele agora e tal, e tento explicar-lhe as cenas como é que são e ele até entende. Ele agora está mais calminho. Também tem de olhar para cima e é um bocado chato não é? Eu cresci e ele percebe isso."

O outro adolescente onde, de alguma forma, se percebe uma inversão de papéis é aquele onde, quer as brincadeiras, quer as conversas, assumiam aquele carácter funcional de, com elas, a mãe saber e manipular a informação que circulava entre o filho, o pai e a assistente social, relativamente ao seu consumo problemático de álcool, a violência familiar e o seu amante. Ou seja, tal como se expôs relativamente às brincadeiras, as conversas parecem assumir-se apenas como instrumentais para a mãe e não, momentos intencionais positivos entre pais e filhos.

Uma adolescente diz que a mãe sabe tudo acerca de si, demonstrando orgulhosamente essa relação bastante privilegiada, salientando que, pelo contrário, o pai (que é o agressor nos episódios violentos) só sabe das coisas complicadas, como se só "entrasse em jogo" quando é necessária a figura de autoridade.

"Olha com a minha mãe, às vezes converso sobre os meus namorados, tudo o que se passa comigo a minha mãe sabe. (...) Hum, não sei... por ser homem, não conto quase nada. (...) Eu era para ser suspense, veio o meu pai... o meu pai vinha-me pôr medo."

Por fim, uma outra adolescente refere que da parte da mãe, sente sempre a tentativa de compreensão das coisas, o mesmo não se passando com o pai. Este é descrito como alguém que, para além de ter algumas regras algo exageradas (por exemplo em relação a namoros), pode sempre usar conteúdos que aparentemente foram bem integrados, como "armas de arremesso", quando alcoolizado.

"(...) porque com ela eu sei que posso-me abrir... conforme... ela pode ter várias reacções mas acima de tudo tenta compreender. (...) e com o meu pai já não é

assim, o meu pai já é mais aquele homem, compreende só que é para dentro... primeiro faz discussões, depois mete-me de castigo, depois é que é capaz de me ver triste e ir lá ter comigo para me pedir desculpa, mas primeiro faz um grande filme. (...) acho que se ele soubesse alguma coisa de nós, ou soubesse que a gente namorava, podia aceitar na altura em que tava bem mas chegava a bebedeira e era capaz de nos fazer alguma coisa bater ou assim, porque ele pode aceitar bem quando está bem mas quando chega a bebedeira é quando ele diz tudo o que sente, ele pode muitas vezes tar a dizer coisas que num sente e a gente pensar que tá tudo bem mas dentro dele não... Isso também não é assim também tem que se expressar a opinião dele e tudo mas não, quando chega ao momento de ele estar alcoolizado ele diz tudo."

Salienta, ainda, a existência de conversas, por parte dos pais, no sentido de os manter informados da situação de saúde do progenitor, valorizando este aspecto como um indicador da abertura dos pais, em relação aos filhos.

"Mhm mhm, assim sobre nós, assim o que nos acontece, se acontece alguma coisa de mal a gente conta-lhes, sempre que lhes acontece a eles, eles contam-nos a nós. (...) E eles, outros pais podiam esconder dos filhos para eles não ficarem preocupados... eles não, eles falam com nós e a gente compreende."

- Cuidados -

Em termos dos **cuidados parentais**, aquilo que surge como transversal, relaciona-se sobretudo com a noção do que são, e **em que consistem** para os adolescentes que ouvimos, parecendo assim que, para muitos deles, os cuidados parentais adequados se restringem à satisfação das necessidades básicas. Quase todos os jovens se **consideravam bem tratados**, operacionalizando alguns deles, estes cuidados em coisas como:

"Ah, não, isso aí havia sempre." [mantinham os cuidados das refeições ou esqueciam essas questões?] "A horas certas?... a minha mãe, coitada, o meu padrasto, coitado, é só o que eu digo."

"Tratavam, davam-me a comida, já não era como quando estava com os meus pais, era melhor. (...) Davam, até davam-nos sobremesa."

"Não, a minha mãe sempre me tratou bem, a comer... em tudo."

"É, tratam bem de mim, nunca me trataram mal... tratam... tratam bem."

É curioso perceber que um dos jovens que considera ser bem tratado por ambos os progenitores, tem uma história recente de institucionalização, devida ao facto da mãe ter sido detida, e o pai não ter sido considerado capaz, por tribunal, de cuidar dos seus três filhos. A integração cognitiva que exterioriza, deste facto, é a de que até foi um período agradável, apesar de preferir estar em casa, reforçando e normalizando o facto de que, efectivamente, sozinho o pai não seria capaz de educar três crianças:

“Não, o meu pai é que não podia estar assim com todos, não tinha... Sim, não podia... a minha irmã foi primeiro, a minha irmã [nome].”

Três jovens **relativizavam a qualidade dos seus cuidados:**

“Tratava mais ou menos, o meu pai mais ou menos.”

“De mim, algumas vezes, a minha mãe e o meu pai... mais o meu pai e mais ou menos a minha mãe.”

“Banho nós tomávamos, íamos, nós tínhamos lá um tanque que deitava água, púnhamos a ferver, deitávamos numa bacia e tomávamos banho que nós não tínhamos casa-de-banho nessa altura. Prontos, aí, na comida, a minha mãe conforme tinha dinheiro ia comprar e nós comíamos. No dormir deitávamo-nos nós, se eles estivessem a discutir, por exemplo, nós deitávamo-nos... fazíamo-nos de despercebidos, deitávamo-nos... fazia de conta que não se passou nada. (...) Não, não ficávamos sem comer mas não comíamos o essencial não comíamos muito... muito não, o essencial.

Sendo que no caso dos dois últimos deste grupo que relativizava a qualidade dos cuidados, se percebeu mesmo uma inversão dos papéis parentais em termos dos cuidados, ilustrativa no último excerto num dos casos, e exemplificada no outro caso pelo seguinte:

“De mim? A minha irmã. [quem tratava melhor de ti] Porque é assim, à noite era ela que fazia os comeres e ela botava-me em mim e em alguns tempos começou a berrar com a minha mãe para a minha mãe não bater-me a mim e ensinava-me a fazer os deveres algumas vezes, aos fins de semanas. (...) O banho nós tomávamos sempre, já o meu pai e a minha mãe não, algumas vezes eu e a minha irmã tínhamos de dar banho ao meu pai. O meu pai não pode muito nas pernas e nos braços, e então algumas vezes somos eu e a minha irmã que damos banho.”

Em termos dos **protagonistas dos cuidados**, sob a forma de “quem tratava melhor de ti” percebe-se uma **clara predominância das figuras maternas:**

[porque é que achas que era a tua mãe que tratava melhor de ti?] *“Mhm... porque o meu padraço saía de manhã só vinha quase ao fim da tarde.”*

[e porquê é que o teu pai não brincava?] *“Mhm, porque o meu pai não é assim muito para brincadeiras... quando está bem disposto ainda vá, agora depois quando está mal disposto.”* [quem tratava melhor?] *“Mhm... a minha mãe. Mhm, ajudava-me mais... dava-me mais atenção... do que o meu pai e isso.”*

“A minha mãe. (...) Acho que sim... é sempre a minha mãe que vem à escola, e às vezes o meu pai, quando... foi há dois anos, quando eu tava no quinto, no primeiro ano, que o meu pai só vinha aqui, era a minha mãe, a minha encarregada de educação é a minha mãe, só que o meu pai vinha aqui era quando eu ia suspensa... é que o meu pai vinha aqui.”

A minha mãe, sempre a minha mãe de tudo, porque o meu pai é um mês de trabalho e cinco de descanso, e tá em minha casa à custa da minha mãe, a minha mãe é que lhe compra os cigarros, a minha mãe é que estraga o corpo porque ela lava as passadeiras para ter comida para o nosso dia-a-dia e pronto, e é sempre,

sempre ela que nos dá as nossas refeições e se a gente tá, como graças a deus, bem de saúde é graças a ela porque ela dava tudo por tudo, por tudo, para a gente ter sempre uma alimentação equilibrada, sempre bom. (...) Porque o meu pai, o meu pai fez muitas asneiras, a minha mãe também, só que a minha mãe nunca acima de tudo o que se passou na vida deles nunca deixou de lutar por nós, o meu pai não é a mesma coisa, o meu pai pensa nele e depois é que vimos nós, a minha mãe não, acima de tudo somos nós.”

No entanto, um destes assume que mesmo sendo a mãe a protagonista dos cuidados, estes eram insuficientes, justificando isto pelo estado de falta de disponibilidade emocional, que decorria da relação conjugal violenta (como demonstrado na transcrição da pág. 99).

Três jovens referem a **partilha dos cuidados parentais por ambos os progenitores**, de forma muito linear, ainda que um pareça claramente marcado por um registo de desejabilidade social. Um dos outros dois refere alguma ambivalência quanto a esta questão, uma vez que, apesar de referir ambos como tratando dele, trata-se da mesma situação em que a mãe oscilava claramente entre o estado lúcido, de manhã, e o estado muito alcoolizado, a partir do almoço (e que corresponde, como faz sentido, com a situação em que os cuidados parentais se invertiam e eram os filhos a tratar de si mesmos e mesmo do banho do pai):

“De mim, algumas vezes, a minha mãe e o meu pai... mais o meu pai e mais ou menos a minha mãe.” [achas que eles tratavam bem de ti?]

a.3) Relações com outros e outras situações

Os conteúdos desta subcategoria não se revelaram pertinentes para a análise pretendida. Não obstante, optámos por inclui-la quer na grelha, quer neste momento de leitura dos resultados, no sentido de intencionalmente não deixar cair à priori, nenhuns dados que apesar de não se parecerem relacionar com o procurado num primeiro momento, pudessem revelar-se como significativos, posteriormente, quando agregados desta forma – o que não se veio a verificar.

b) Conflito conjugal

b.1) Preservação dos adolescentes relativamente ao conflito conjugal

A informação desta subcategoria surgiu-nos como mais facilmente agregável que as anteriores.

Sete dos onze adolescentes **não eram preservados dos conflitos**, apercebendo-se deles por presenciá-los ou ouvi-los, ou ainda, em alguns casos, por verem as marcas na mãe decorrentes de agressões, ou indicadores no comportamento daquela, que já associavam aos conflitos.

Dois, dos restantes quatro, referem indicadores que parecem apontar para **algum esforço, no sentido de serem preservados dos conflitos**, ainda que se apercebessem da sua ocorrência, por estarem presentes em algumas das situações. Num dos casos, este esforço substanciava-se na indicação dos pais para os filhos irem brincar lá para fora, com o vizinho, ou para o parque, e no facto de os pais irem discutir para o quarto deles. No outro caso, em que parecia haver este esforço, a mãe optava por atitudes como pedir ao pai para falar mais baixo e para não discutir à mesa, assim como afastar-se frequentemente das discussões, refugiando-se junto dos filhos (o que acabava por fazer com que a discussão continuasse ao pé destes), ou indo para a rua ou para as escadas, onde por vezes passava a noite.

“Não, às vezes não, por causa do meu pai que a minha mãe tava sempre “fala baixo, fala comigo, mas fala baixo que é para as meninas não ouvirem para amanhã elas acordarem e irem para a escola”, e ele tentava mas lá está, com o álcool exaltava-se, não é ele, que ele é uma ótima pessoa, mesmo excelente mas quando tá com o álcool não é ele.”

“O meu pai era violento, a minha mãe era assim “discute comigo mas fora das refeições” e a minha mãe era a própria a sair da mesa para ele vir atrás dela para discutirem para outro sítio para a gente comer em paz, muitas vezes a gente nem comia nem tinha apetite para aquilo depois da gente ver o que se tava a passar a gente...já nem descia a comida.”

“Era, só que às vezes, muitas das vezes até, a gente não se apercebia que ela ia para a rua, tá bem que parava o silêncio, ficava tudo calminho mas...”

Um dos adolescentes referiu ser **preservado dos conflitos**, pelo facto de eles ocorrerem sempre quando eles estavam na escola. No entanto, refere também que se apercebia dessas situações pela forma como os pais interagiam e falavam depois dos conflitos.

Num dos casos, os **indicadores** que o adolescente nos dá **são dúbios**, na medida em que tanto refere que *“não estava lá para ver”*, quanto diz que as discussões não eram à frente dele, mas que às vezes eram. Ou seja, percebemos que ele se apercebia de pelo menos algumas situações, mas não temos dados que nos permitam saber se havia, ou não, algum esforço de preservação do adolescente.

b.2) Percepção do conflito conjugal

Na maior parte dos casos há, ao longo da entrevista, uma evolução no material recordado e evocado em termos das **situações de conflito conjugal**, no sentido da assumpção da violência e da aproximação a descrições concretas das situações.

Apenas em dois dos casos, os relatos são espontâneos desde o início, não crescendo em termos de gravidade. Estes dois casos correspondem, respectivamente, a uma situação de um menino que já tem um longo historial de contactos com assistentes sociais e tribunais, e a uma situação em que a relação conjugal em que ocorriam os conflitos graves já tinha terminado, não fazendo parte do presente.

Um dos jovens é incoerente no material que vai expondo, fazendo-o por avanços e recuos, em termos das descrições ou afirmações mais perturbadoras. Três parecem proteger-se no registo de “já nem me lembro”, num dos casos substituído por memórias que se vão compondo, e, dois deles mantendo-se numa posição de docilização dos conflitos e negação da violência.

“Não me lembro... só me lembro mais daquelas coisas entre amigas... ou assim...mas de resto não me lembro muito bem das discussões deles e assim.”

Percebe-se a atribuição de uma qualificação negativa às situações de conflito e discussão entre os pais, mesmo nos jovens que docilizam aquelas situações:

“Achei um coto tris..., muito triste...”

“Era muito mau (...).”

“Para mim era chato...”

“Hum... era muito mau (...).”

Em termos das **situações de conflito descritas**, percebemos que, em seis situações, aquelas são descritas como de difícil compreensão, no que toca a perceber os motivos das brigas e atribuir sentido ao estado alterado do pai-agressor, referindo situações como violência distribuída por todos os elementos do agregado (mãe e filhos), por motivos como a mãe deixar cair uma pinga de óleo no pé da filha, ao transportar o coador da fritadeira, discussões por os filhos deixarem as coisas fora do lugar, discussões banais em que o pai partia tudo em casa, etc. Em três dos casos, ainda em termos das descrições das situações de conflito, as situações mais complicadas relacionavam-se claramente com alterações comportamentais associadas a consumos de álcool, dois por parte dos pais, e um por parte da mãe. Nestes casos parece haver quase uma desmultiplicação ou dissociação desse elemento em dois, o não alcoolizado e o alcoolizado, como já referimos:

“Mas... o meu pai é espectacular mas quando bebe... é outra pessoa. (...) Fora disso é um pai preocupado, na educação que ele tem para nós pronto eu aceito mas quando ele bebe eu não gosto dele, não é o meu pai, para mim não é meu pai e já lhe disse uma vez que quando ele tava bêbado quando ele tava bem eu disse-lhe tudo aquilo que ele tinha feito e ele não se acreditava nele próprio porque muitas vezes ele não se lembra e eu prontas eu contava-lhe então tinha mais era que lhe contar que é para ele saber aquilo que faz.”

“Era fixe, de manhã era fixe, de tarde não. [de manhã era fixe?] A minha mãe não bebia, de tarde não era.”

Noutros dois casos, a associação dos conflitos era estabelecida com a toxicodependência do pai/padrasto, não tanto, neste caso, pela alteração comportamental decorrente do consumo, mas sim pelas discussões em torno das exigências de dinheiro. O outro adolescente mencionou como motivo recorrente das brigas “a mania de ciúmes” da mãe, que despoletava discussões em que acabava por haver perda de controlo e envolvimento de violência física.

Em termos de **quem consideram ter razão nas brigas**, seis dão-na às mães, um ao pai, um não sabe, dois não conseguiam perceber e um atribui a razão, umas vezes ao pai, e outras à mãe (considerando que, no geral, a mãe era mais culpada pelo surgir das discussões).

O auge dos conflitos corresponde, para os adolescentes que ouvimos, a situações de violência física e psicológica/emocional. Em dez dos casos, as mulheres são as vítimas da primeira forma de violência, sendo que apenas num dos casos, esta violência era recíproca (que corresponde à situação em que a razão é atribuída ao pai). Os **episódios violentos dos conflitos conjugais**, que são referidos pelo grupo que os explora mais abertamente, assumem vários contornos, como as seguintes citações ilustram:

“E ele estava coiso, esgaziado, começava a bater mas a minha mãe não, também não se corta... a minha mãe, às vezes ele batia e a minha mãe agarrava-o no pescoço, arranhava-o, ficavam as marcas todas aqui.”

“Ao meu pai? Batia, agarrava e na véspera, na véspera que a minha mãe foi para o hospital, foi quando eu vim para o outro colégio, já foi há muito, já foi noutro mês, a minha mãe pegou com a minha irmã, porque a minha irmã fez anos e pegou com a minha irmã... então a minha irmã teve uma ideia e pegou na minha mãe e começou “oh mãe larga-me”, tava-lhe a puxar a cabelo, eu não pude ir porque a minha mãe podia-me bater, então quando eu vejo a minha mãe a bater à minha irmã começo a chorar... então fui chamar o meu pai e o meu pai disse “larga a rapariga”, “não há nenhum...” (chamou nomes ao meu pai) “não há nenhum filho da coisa que mande em mim”, então o meu pai deu um empurrão e a minha mãe não caiu, e depois a minha mãe ia cair e o meu pai agarrou-a, e depois parou de bater à minha irmã e bateu ao meu pai... arranhou-o todo e o meu pai deu-lhe uma estalada, e a minha mãe começou a botar sangue por aqui.”

“Era à noite e a minha mãe muitas vezes saía de casa e dormia na galeria, dormia, sentava-se, só para a gente dormir e no dia seguinte ir para a escola descansadinhas, muitas vezes a minha mãe fazia isso, só mesmo para a gente não... ter uma noite direitinha e no dia seguinte irmos para a escola.”

“Uma vez, ela tinha ido ao dentista, foi da outra vez que a gente saiu de casa, ela tinha ido ao dentista e ainda tava com a raiz a cicatrizar (...) e ele deu-lhe um soco na rua, foi na rua, porque ela estava no café, e ele chamou-a, e tava muita gente, e ele chamou-a à beira da escola e disse, queria dinheiro (...) e vira-se ele, “não te ponhas a rodar que levas já com as chaves nos olhos” e a minha mãe “então não levas” e ele pegou na chave que tinha e deu-lhe assim, só que deu-lhe mesmo na parte do dente e ela teve um bom tempo mesmo cheia de dores, foi um... foi praticamente o tempo todo que a gente teve em casa do meu irmão, demorou mais a ficar bem dos dentes.”

b.3) Indicadores dos estados alterados dos pais/educadores

Não codificamos nenhuma unidade nesta subcategoria, o que nos remete para o facto dela provavelmente não ser muito aferida ao material de que dispúnhamos.

b.4) Reacção real ao conflito conjugal⁸⁴

Agregamos a informação desta subcategoria em dois campos de sentido: a reacção comportamental e a reacção emocional.

- Reacção comportamental -

Dentro da reacção comportamental, verificamos duas posições distintas: a dos adolescentes que se envolvem nos conflitos, e a dos que não se envolvem. A clara maioria dos adolescentes que ouvimos situa-se na primeira posição.

Apenas três optavam por **não se envolver**, considerando que, enquanto filhos, não tinham legitimidade ou poder para interferir na relação dos pais:

“Ficava a olhar... mais nada... não podia fazer nada. (...) Não, para quê? Entre marido e mulher não se mete a colher... nem o próprio filho... depois eles é que ficam de bem e nós é que ficamos de mal, não é? Eu nunca me pus.”

“Não fazia nada. (...) Saía de casa. (...) Vinha cá para fora.”

“Geralmente nada... eh... é a conversa deles não me posso meter.”

Os restantes oito sujeitos relatavam **situações em que se envolviam nos conflitos**, tentando pará-los ou atenuá-los, com vários tipos de acção: pedidos para se acalmarem/pararem; tentativa de apresentar queixa na polícia; conversas com a mãe no

⁸⁴ A designação “reacção real” surge por oposição à “reacção desejada”, trabalhada na sub-categoria que se segue.

sentido de tentar que ela tomasse uma atitude, por não considerar que adiantava envolver-se fisicamente porque acabava por sobrar para ele, optando antes, agora, por abandonar os conflitos e sair; juntar-se aos irmãos e telefonar às tias a pedir ajuda; deixar de falar com o pai (agressor); até intervenções mais directas e físicas nos conflitos, como colocar-se no meio para evitar as agressões. Dois destes, que se envolviam directa e fisicamente nos conflitos, referem que acabavam por ser, eles próprios, agredidos com esta acção e uma refere que conseguia que o pai não batesse mais na mãe, mas que os irmãos mais velhos não se metiam por terem medo. Uma outra refere que, tanto ela como os irmãos se mantinham sempre do lado da mãe, não deixando que o pai fizesse o que queria, no entanto dando a perceber que este “não deixar” se substanciava em acções como virem todos para a rua quando ele expulsava aquela. Parecia ainda ter a noção de que hoje a mãe já tem outra postura, mais defensiva e assertiva, devido aos filhos lhe terem “*aberto os olhos*”.

- Reacção emocional -

Em termos emocionais, as reacções descritas são, na maioria dos casos, de tristeza, incómodo, choro e medo. Um menciona indiferença, que nem queria saber - “*por isso eu matem-se os dois!*” - apesar de mais tarde assumir que se sentia “*chunga*”. Um refere o receio de que os pais pudessem pensar em se separar. Duas raparigas demonstram reacções mais complexas: uma menciona lembrar-se de chorar na escola, ter dificuldade em manter a atenção nas aulas, isolar-se do grupo de pares no intervalo, a pensar nas situações e tentar sair mais cedo das aulas para ir rapidamente para casa; a outra refere ter medo de, um dia mais tarde, reproduzir esta dinâmica, de alguma forma:

“Sentia-me mal, sentia que por eu ter uma educação assim, não é que eu queira mas às vezes parte de mim também pode ser agressiva, nem que eu não queira porque eu já fui criada no meio daquilo, eu não sou assim eu sou calma mas eu tenho medo que no meu futuro eu possa vir a ser assim porque eu já lidei com aquilo tudo, eu já me dou com aquilo tudo, eu tenho a minha personalidade só que eu sei que mais tarde ou mais cedo posso vir a descarregar em alguém coisas que eu senti em pequenina.”

b.5) Reacção desejada ao conflito conjugal

Esta subcategoria remete-nos para os conteúdos relacionados com as acções que os jovens gostariam de ter a capacidade de pôr em prática, e quem gostariam de defender. Em três dos casos, a reacção desejada corresponde à reacção real.

Cinco sujeitos gostariam de ter a **capacidade de defender a mãe**, por considerarem que é ela que tem mais razão, ou por terem com ela um maior envolvimento

afectivo, sendo que um destes (o mais velho da amostra) manifesta o impulso de devolver ao padrasto, a violência que ele tem para com a família:

“Eu apetecia-me pegar numa cadeira e partir-lhe aquela boca... apetecia-me mesmo.”

Outro elemento, deste grupo que gostaria de ter a capacidade de defender a mãe, manifesta um desejo particular, o de ter a capacidade de falar com o pai, para o convencer a tratar o seu problema com os consumos de álcool, uma vez que não o faz com medo da sua reacção.

O adolescente que atribuía razão ao **pai**, gostaria, coerentemente, de conseguir **defender este**, devido ao facto dele ser mais velho, mais fraco e *“já não poder muito das pernas”*.

Os restantes dois **não se posicionam relativamente apenas a um dos elementos**, dizendo, num dos casos, que gostaria de defender quem tivesse mais razão e, o outro, que por ambos serem os seus pais, não se *“viraria”* contra nenhum.

b.6) Contextualização dos conflitos conjugais

A tendência grupal, nesta subcategoria é clara. Nove dos onze adolescentes dizem que não havia, por parte dos pais, **nenhum esforço no sentido da contextualização dos conflitos**. O espaço intencional de conversas em torno daqueles episódios e da sua normalidade, ou não, na conjugalidade, de tentativas de explicar ou justificar as alterações significativas do seu comportamento, não tinha lugar. Um dos adolescentes refere unicamente que um dos elementos do casal dizia que a culpa era dos nervos e, outro, que os pais apenas diziam que os conflitos eram só entre eles. Uma das adolescentes interpreta essa ausência de contextualização, referindo que eles não tinham esse tipo de conversa porque sabiam que ela já entendia as coisas:

“Não, porque eles viam bem que eu entendia as coisas... na realidade eu era... eu era uma criança mas já sabia entender as coisas, já sabia quem é que tinha razão e quem é que não tinha, por isso nunca tentaram me explicar.”

Outra faz acompanhar a negação da ocorrência dessa contextualização, pela argumentação de que ela não queria saber, querendo com isto dizer, que não queria saber de possíveis desculpas do pai para a sua agressividade.

No lado do **sim à existência dessas conversas** estão apenas dois dos casos. Um destes é aquele em que o registo da entrevista nos pareceu muito fabulado e, muito de

encontro à desejabilidade social. Quando questionado acerca do que era dito naquelas conversas torna-se muito hesitante, gaguejando e parecendo-nos pouco seguro na resposta:

“Para eu... para eu... não... ter calma, ter calma.”

O outro refere que o pai conversava mas a mãe não, dando a perceber que a contextualização feita pelo pai era no sentido de culpar linearmente a mãe e demonstrar o seu arrependimento quanto a esta relação, e não no sentido de um esforço de facilitar a integração destes episódios pelos filhos:

“O meu pai dizia que a minha mãe era muito má e que se não fosse a idade que ele tinha... ele casou quando tinha doze... tinha... ele já casou com outra mulher, já tem um filho com trinta e dois anos, já tem netos.”

b.7) Percepção quanto à facilidade da gestão dos conflitos conjugais

À semelhança da anterior, esta subcategoria remete-nos para uma clara predominância de um tipo de resposta, neste caso, o não. De uma forma geral, os adolescentes com quem falamos consideram que as brigas entre um casal são **difíceis de resolver**.

Três, por outro lado, já consideram que depende, isto é, que **algumas são fáceis e outras são difíceis**, sendo que um destes, acha que depende da capacidade do homem saber levar a mulher:

“Umas sim, outras não.”

“Algumas, alguns... outros não.”

“Depende, se souber levá-la, deve ser fácil de resolver, se não souber levá-la, não sei.”

c) As representações de género

c.1) Diferenças de género

Em termos da percepção de existência ou inexistência de diferenças entre homens e mulheres, a maioria dos adolescentes, mais precisamente oito, **considera haver diferenças**.

Apenas três acham que **não existem diferenças**, sendo que um deles é o adolescente que consideramos ter respondido num registo de alguma fabulação. Os outros dois dizem não haver e depois, quando explorado o tema, apresentam uma série de diferenças.

- Características físicas -

Em termos de características físicas, introduzidas no guião sobretudo com o intuito de “quebrar o gelo” e facilitar a evocação de outro tipo de diferenças⁸⁵, o mais saliente e generalizado é a associação dos homens enquanto os mais altos. Em termos de “gordura”, três referem serem as mulheres as mais gordas, enquanto cinco associam esta característica a ambos os géneros. Em termos de beleza, dois referem serem as mulheres as mais bonitas e seis dizem que são ambos.

- Características psicológicas e de papel de género -

Em termos de características psicológicas e de papel de género, associadas quer aos homens, quer às mulheres, as regularidades encontradas vão no sentido de uma ideia muito estereotipada daqueles. Os **homens** são descritos como os mais agressivos (o único adolescente que associou a agressividade aos dois géneros é exactamente aquele cujo cenário familiar era marcado pela violência mútua), passando mais ao acto, em termos de violência, tendo “*menos paciência*” e sendo mais “*embirrentos*” e “*autoritários*”. Em termos de quem trabalha, quatro referem ser o homem, apesar de dois ressalvarem que isto já não se aplica muito à realidade, num dos casos no geral, e no outro à sua própria, uma vez que o pai está desempregado e a mãe é quem trabalha.

“Trabalhar acho que é mais o homem. (...) Apesar da minha m... no meu caso dos meus pais e isso não, não é, mas acho que é mais o homem.”

“Acho que é mais... agora nestas alturas vê-se mais mulheres a trabalhar que homens, mas eu acho que é mais, trabalhar é mais dos homens e as mulheres ficam em casa.”

Quatro associam o trabalho a ambos os géneros, e os outros dois afirmam precisamente o oposto que em cima, dizendo, respectivamente, que os homens gostam de viver à custa das mulheres, e que são mais “*baldas*”, não pensando tanto no futuro:

“Querem dinheiro, querem sempre viver à custa da mulher. (...) Nem todos mas a maior parte dos homens só querem estar em casa, a ver televisão, futebol, ir para o café, tabaco, drogas.”

“A diferença é que os homens é mais aquela balda nunca pensam assim muito no futuro.”

⁸⁵ Sendo que estas questões não se aplicaram a todos os adolescentes mas apenas a oito, em que o quebra-gelo se demonstrou necessário.

Por outro lado, as **mulheres**, para a maioria dos adolescentes que ouvimos, em termos de papel de género, são as associadas às tarefas domésticas (pôr a mesa, fazer o jantar, tratar da casa) e ao cuidado dos filhos.

[tratar da casa] *“Os dois também podem mas é... tem mais obrigação a mulher do que o homem, mas eu acho que... se eles forem um casal assim... prontos, que não fossem assim antigos, modernos... agora os casais ajudam-se uns aos outros, logo aos dois, mas dá mais para a mulher, a mulher tem que ter... tem que ter essas responsabilidades. (...) [tratar dos filhos] Eu acho que é mais, um peso é mais para a mulher... os homens é naquela, tá com a mãe, tá bem, pode ficar com ela, não vou andar com ela atrás de mim, é assim.”*

“(...) mulher sem fazer... sem saber fazer de comer não é nada.”

“É a mulher, eu acho que no fundo os homens pensam que a mulher é que tem que fazer tudo, é aquela que cria a casa, é mais ou menos, é ela que cria a casa, é ela que tem que arrumar, é ela que tem que lavar, ela tem que fazer o jantar, ela tem que cuidar dos filhos e eles trabalham, comem, sentam-se e mais nada. (...) E alguns nem trabalham que é o caso do meu pai.”

A tarefa de tratar dos filhos foi atribuída a ambos os progenitores por três adolescentes, no entanto, nenhum a associou apenas ao pai.

Em termos de características psicológicas das mulheres, os adolescentes que entrevistamos atribuem mais a esta do que aos homens, a simpatia (ainda que cinco a associem a ambos, novamente nenhum associando-a apenas ao homem), a calma perante situações de conflito, a sensibilidade e o dar mimo. Referem ainda, na generalidade, que quem grita é a mulher, por oposição ao homem, que associam mais, como já foi referido, à agressividade e à passagem ao acto:

“Eh, as mulheres gostam de estar em casa, a fazer as suas coisas, as suas tarefas, ver televisão, as suas novelas à noite. A mulher... é mais, um bocadinho histérica. (...) Quando é coisas de barulho, só sabem gritar... os homens é mais... (...) É, só sabem gritar, só sabem mandar patuás para as vizinhas. (...) Os homens não, os homens em vez de estar sempre a mandar letra, vão logo. À porrada, viram-se logo, é mais agressivos.”

c.2) Estratégias educacionais e futura paternidade

- Desejo de ser pai/mãe -

O desejo de ser pai/mãe foi verbalizado por todos os adolescentes entrevistados, alguns de modo mais peremptório, outros de modo menos efusivo.

- Projectação enquanto pai/mãe -

Em termos da forma **como se projectam enquanto pais, espontaneamente**, a maioria refere conteúdos pouco complexos, demonstrando alguma dificuldade de evocação e/ou exploração desse material e, provavelmente, alguma ausência de referências salientes a este nível:

“Vou tentar dar carinho, mimos e tratar deles bem.”

“Simpático, pelo menos, tentar ser simpático. (...) Ajudá-los onde eles precisarem... (...) E essas coisas... ajudar nos tpc's e isso.”

“Normal, como sou agora. (...) Eu não vou fazer nada diferente, vou fazer aquilo que achar... o que eu achar que hei-de dar, dou, o que não dar, não dou.”

“Bom, bom pai. (...) Eh, pô-los, tratá-los bem, não os deixar sair dos estudos, ter um bom emprego, ter um bom futuro, eh, dar-lhes de comer, eh, dar-lhes educação, etc.”

“Eu? Eh, meiguinha... eh... tratar deles e tudo.”

“Meigo. (...) E quando eles, os filhos pedirem algum euro para comprar um bolo dar, e mais nada e ensinar a fazer os deveres.”

Uma adolescente (como já foi referido) refere o receio de que aquelas experiências de exposição a violência entre os pais, possam vir a desenvolver em si alguma agressividade. Denota, então, o medo de uma eventual falta de determinação neste processo, demonstrando alguma integração e reflexão diferente da sua vivência.

No que toca à **projectação pessoal a partir das situações-estímulo** da entrevista⁸⁶, encontramos alguma regularidade no que toca às sanções propostas e ao registo de resposta. Parece então haver uma contenção no que é dito, pelos adolescentes, nomeadamente em termos de assumir as estratégias punitivas com base em violência física, quase censurando estes conteúdos e recuando, num sentido de uma maior assertividade. Aparecem também justificações em termos da ausência de violência quando isso não era perguntado.

“Dizia... be... ba... não era bem bater, punha-o de castigo.”

“Dizia... mhm, má nota não, pronto, metia-o... como é que hei-de explicar... dizia a ele para estudar mais, para estar mais atento nas aulas, para fazer um esforço para conseguir no próximo teste tirar uma positiva.”

“De... le... dava-lhe uma sapatada... mais nada.”

“Eu? Hã, não dizia nada, dizia “menos um”, pronto. (...) Então, não se vai bater só porque se deixou cair um copo.”

“Não batia, dizia para estudar muito.”

⁸⁶ Que consistem na reacção enquanto pai/mãe ao filho, respectivamente, partir um copo, ter uma má nota e ter um acto de desobediência.

A evolução das sanções referidas, para as situações-estímulo da entrevista, vai no sentido de um agravamento do acto, previsível pela própria evolução em termos de gravidade dos comportamentos desadequados: desde limitar-se a limpar os vidros; dizer para ter mais cuidado a pegar nos copos; ou dizer para da próxima vez pedir ao pai/mãe a água; passando por, na situação de má nota, dizer para estudar mais; *“metê-lo a estudar”*; ou *“não lhe dar o prémio que ele queria”*; até, na situação de desobediência, pôr de castigo, no geral; tirar coisas de que o filho gostasse (televisão, jogos, Internet, etc.); não o deixar sair de casa sem ser para ir à escola; fechar o filho no quarto; e dar uma sapatada, ou, nas palavras de outro adolescente, *“levar na tromba”*.

Em termos da **identificação pessoal com as práticas educativas** que eles tiveram/têm, na generalidade, há um afastamento entre a educação de que foram, ou estão a ser alvo e o modo como se projectam no futuro. Somente um refere querer ser igual ao pai. Dois referem querer ser iguais apenas às mães, implicitamente mostrando que não se identificam com as práticas do pai, e eventualmente com isto, dando mais destaque àquela quanto ao papel educacional.

“Simpático como a minha mãe. (...) Igual... como a minha mãe me fazia.”
“Com os meus filhos? Como a minha mãe é, tudo.”

No caso da última citação, poder-se-ia colocar a hipótese desta resposta se relacionar com a questão do género, uma vez que quem afirma isto é uma rapariga, no entanto, o registo de cumplicidade e aliança descritos ao longo da entrevista, são nela justificados por esta identificação diferencial relacionada com o modo de ser de cada um, em termos educacionais – a mãe descrita como a protagonista dos cuidados e dos afectos, a figura de vinculação segura, e o pai, descrito como alguém com quem, pela dificuldade de perceber as alterações comportamentais, mantém uma relação pautada por uma vinculação pouco segura.

Da maioria que se distancia das práticas dos pais, alguns assumem um registo peremptório de referir que não vão fazer nada igual, em alguns casos exemplificando a que níveis:

“De certeza não vou ser como o meu padrasto. (...) Tudo, tudo, não há nada que eu faça igual, mas nada, mesmo nada.”

“Acho que nada... nada.”

“O que eu já passei não quero que eu passe nem que se um dia vier a ter filhos que passem. (...) Vou ser o contrário do que o meu pai é para mim...”

“Não, vou fazer tudo diferente dos meus pais: vou saber ouvir, vou saber responder e vou saber conversar, é isso.”

Outros dos que não se identificam com as práticas educacionais de que foram alvo, adoptam um registo mais suave, mais hesitante, aparentando ter alguma dificuldade em assumir a percepção de não serem muito bem tratados, ou em classificar os pais como negligentes. Parecem quase recuar perante a abordagem desses conteúdos, ou salvaguardam algumas questões em que se vão assemelhar aos pais, nem que sejam muito básicas como: poupar, fazer o comer, dar mimo.

“Mhm... tratar bem deles mais assim... tratar mais, tratar mais bem... porque algumas vezes trato bem... os meus pais tratam-me bem mas... a maior parte é bem prontos só que às vezes também, há vezes que... se costumava assim falar um para o outro e isso.”

As **alternativas educacionais** que referem, i.e., os exemplos daquilo que vão fazer de diferente, abrangem, desde questões muito básicas, como dar de comer, pôr no infantário, dar-lhes atenção, até outras questões mais complexas, como ilustra a penúltima citação e as que se seguem:

“Dar-lhes mais atenção, tratar bem deles, trabalhar para ganhar para o comer, para lhes dar, pô-los no infantário... tratar bem deles.”

“Não bater pelo menos, não embirrar muito com eles.”

“Não ter muitos filhos. (...) Hum... não ser tão ciumenta.”

“Não berrar à frente dos filhos, não berrar com a mulher, não meter-se onde não é chamado e não beber álcool.”

“Vou tentar, vou... se às vezes discutir com o meu homem vou tentar fazê-lo não à frente deles, mas também não por trás, vou alertá-los sempre das situações, só que tento não ter barulhos à frente deles para eles não serem criados como eu fui. (...) Eles vão sempre saber tudo o que se passa, mas não da forma que eu sou.”

c.3) Estratégias na relação conjugal

Esta subcategoria, à semelhança da anterior, também se pode organizar nas dimensões espontânea e evocada por situações-estímulo.

Em termos espontâneos, apenas cinco adolescentes foram capazes de responder, sendo que os outros, por dificuldades de concretizar respostas a este nível, somente exploraram as situações-estímulo. É curioso perceber que aqueles cinco correspondem aos mais velhos e às raparigas, grupo que, no geral, demonstrou uma maior integração da experiência, com uma maior capacidade de exploração do material e posicionamento perante ele. Quatro destes cinco projectam-se numa relação conjugal, fazendo referência à violência, quer legitimando-a de alguma forma, ainda que a colocando num nível de “poder acontecer mas talvez não a si”,

“Eu acho que bater numa mulher, eu nunca fiz isso, nem acho que hei-de fazer. (...) Se bem que às vezes acontece, só acho que comigo não vai acontecer... não posso dizer nunca. [as discussões atingirem um ponto de violência] (...) Não posso dizer “eu nunca hei-de fazer isto”, mas acho que não. (...) É preciso muito, muito, muito para eu dar um estalo, a uma mulher, não, acho que isso é covardia.”

quer, (no caso das raparigas) enfatizando o facto de se pensarem como absolutamente intolerantes, a qualquer manifestação violenta por parte do cônjuge:

“Olha, se um homem me bater a mim eu também bato, para quê que eu não vou bater... está-me a bater e eu não me vou defender, para quê? Nem pó, é aquela cena... mas quanto menos bater... tem que ser conversar mais e agir menos.”

“Eu disse sempre à minha mãe “se um dia o meu homem, eh... eh... me levantasse à mão, ia logo à polícia por agressão doméstica”. (...) Se quiser me tocar separo-me logo dele, mesmo que goste... eh... se eu gostar e ele me bater, se ele for agressivo, eu encontro... eh... faço por encontrar outra pessoa mais simpática, meiga. (...) Se não apanha uma alternativa de bater, bate sempre... se nós o deixar.”

“Se ele me bater à primeira vez é logo separar, logo, porque se há forma que eu não suporto é isso, nunca mesmo.”

Cada uma destas adolescentes acrescenta questões que nos parecem interessantes e que, como tal, não quisemos deixar cair, ainda que se situem num nível mais individual que no das regularidades. Uma refere a preocupação de querer preservar os filhos dos conflitos em termos de envolvimento. Outra, na descrição do marido que queria para si, apenas refere o facto deste não beber, relacionando linearmente a violência com o consumo de álcool:

“Que não beba... que é para não discutirmos, ele assim não se fica a mim ou eu fico-me a ele, não andamos ali à pancada.”

A outra diz pretender ser alguém que não crie problemas e ter uma relação onde a comunicação seja efectiva, na resolução dos conflitos ou desacordos:

“Eu acho, eu acho no fundo que eu quero, eu quero ser sempre uma pessoa que nunca arranja sarilho em lado nenhum, que não arranja discussões, que tenta fazer tudo pelo melhor, o que às vezes posso não ser, posso também arranjar motivos para discutir, pode ser haver isso, que há, em todos os casais há. (...) Feliz, acho que quero fazer sempre bem a ele e quero que ele faça sempre bem a mim, só que se ele fizer alguma coisa que eu não goste eu digo-lhe, e sempre que eu fizer alguma coisa que ele não goste, ele tem que me dizer, porque se a gente tá um com o outro e vir que um tá a fazer uma coisa que a gente não gosta e depois guardar isso para dentro, depois tar com ela e pensar nas outras coisas, não é fixe, eu acho que isso não é fixe para uma relação.”

O último adolescente, dos cinco que se projectaram espontaneamente em termos de estratégias na relação conjugal, refere conteúdos um pouco mais pobres, dizendo que quer ser fixe para ela e que ela o seja para ele, propondo como estratégia para resolver os conflitos, o saber conversar. Demonstrou ainda ter uma postura “machista” na relação conjugal, ao referir como resposta à situação-estímulo do filho partir o copo, da anterior subcategoria, o mandar a mulher apanhar os vidros.

No nível das **respostas às situações-estímulo**⁸⁷, nomeadamente a primeira, a regularidade encontrada vai no sentido de perante uma comida que não gostavam, dizê-lo e não comer. Acrescentam reacções de ir ao café comer alguma coisa, sair de casa para “evitar embirrar com a mulher”, pedir à mulher para fazer outra coisa ou, num outro caso, fazer ele próprio. Um outro, ainda, tem um registo mais directivo, nomeadamente apelando àquilo que considera como sendo as competências de uma mulher:

“(...) avisava para aprender a fazer comer direito. (...) Que fizesse algum curso de culinária... mulher sem fazer... sem saber fazer de comer não é nada.”

Uma adolescente tem uma resposta mais fundamentada, referindo que não discutiria mas também não ficaria contente, se a preparação do jantar fosse, no fundo, uma tarefa assumida pela mulher, enquanto o homem ia trabalhar, e a mulher soubesse que ele não gostava daquela comida, quase colocando esta acção num nível de falta de consideração pelo marido:

“Se ela soubesse que eu não gostava daquela comida eu não discutia mas também não ficava contente e por aí fora, dizia-lhe que vinha cansado de trabalhar e que ela tá em casa a trabalhar mas é tarefas da casa e ela sabia que eu não gostava daquela comida e que vinha cansado, precisava de comer se ela sabia que eu não gostava daquela comida... não dava para a discussão mas tinha que fazer outra comida para mim.”

Quanto à segunda situação, a maioria dos adolescentes diz que reagiria de forma submissa, indo buscar o pão, alguns pedindo desculpa, outros justificando que se tinham esquecido por estarem com a cabeça no ar. Uma faz questão de salientar, no início da resposta, à semelhança do que já havia acontecido na anterior subcategoria, que não batia, quase legitimando esta reacção agressiva e posicionando-se no oposto a ela. Apenas um tem um registo menos compreensivo:

“Chateada? ... que fosse ela.”

⁸⁷ São elas as reacções de um pai, respectivamente, à situação de chegar a casa do trabalho e a mãe ter feito uma comida que ele não gostava e, ao facto da mãe se zangar com ele por ele se ter esquecido do pão que ela havia pedido de manhã para trazer.

d) Atribuições em torno da violência

d.1) As diferentes formas de violência e o que é fazer mal a alguém

Em termos das formas de violência que estes adolescentes explicitam contemplar, substanciadas no que é fazer mal a alguém e de que formas se pode fazê-lo, o comum a todos eles é o acto de bater. Muitos referem também o gritar e cada um deles acrescenta alguns outros actos, uns mais complexos e afinados em termos emocionais e interaccionais:

“Não lhe dar atenção e isso... berrar, gritar, não lhe dar carinho.”

“Não ser... não ser feliz com ela.”

“Emburrar muito com eles.”

“Olha, fazer mal é bater, discutir sem... sem ter razão, está a fazer mal... (...) Não saber ouvir também é uma de... uma coisa que faz mal, tem de se saber ouvir sempre... (...) Uma palavra mal dita, uma... um gesto mal feito... uma obrigação a não ser cumprida, às vezes acontece... em muitas coisas mesmo.”

“Mentir, roubar, matar. (...) Chamar nomes.”

“Fazer mal a uma pessoa é mais naquela de fazer tudo o que sabe que uma pessoa num gosta.”

outros algo invulgares, pelo facto de se referirem a situações muito particulares.

“Sei lá... bruxaria... Faz mal às pessoas.”

“Por exemplo, uma pessoa... tá tudo na boa, tá uma casa toda sossegadinha, de repente viram tudo do avesso, sabem que está o bem-estar e viram tudo do avesso de propósito, e fazem com tudo para haver uma discussão, como o meu caso, por exemplo, na minha casa tá tudo bem e o meu pai faz tudo para armar uma discussão, acho que isso é fazer mal.”

“Por exemplo, pais ausentes que dizem aos filhos que aparecem e não aparecem e eles ficam cheios de raiva, às vezes vingam-se nos outros e isso é fazer mal porque os outros não têm culpa nenhuma, e ele tá a vingar-se de um problema que tem em casa noutras pessoas.”

d.2) O porquê de se fazer mal a alguém e as situações em que se bate

Em relação à percepção das situações em que se bate e aos motivos apontados como estando na base do fazer mal a alguém, ou por outras palavras, o que leva alguém a bater, a regularidade percebida vai no sentido das agressões acontecerem na sequência de situações de conflito: “pegas”, “discussões com a mulher”, discussões com o patrão quando ele paga o que deve e o empregado acha que é pouco. Surgem ainda relacionadas com alterações emocionais em termos de “falta de paciência” e “nervos”, mais frequentemente associadas com o género masculino. Novamente há muitos conteúdos acrescentados por cada adolescente, que, apesar de se situarem num registo mais

casuístico, não quisemos deixar cair. Estes vão desde uma interpretação da motivação do padrasto para bater, passando pela associação do bater a estados alterados pelo álcool ou por drogas, até à descrição de várias situações em que se bate:

“Sei lá se calhar é a maneira dele não de impor respeito mas de dizer que ali quem manda é ele. (...) E quer tu queiras quer não queiras quem manda aqui sou eu” e acabou. (...) De certa forma quer impor a autoridade mas não é assim que se impõe a autoridade, isso só traz mais rebeldia e mais...”

“Num... alguns não têm paciência nas situações graves e batem. (...) Quando o filho faz... quando uma pessoa faz mesmo asneiras, asneiras, e ficam saturados, os que batem ficam saturados, acho que é isso.”

“Porque acho que uma e a outra tiveram alguma pega... se tiverem pega elas andam à porrada... se não tiverem não andam. (...) Só se não tiverem mesmo motivos e der na paranóia e for lá e começar a distribuir.”

“Heee... perigosidade, calcou com essa pessoa ou essa pessoa apanhou raiva dessa pessoa. (...) Ou essa pessoa pegou com ela... há sempre alguma razão dessa pessoa virar-se a outra pessoa.”

“Discussões... às vezes eles vêm com o álcool.”

“É que os homens são agarrados, roubam. (...) A bater? Meter-se onde não é chamados, chamar nomes, e não sei mais. (...) Quando ela tá muito zangada, quando roubam, quando matam. (...) É porque precisam, ou é porque chamam nomes, ou é porque se batem ou é porque se chama nomes. (...) Ou é porque tentam matar.”

“Porradas, discussões, muitas vezes exaltam-se muito e partem logo para a violência... (...) Porque... às vezes por causa de terem assim incentivados pelos outros, porque há muitas pessoas que picam, “e tu tens medo e tu dá-lhe, não tenhas medo, tu chega lá por trás e dá-lhe um estalo”, mais os incentivos que tem dos amigos.”

d.3) Situações em que é, ou não, legítimo bater

Introduzindo a conotação que estes adolescentes atribuem em termos de legitimidade ou não para bater, a concretização deste campo de sentido fez-se em termos de quando se pode e/ou deve bater e quando não se pode/deve.

Na primeira dimensão – **quando se pode/deve bater** – a regularidade vai no sentido de apontarem para situações limite em termos de paciência, sobretudo no que diz respeito a estratégias educacionais para com os filhos. Aparece, assim, em vários sujeitos a distinção entre violência entre pais e filhos e violência conjugal, legitimando a primeira como um acto necessário na educação, no sentido de ser quase o sinal do limite comportamental:

“Não se deve não é... mas há alturas em que chega-se a um ponto em que tem de ser, esgota-se a paciência e tem de ser. (...) Mas é assim, acho que esses estalos de mãe para filho ou de pai para filho tem sempre que haver, mas poucos, quanto menos melhor, porque um estalo às vezes numa altura chega perfeitamente, porque sei lá, um filho em que os pais sempre foram benevolentes com ele,

sempre disseram “faz isso e tal” e sempre a conversar com ele, chega uma altura em que ele acabou, a paciência dos pais esgota-se, aí levar um estalo e perceber que se está errado é a melhor coisinha.”

“Quando nós nos portamos mal.”

“Quando o fi... quando o filho precisar... por exemplo, se for um filho, se o filho precisar mesmo... para ele... para ele... se for mesmo um que faça mesmo asneiras, asneiras... se o filho precisar de umas sapatadas.”

Outras situações sugeridas como legitimando a violência são casos de legítima defesa ou defesa de outros:

“He... quando faz algum mal a outra pessoa, quando está a proteger-se de muitas pessoas e, é assim, como é que se diz, vem um grupo e embirra comigo, começa-me a roubar, eu não tenho nada para me defender, atiro-me a eles e isso é uma forma de bater. (...) Mhm, tipo uma pessoa vê-se a... vê-se uma pessoa a atirar a outra pessoa, muitas pessoas a atirar-se a um colega meu, vejo ele a apanhar muita porrada, vou lá e começo também a dar para eles deixarem.”

“Não sei, assim se nos virar a nós claro.”

“Quando é casos de por exemplo: eu se tivesse uma irmã pequenina, não, não, eu é que era a irmã pequenina e se tivesse um irmão grande, e se um rapaz andasse sempre a mandar mensagens assim mais daquelas para o torto, se me andasse a provocar, se andasse a falar mal de mim pela escola, fizesse de tudo para me irritar, se o meu irmão lhe desse um estalo ou um soco e lhe batesse eu achava bem feito porque ele não tinha que me difamar sem eu ter... sem eu fazer nada.”

Um dos adolescentes acrescenta a estas situações, a da traição da mulher como legitimando a agressão (e a do homem quando questionado sobre a reciprocidade dessa situação), ou a da mulher “mandar vir” com o homem:

“(...) há razões que deve bater mas há outras que não, tipo trair, o homem tem razão de bater... outras vezes não... é sempre assim.(...) Há outras vezes quando... começa a mandar vir e... começa a chamar nomes e... o homem às vezes tem direito de bater.”

Um outro evoca material algo bizarro, à semelhança do seu registo neste grupo de questões em torno da violência, apelando a conteúdos relacionados com homicídio, paralelamente e como que quase ao mesmo nível, com outros actos como insultar:

“Quando eles estão bem zangados, a chamar nomes, a tentar matar. (...) Quando tentam roubar, matar, ir a casa matar alguns filhos ou algumas mulheres, roubar, chamar nomes... e mais nada.”

Dois adolescentes consideram não haver nenhuma situação em que se possa/deva bater.

Quanto às situações em que os adolescentes consideram **não se poder/dever bater**, i.e., as situações onde criticam e não legitimam o uso de violência, não existe uma regularidade saliente, antes resultando uma série de pequenas nuances. A única resposta

que surge, em mais do que um caso, é a que aponta para a não legitimidade de bater quando o outro tem razão:

“Por exemplo, quando um filho tem razão e a mãe e isso, quando eles têm razão numa coisa, eles não... não têm razão para bater.”

“Com alguma razão... eh... quando é...como assim, houve uma vez na minha, que roubaram um telemóvel a um colega meu, um colega meu disse quem foi e esse que roubou bateu-lhe, isso é injusto porque ele tinha razão porque roubou, ele diz que não e bateu-lhe...”

Para além desta, há uma série de respostas acrescentadas por cada um deles como situações em que não se pode/deve bater: quando uma criança não quer comer, quando um filho tira má nota, quando um homem *“tá a trair, tá a trair com uma pessoa e ela... ela mandar vir e ele bater”*, se um casal se amar, por mal-entendidos e quando *“é mais para se exibirem”*.

d.4) Alternativas à violência, o que impede de bater, como fazem as pessoas que não batem

Na continuidade dos campos anteriores estão dois que optamos por agregar, pela sua proximidade, e pelo facto dos conteúdos surgidos se terem sobreposto um pouco. São eles, o que tenta perceber o que impedirá alguém de bater e, por outro lado, o que apela àquilo que contemplam como comportamentos alternativos à violência, no geral e no casal, e às estratégias usadas pelas pessoas que não se batem.

A regularidade em termos de **alternativas à violência** aponta para o conversar sobre o conflito e o ter calma. Outros comportamentos sugeridos são, por exemplo, deixar de falar com o outro e *“pensar muito bem”* (no sentido de reflectir e ponderar bem os actos). Em termos de como fazem as pessoas e, em particular, os casais que não se batem, o que surge de forma mais difusa é, novamente, falar um com o outro. Para além disto, outros conteúdos evocados são: não serem nervosos, terem *“um auto-controlo fantástico”*, haver uma boa comunicação entre as partes, serem amigos, terem respeito e *“consideração pelos outros”*, abandonarem os conflitos quando *“estiverem enervados”* ou irem *“apanhar ar”*, *“estudar para serem o que querem”* e terem uma relação mais moderna.

d.5) Significados e atribuições associados à violência conjugal

Focando no fenómeno da violência conjugal, apelando às atribuições e significados associados a ele, a maioria dos adolescentes que ouvimos considera que **não deve haver violência entre um casal**:

“Não, não, têm de ser sempre amigos.”

“Pelo menos que gostem mesmo, mesmo não.”

“Acho que não, se se amam, nunca se dev... se pode bater.”

“É, é quando gostam mesmo duma pessoa não bate-se. (...) Quando é amor não bate-se nem nada.”

Alguns destes acabam por assumir uma postura algo incoerente com as suas afirmações, num dos casos legitimando a violência sobre a mulher em caso de traição, ou em algumas situações em que esta “mandar vir”.

Alguns dos restantes assumem uma postura de **alguma incerteza e ambivalência**, quanto ao poder ou não bater, quando se gosta, por vezes dando indicadores no sentido de se poder e, noutras recuando e dizendo que não. Um deles introduz a **possibilidade de existir violência num casal** desde que não extrema, com isto legitimando, por exemplo, a possibilidade de ocorrerem uns “estalos” entre pessoas que se gostam:

“Não sei. (...) Sei lá... mas depende do que ela fez... não sabia... até podia ela ter razão como ter ele. (...) [ele podia ter razão para bater nela?] Se tivesse razão ninguém lhe tira a razão... agora se não tivesse razão.”

“Depende da violência, não é, há violência que até é agradável. (...) A violência até pode existir desde que não seja extrema, tudo o que é extremo é mau. (...) Porque sei lá, imagina uma situação em que estão a ter uma discussão, uma mulher e um homem, e a mulher fica histérica, tem que levar um estalo, tem, porque tem que levar um estalo, porque tem uma personalidade em que ela começa aos berros e a partir tudo, tem que levar um estalo para parar e saber que está errada. (...) Depende, porque há aquela violência carinhosa que não chega a ser violência, o acto parece violento mas não chega a ser violência; sei lá, um estalo, às vezes.”

A violência num casal, em geral, é perspectivada, apesar de sob alguma crítica, como podendo ocorrer, quer pelo descontrolo dos elementos, na situação de conflito (não ter paciência, ser muito nervoso, ficar muito zangado, não pensar muito bem, ter ciúmes), quer motivada por situações que a legitimam (traição, “atitudes provocadoras” como “mandar vir” num grau considerado como excessivo).

Os **significados associados à ocorrência de violência num casal** substanciam-se em conceitos com contornos diferentes, nas diferentes vozes que escutamos:

“Sei lá, quando alguém se quer impor numa relação se calhar é que deve levar à violência. (...) Quando uma das partes quer ser melhor ou mais do que o outro, e isso leva a ser, quando por exemplo, a violência é o contrário da razão, uma pessoa que tenha um bom domínio da língua portuguesa consegue levar outra pessoa que não tem, se calhar.”

“Significa... a... u... a tristeza.”

“Que não são amigos uns dos outros, um entre eles. Que não têm consideração pelas pessoas.”

“Devem estar mesmo chateados um com o outro. (...) Raiva um do outro. (...) Traição ou qualquer coisa, não sei.”

“Significa que não têm respeito um pelo outro.”

“Que não gosta da pessoa. (...) E está com ela por estar.”

“Eu acho que não quer dizer nada, até podem... até podem pensar que não se gostam uma da outra por bater.”

“É crime. (...) É muito mau. (...) Não sei, é porque são maus ou é... não sei...”

“Não, acho que os pais que se batem é aqueles que não têm os problemas resolvidos, é aqueles que no passado deixaram mesmo tudo no passado, é aqueles que não resolveram tudo mesmo na hora, se resolvessem tudo naquele dia, naquele momento não iam passado vinte anos dizer essas coisas. (...) É, acho que num... que discussões até é normal, entre o casal até é normal, não sempre, mas até é normal, porque senão fica muito sótno também, sempre tudo direitinho... também é normal às vezes um casal discutir... agora assim aos insultos, aos palavrões, assim agressões acho que isso já não deve haver, já não é normal. (...) O que significa fazer mal? Eu acho que não há explicação, eu não consigo explicar, acho que o mal, à uma nem se devia fazer, assim... que nem se devia fazer com ninguém, mas principalmente com a mulher, ou a mulher com o homem, eu acho que nunca se devia fazer, porque não só em todos os casos é o homem que tem a culpa, há muitas mulheres que também...”

Percebe-se, assim, em alguns casos a “mistura” da violência com o amor, a perspectiva da sua compatibilidade e, por outro lado noutros, a associação da violência com o transpor do respeito numa relação e a passagem decorrente para o “não se gostar”.

Em termos da **prevalência percebida do fenómeno da violência conjugal** uma maioria clara aponta para a violência não ocorrer em todos os casais, contemplando assim, relações onde não há o recurso a essa estratégia:

“Não sei... há p... pode haver pais que nunca se batem, pode haver outros que batem.”

“Agora é raro ver pais a baterem-se... agora é mais conversar, agir e mhm... em momentos que não dá mesmo é que eu acho que vão pa... para a agressão. (...) Dantes não, dantes era... era bater à força toda e não se passa nada, não ouviam as opiniões dos outros nem nada, agora eu acho que o mundo está diferente. (...) Acho que sim, até nas melhores famílias acontece isso... eu acho que sim.”

“Alguns, alguns podem bater, mas outros não.”

No entanto, para dois adolescentes praticamente não existem casais que não se batam, não contemplando então a possibilidade da violência não fazer parte das estratégias conjugais, de gerir a relação e os conflitos, sobretudo, salienta um deles, no contexto dos bairros sociais:

“Eh... cem por cento há casais que se batem.”

“Por mim é quase... acho que é quase todos. (...) Agora. (...) Sei lá, porque há pegas um contra o outro. (...) No bairro... nos bairros pelo menos é assim... em todos os bairros acho que encontra isso.”

d.6) Posições pessoais face à violência e projecção pessoal quanto a estilos de gestão de situações de conflito

De uma forma geral, os adolescentes que ouvimos manifestam uma postura crítica face ao uso de violência:

“Eu acho que não se deve bater em ninguém não é, mas às vezes há pessoas que batem, mas nunca acho que... nunca se deve bater às pessoas.”

“Que se pode... eu acho que nem se pode bater, acho que é como eu digo, falar primeiro, depois vê-se o que... o que se segue daí... mais nada. (...) Mas quanto menos bater... tem que ser conversar mais e agir menos.”

No entanto, a par desta, em muitos casos, encontramos afirmações que apontam para a **legitimação do uso de violência** em muitas situações (como estratégia educativa dos pais para com os filhos, num casal, enquanto brincadeira, etc.):

“Violência só gera violência. (...) Sei lá, acho a violência não leva a lado nenhum, se bem que às vezes, sei lá como hei-de explicar isto, violência entre os pais é uma coisa, violência entre pais e filhos é outra.”

Um ponto de vista curioso é o do adolescente desta última citação, que legitima a violência “soft” entre um casal, não a significando enquanto violenta. Distingue este tipo de violência duma outra que designa de “extrema”, descrevendo esta como a que se caracteriza por estar contaminada de “raiva” e “nervosismo”. Coloca, em diferentes patamares, a violência entre adultos da entre adultos e crianças, numa óptica de legitimar esta última, pelo facto de considerar não ser possível ou eficaz, o uso da estratégia da fala com crianças.

“Claro, é, com pessoas assim grandinhas, agora com putos, como aqui no colégio, eles às vezes comem-me o cérebro, às vezes um gajo tem mesmo de apanhar um estalo se não eles abusam e acabou.”

A violência aparece enquanto estratégia educativa a utilizar quando “os meninos se portam mal”, no sentido de ser eficaz para aprender algumas coisas, nomeadamente os limites das situações:

“Já cheguei a fugir daqui, aos... acho que foi para aí aos dez... o meu padrasto agora que tá aqui bateu-me e eu acho que aprendi... e falou comigo. (...) Bateu-me e depois falou comigo, deu-me umas sapatadas e depois falou comigo, e eu aprendi, não fugi mais.”

“Perceber, chegar a altura e dizer assim “fogo, levei um estalo, cheguei ao limite”, se calhar o estalo é aquela coisa do limite: no teu limite levaste um estalo; sei lá, não posso fazer mais do que isto, tás mesmo errado.”

Passando do conceptual para o situacional, i.e., de uma componente cognitiva para uma comportamental, os dados obtidos vão num sentido semelhante ao percebido até aqui. Ou seja, percebe-se em vários casos uma quase distinção entre aquilo que é defendido e aquilo que surge nos indicadores, em termos de projecção na acção. Por exemplo, um adolescente, apesar de considerar que o diálogo é a forma mais adequada de resolver as situações, demonstra dificuldades em aplicar esta lógica à educação de crianças, dizendo que com os putos do colégio e mesmo com a sua irmã, um “estalo” ou umas “sapatadas” são o seu recurso quando eles *“lhe comem o cérebro”*. Projecta-se, no entanto, como incapaz de bater numa mulher.

Noutros casos, esta distinção entre o defendido e o colocado em prática, percebe-se em pequenos indicadores como descrições de situações em que andaram à porrada na escola, no sentido de “defender a honra da mãe” apesar de dizer, num momento anterior, que a melhor estratégia, em situações desta ordem, é permanecer na tranquilidade da “consciência limpa” e não responder.

É curioso constatar que duas das adolescentes fazem questão de referir que, se algum dia um homem lhes bater, elas reagirão, uma por retribuição e a outra por pedido de auxílio policial/legal:

“Olha, se um homem me bater a mim eu também bato, para quê que eu não vou bater... está-me a bater e eu não me vou defender, para quê? Nem pó, é aquela cena...”

“Não sei... não sei, não sei o que é que eles ganham em bater, mas eu e a minha mãe... eh, eu disse sempre à minha mãe “se um dia o meu homem, eh... eh... me levantasse à mão, ia logo à polícia por agressão doméstica. (...) Nenhum, nenhum homem vai-me tocar e já disse à minha mãe, eu “tá para nascer um homem que vai-me tocar””.

Uma destas e outra salientam ainda o facto de considerarem que um homem que bate uma vez numa mulher continuará a fazê-lo, apontando empiricamente para o designado “ciclo da violência”:

“(...) Se não apanha uma alternativa de bater, bate sempre... se nós o deixar.”
“Porque se ele bate uma vez, é certo que vai bater à segunda, eu acho que as pessoas não mudam da água para o vinho, se ele bate uma vez, bate à segunda.”

e) Atribuições em torno do amor

e.1) Significados de amor

Nesta subcategoria, percebemos um padrão destes adolescentes que ouvimos em apresentar significações de amor algo básicas e pouco exigentes em relação ao outro que pretendem como “amado”. A tendência geral foi para respostas curtas e pouco elaboradas do ponto de vista da abstracção, demonstrando algumas dificuldades a este nível, e ao da integração das experiências em material subjectivo ao nível daquele conceito. Alguns parecem não diferenciar o significado de amor do da amizade, outros recorrem à negação da violência enquanto definidor. Pensamos que isto é ilustrado nas citações que se seguem, respostas à questão do que é o amor para eles:

“A... eh... é o dar-se sempre bem, até ao fim da vida... mais nada.”

“Quando se gosta uma da outra... quando acha que tem mesmo a certeza que pode fazer a vida com ele... até à morte.”

“É serem felizes.”

“Mhm... dar-se bem um com o outro. (...) Saber que gosta mesmo da pessoa. É mais ou menos isso.”

“Sei lá, eles é que podem sentir. (...) Não sei. (...) Sei lá... eixe que cena. (...) Não faço a mínima idêia.”

“É duas pessoas que se gostam, que gostam um do outro, que gosta da maneira que ele é, da maneira que eles... que ele convive, que se veste... de todas as maneiras.”

“Quando é amor não bate-se nem nada. (...) Simpatia, meigo, carinhoso.”

“É ser amigos, é ser brincalhosos, não bater, dar o que as mulheres precisam... e mais nada.”

As definições mais elaboradas, vão no sentido de decompor o amor em várias dinâmicas ou substantivos abstractos, ou descrevê-lo numa perspectiva mais pessoal e subjectiva.

“É o respeito, o carinho e a amizade.”

“É esse o meu conceito de amor: eu só vou amar alguém quando conseguir gostar dessa pessoa mais do que o que gosto de mim. (...) Eu acho, porque não há outra maneira, sei lá. (...) Amor “eu amo-te”, acho que a palavra amor hoje em dia tá gasta, gasta, gasta. (...) Dizer “eu amo-te” e “eu gosto de ti” hoje em dia é a mesma coisa. (...) Mas acho que não deve ser, amar é uma coisa, sei lá, acho que é.”

“É aproveitar cada momento que estão juntos, é tar sempre de bem, quando tiver alguma coisa de mal resolver, mas quando os melhores momentos que a gente possa, aproveitá-los ao máximo, é tar juntos, conversar, namorar e é isso. (...) Sentindo-se bem perto dessa pessoa, sentir que o mundo todo deixou de existir, tudo fica para trás, mais nada... os problemas que têm é para trás e se quando tamos com ele é ele, acima de tudo.”

Uma adolescente refere ainda a possibilidade do “amor doentio”, descrevendo este como o amor pautado por ciúmes, conotando-os de forma muito negativa.

e.2) Atribuições em torno do casamento/relação conjugal

- Motivos para casar ou juntar -

Relativamente à questão que apelava aos motivos para casar ou juntar, os conteúdos e o registo de respostas foram um pouco no sentido dos encontrados na subcategoria anterior, isto é, algo pouco elaborados e abstractos, mais próximos de motivações funcionais e menos de “motivações românticas”. A situação de casar é claramente preterida em relação à de “juntar”, sendo que as motivações apontadas para isto vão no sentido da facilidade que esta situação permite, em caso de ruptura, pelo evitamento das burocracias e do gasto associado a um divórcio. Parecem, de alguma forma, relacionar os custos de uma separação apenas ao seu lado mais material. Todos os adolescentes referem querer ter um companheiro/companheira, mais ou menos peremptoriamente. A ideia romântica de casamento apenas aparece numa adolescente e, mesmo assim, de uma forma algo ambivalente:

“À uma quero, entrar de noiva na igreja, mas à outra não quero, pode não dar certo e depois ainda temos o coiso de divórcio... como algumas actrizes que se casam e passado um mês ou dois já estão-se a separar.”

Algumas motivações que associam ao querer fazer vida em casal, andam mais em torno das suas vantagens relativamente à situação de solteiro, que propriamente relacionadas com a situação de união íntima com outro, por si só. São elas: considerar a vida de casado mais fácil do que a de solteiro, nomeadamente mais confortável economicamente (um refere que algumas pessoas é para ter dinheiro e outro utiliza a expressão “*é juntar o útil ao agradável*”, por exemplo por ter vantagens no IRS ao mesmo tempo que se está junto a alguém de quem se gosta e de quem não se “*enche*”), querer constituir família, querer ter filhos (alguns referem que só casando ou juntando é que se pode concretizar este desejo), gostar um do outro (vários utilizam a expressão “*ser amigas uma da outra*”), ter todos os dias ao lado a pessoa de quem se gosta, querer ser feliz, não conseguir ficar sem a pessoa de quem se gosta e, querer ficar com alguém para sempre.

- Motivos para não casar/juntar -

Por outro lado, os motivos que associam à opção de não querer casar/juntar são: não gostar da vida de casado ou de estar juntos, gostar da vida de solteiro, não ser “*amigo das mulheres*” ou ter medo destas, não querer ter filhos, querer ter uma casa só para si, não ser da mesma religião, não se poder casar outra vez se se gostar de outra pessoa, “*os homens serem ruins*”, etc.

- Motivos para separar -

Já os motivos associados à separação de um casal agregam-se em torno da ideia central de erro na opção de casar/juntar, substanciado em várias questões: não se conhecer bem a outra pessoa (vários adolescentes enfatizam a importância de se conhecer bem o outro e falar com este “*sobre tudo*”, antes de decidir casar ou juntar), já não gostar do outro, haver zangas ou violência (“*por causa das brigas, de andarem à porrada e tudo*”) ou gostar de uma nova pessoa. A ideia de que quem sofre com a separação são os filhos também surge com algum destaque. Um refere que algumas separações são devidas a traições, referindo também os ciúmes como possível causa e outro associa as rupturas a gastos desnecessários por parte da mulher:

“Porque há umas situações que eles devem estar sempre de... mesmo, por exemplo, uma pessoa tenha, já vi isto por acaso numa novela, por exemplo, uma pessoa que tenha mais dinheiro, por exemplo, o homem, e está sempre a dar dinheiro e por exemplo a mulher gasta em outras coisas sem ser necessário.”

- Como são as relações conjugais ou como devem e não devem ser -

O que se segue e finaliza esta subcategoria é a exploração e concretização da conjugalidade, nomeadamente em termos de como são as relações conjugais ou como devem e não devem ser, e em termos dos comportamentos desejáveis ou indesejáveis neste contexto.

Do lado positivo, i.e., **como devem ser as relações** e os comportamentos desejáveis, a regularidade encontrada centra-se em torno de quatro conteúdos: conversar/comunicar, portarem-se bem, ser amigas e não violentas/não bater. Mais uma vez a questão do bater surge como definidora pela sua negação, e a amizade cruza-se de muito perto com o amor, quase se sobrepondo. Vários adolescentes referiram outras questões que concretizam aquelas regularidades ou se lhes acrescentam, complementando-as:

“Se calhar falar é a melhor coisa. (...) Eu acho que numa relação se tem de estar sempre a inovar, porque parar é morrer, e quando uma relação entra na monotonia, já era, banzou... portanto tem de haver uma das partes que faça com que todos os dias seja um dia diferente. (...) Duas pessoas que se gostam devem ser... não devem ser o contrário, de gostar, que é não gostar.”

“Eu acho que eles têm que se ajudar um ao outro.”

“Por exemplo, fazem os dois asneiras, se concordar um com o outro que não voltam a fazer isso... num... concorda e num... acabam num acordo e ficam bons. (...) Não tentar fazer o que um não gosta que faça... ou que o pai não gosta que a mãe faça... que a mãe não quer que o pai faça, que ela não gosta... fazer isso.”

“Mhm, não sei, pelo menos simpáticas uma com a outra, alegres. (...) Não embirrar... mais ou menos isso.”

“É simples, duma... basta uma conversa para se... para se tornar o relacionamento melhor. (...) Eu acho que é diante as conversas. Acho que é a mesma coisa, é... é não enganar um ao outro... traições, não dá mesmo... conforme os casais, é mesmo assim, há uns mais mulherengos, outros não... é. (...) Amigos uns dos outros, um do outro... basta ter amizade..., como eu disse ainda há bocado, amizade, carinho e amor... eu acho que o relacionamento se... se dá bem. (...) Não devem ser... ouve lá eu acho que num... não deve ser... eu acho que num casal nunca se deve prender, tem que se deixar sempre andar à vontade porque quanto mais prender pior é... eu acho isso. Têm que soltar-se mesmo, fazer... prontos, um quer ir a um lado o outro não quer, mas tenta ir, até se pode divertir, ou não, agora deixar sozinho... e se lhe põe os chifres? Também não sabem, é aquelas cenas, tem que se estar mesmo bem um com o outro.”

“Iguais. (...) Não ofender-se um ao outro, que aí é que... se ninguém se ofender um ao outro ninguém se separa... é mesmo assim. (...) Sei lá, tentar não arranjar brigas. (...) Discussões e tudo. (...) Ser felizes... mais nada.”

“Eh... bondosos se gostam um do outro, não falam mal, sempre... diz sempre sim a tudo o que ela quer... dá-lhe presentes... dá-lhe vida melhor. (...) Unidos. (...) Mhm, não ter ciúmes, não zangarem-se, não bater nem um... nenhum no outro, gostar dos filhos que têm... mhm... gostar da vida que têm.”

“Carinhoso, meigo. (...) Que... que... como hei-de dizer... o homem para ir co... assim do lado da mulher como da mulher do homem... se tiver razão.”

“Acima de tudo elas, devem ser elas próprias porque se eles se conhecerem mesmo bem e se derem bem acho que não vai haver problema nenhum, porque conhecem-se e se juntam é porque se gostam e quando se gosta faz-se tudo para ficar bem. (...) Tentar fazer sempre bem um ao outro, nunca provocar discussões, não arranjar motivos onde não há, nunca tentar desagradar o outro, fazer tudo bem tanto da parte dele como da parte dela, para nunca haver motivo para se discutir.”

Do lado do **como não devem ser as relações** e dos comportamentos indesejáveis, os conteúdos referenciados por todos os adolescentes vão no sentido do “não bater”.

“Não deve bater à própria... à própria família.”

“Ninguém se bate um ao outro e são felizes os dois assim... que é mesmo assim.”

No entanto, para vários deles, um casal bater-se é concebido em algumas situações, apesar de terem dificuldade em explorar quais, mostrando-se algo ambivalentes quanto a este conteúdo, como que conflituosos perante o facto de considerarem isto e não saberem justificá-lo, ou sentirem que não o deveriam considerar ou afirmar (quanto a esta questão remetemos para a categoria da “atitude perante a violência” que já foi explorada de forma mais exaustiva).

e.3) Representação da relação dos pais/cuidadores

Os dados que se organizaram nesta subcategoria podem ser agregados em três áreas principais: a percepção dos adolescentes quanto ao facto dos seus pais/cuidadores gostarem/terem gostado ou não um do outro, a percepção dos motivos que os levaram a ficar juntos e a manterem-se assim ou, por outro lado, a separarem-se, e, aspectos do funcionamento dos pais/cuidadores que tenham desenvolvido a partir da experiência de testemunho da violência e que (os) ajudem a contextualizar e dotar de sentido essas situações.

- Existência ou não de afecto entre os pais -

Quanto ao primeiro campo de informação a regularidade inequívoca vai no sentido dos sujeitos considerarem que os pais/cuidadores gostam, ou gostaram um do outro, mesmo nas situações em que havia descrições concretas de dinâmicas muito complicadas e bastante recentes. Alguns afirmam-no com algumas ressalvas:

“Agora... dantes nem muito, mas agora acho que sim.”

“Porque... eles não é aquele amor louco, louco, louco mas eles gostam-se. (...)

Acho, acho, à sua maneira mesmo... mas continuam.”

Uma destas ressalvas concretiza-se na percepção de diferenças entre o sentimento da mãe pelo pai, em relação ao deste por aquela, nomeadamente em dois dos casos, em que os adolescentes descrevem mais concretamente os episódios violentos e recorrentes por parte do pai/padrasto:

“A minha mãe gosta dele, ela gosta dele (...) Se ele gosta dela não sei como, é uma maneira muito estranha de gostar, daquelas estranhíssimas mesmo... não sei como é que se pode gostar de uma pessoa assim, não sei.”

“Eu acho que por a minha mãe eu acho. (...) Mas o meu pai é orgulhoso, não mostra... mas o meu pai disse-me que... que deixou a bebida por causa de nós e por causa da minha mãe.”

Apenas um dos adolescentes diz não saber se os seus cuidadores se gostavam e um outro considera que não. É curioso perceber que este que considera que os pais não se gostavam, é aquele da situação em que a relação problemática já terminou. Esta capacidade de distanciamento e postura abertamente crítica quanto a esta relação, não será alheia ao facto dela se situar no passado.

- Motivos da união dos pais/cuidadores -

Quanto aos motivos que os adolescentes consideram estar na base da união dos pais/cuidadores e da manutenção da sua relação, a tendência é a mesma, i.e., o motivo central é o facto dos pais/cuidadores terem gostado um do outro e continuarem a gostar, apesar das brigas:

“Sim, deviam ser amigos e depois é que começaram a discutir.”

“Para serem felizes e ter filhos. (...) Porque são felizes e são amigos.”

“Sei lá, olha, porque não... já arranjam brigas mas tentaram tudo para ficar juntos.”

É curioso perceber que esta tendência para perceber (ou pelo menos dizer) a relação dos pais/cuidadores como assente no facto deles se gostarem, surge mesmo em situações em que há referência à lembrança de um pai dizer ao filho que, se fosse mais novo, não estaria casado com a mãe.

Apenas três têm respostas num sentido que não aquele. Uma destas refere que a união se deveu à gravidez da mãe, apesar do motivo associado à manutenção da relação ser, à semelhança dos anteriores, “o gostar um do outro”. Os outros dois (que coerentemente são, por um lado, um dos que ressaltava a diferença de sentimentos por parte da mãe e do padrasto e, por outro, o que afirmou achar que os cuidadores não se gostavam) introduzem motivações bastante diferentes:

“Porque a minha mãe não atinge certas coisas, há certas coisas que ela não atinge... (...) [Ele] Casou-se com ela, tem uma mulher que lhe faz de comer, lhe arruma a casa e lhe paga as contas, que mais é que ele quer?”

“Acho que foi um erro. (...) Porque a minha mãe, acho eu que ela precisava de ajuda para manter os filhos... para a minh... mas ele não foi nisso. (...) Porque é que eu acho que eles continuaram juntos? Acho que foi para ver se... não... a minha mãe ficou junta com ele para ver se nos conseguia manter. (...) Para ver se eles melhoravam a situação.”

Este último é o único em que os pais/cuidadores se separaram. O motivo que atribui a isto, na sequência do que disse anteriormente é o facto dos esforços da mãe não terem sido bem sucedidos (trata-se de uma situação em que o padrasto era toxicod dependente e em que as

agressões à mãe ocorriam várias vezes na sequência de recusas desta às exigências de dinheiro).

- Características dos pais/cuidadores -

Em termos das características dos pais/cuidadores que os adolescentes referiram, parecendo assumir a funcionalidade de contextualizar e introduzir sentido nos conflitos, destacam-se dois casos, pela informação ainda não explorada noutros campos e pelo facto das atribuições que são feitas serem bastante ilustrativas e particulares.

Um deles demonstra uma postura de revolta e raiva pelo padrasto, pela agressividade e autoritarismo com que trata a sua família. Já pela mãe parece nutrir um sentimento de desconsideração, nomeadamente pela ausência de atitude activa perante a situação de violência que tolera. Nos primeiros momentos, quase se sobrepõe a desprezo substanciado em expressões como *“ela deve ter lá o seu atraso”*. É curioso perceber que ao longo da entrevista, também pelo feedback que foi recebendo⁸⁸, este tom foi-se modificando. Emergiu, então, uma introspecção interessante que contextualizava a tolerância da mãe à violência do padrasto, pelo facto de ela ter sido vítima de uma educação por parte da avó muito punitiva em termos físicos, quase introduzindo este “terreno” da violência como o seu conhecido, onde ela se sabe movimentar:

“Mas que parece que a minha já, a minha avó batia na minha mãe. (...) E o que é eu acho? Eu acho que a minha mãe de certa forma deve-se sentir bem com uma pessoa violenta. (...) Foi a partir daí, eu não sabia disso e a mim disseram-me que a minha mãe levava altas coças de pau da minha bisavó, sei lá, que ela desde pequena que, não há hipótese. (...) Se calhar é onde ela fica mais contente. (...) Não sei onde é que ela vai arranjar felicidade nisso, não é, mas prontos. (...) Eu tou a supor, é a única razão que eu acho para ela não o pôr fora da porta porque qualquer mulher que pense um bocado, que a minha mãe não, vamos dizer, pensa, claro que pensa mas há coisas que ela não atinge, mas ela sabe, não é, ela sabe distinguir as cenas, sabe o que é e o que não é, só que se calhar para ela isso é tão normal, tão normal, tão normal que, e ela parou no tempo, a minha mãe parou no tempo. (...) Casou com o meu padrasto e parou no tempo.”

O outro caso que destacamos, é o de uma dos adolescentes em que um dos progenitores tem problemas de consumo de álcool problemático. Aquela tem, relativamente ao pai, neste caso, um sentimento ambivalente como se dois se tratassem, o que bebe - pessoa descontrolada, cujo comportamento não consegue compreender, pelos

⁸⁸ Pelo facto da entrevista ter preocupações interventivas, nomeadamente de facilitação da integração da experiência em causa, tal como explicado anteriormente, no sub-capítulo IV.3, que explora a opção metodológica da entrevista.

limites que atinge em termos de brutalidade - e o que não bebe - pai brincalhão, preocupado com a educação dos filhos, ainda que pouco envolvido, efectivamente, nas questões básicas e pragmáticas como trabalhar para os poder suportar. Perante a mãe, com quem manifesta uma clara e autêntica aliança emocional, tem uma atitude de considerar que foram ela e os irmãos, os responsáveis por a primeira ter modificado a sua postura perante a violência do pai, e dos actos desta de o expulsar de casa:

“Porque a minha mãe dantes era muito burrinha, não é querer insultá-la que eu gosto muito dela mas ela às vezes era muito burrinha porque ela deixava-o fazer o que ele quisesse, ele podia metê-la cá fora... a gente nunca o deixou, vínhamos sempre com ela nem que dormíssemos no meio da rua mas vínhamos sempre com ela... e a minha mãe deixou de ser assim. (...) A minha mãe disse assim “a casa é minha, tu bebes, saís tu!”, a minha mãe impôs assim novas ordens e assim foi. (...) Nós, porque a gente começou-lhe a abrir os olhos, começamos a ver se ela se impusesse, se não fizesse tudo o que ele queria, ele começava a ver “não, que eu agora em ti já não mando”, e começava a pensar.”

Depois do fino analítico dos dados, quase na procura da sua fotografia, passível de ser observada e analisada por quem a olhasse, segue-se o momento da integração deles, entre si e com a teoria, quase num movimento do *writing down* para o *writing up*, da etnografia. O momento em que se assume o papel de proceder à análise dos dados, na lógica de lhes atribuir sentido interno e em confronto com a literatura, num assumido movimento criativo de interpretação.

VI. Súmula e discussão dos resultados

Depois, então, da análise de conteúdo nos ter segmentado e arrumado a informação recolhida, segundo os moldes definidos como os seus organizadores, segue-se o processo inverso, de nos afastarmos do restrito das categorias e sub-categorias, aproximando-nos de um patamar que nos permita ver este todo, cruzá-lo, colocá-lo sob a sua melhor luz, dotá-lo de sentido. Isto no intuito de este todo nos ir dando dados, a partir dos quais possamos perceber e ilustrar os significados dos adolescentes com quem conversamos, quanto às relações familiares em situações de violência conjugal⁸⁹.

Tal como referimos no início do tratamento e da leitura dos dados, a variação que se verificou ao nível dos estilos comunicacionais dos adolescentes que entrevistamos, apareceu-nos como previsível e compreensível, pelos fenómenos de desejabilidade social quanto a nós muito implicados, de uma forma geral, em qualquer momento de entrevista/inquérito. Em particular neste caso, pela lógica da sensibilidade dos assuntos abordados, que à semelhança do que encontraram Fernandes & Carvalho (2003), atraem a si barreiras à comunicação, quer em termos de aceitação social, por se referirem a comportamentos alvo de censura social, quer em termos de impacto no próprio indivíduo, da exploração deste material - *“os indivíduos nestes comportamentos têm tendência, em sua própria defesa, a ser lacónicos na resposta às informações solicitadas e afectam-nas de desejabilidade social e de conformismo àquilo que percebem como “normal”*” (idem, p.145).

É curioso constatar que apenas em dois casos as descrições se mantiveram estáveis, ao longo da entrevista. O primeiro é o do adolescente com um longo historial de contactos institucionais, em termos de acompanhamento do serviço social à situação problemática, que passou, inclusivamente, por depoimentos em tribunal, por parte do adolescente, e acabou por implicar a retirada dele e da sua irmã aos pais. Este adolescente “vasculhou” e contou todos os pormenores das situações mais complicadas que viveu, quase em jeito de estória, muitas vezes com um sorriso nos lábios, de forma muito consistente e sem resistências, durante todo o momento da entrevista. Associamos, então, estas aparentes facilidade e indiferença com que pautou os seus relatos, a uma estratégia de auto-defesa, desenvolvida pela excessiva exposição a que foi, provavelmente, pelo que pudemos

⁸⁹ Isto implicará algumas repetições, que nos parecem inevitáveis neste outro processo sobre os dados.

perceber, sujeito pelos dispositivos para a sua protecção⁹⁰. O outro caso em que o registo se manteve mais estável, em termos de relatos e gravidade associada aos episódios, foi aquele em que a relação conjugal problemática já havia terminado. Este adolescente mostrou uma capacidade de distanciamento e uma postura abertamente crítica quanto à relação entre a sua mãe e o seu ex-padrasto, que não serão alheias ao facto dela se situar no passado. Parece assim, que o facto daquela história de violência já ter terminado, permite que já não tenha de ser “gerida”, podendo surgir no seu todo concreto.

Isto no sentido de que nos outros casos, que não estes dois, aquilo que encontramos ter sido um registo de partilha das situações problemáticas, como que a evoluir de resistências. Este registo não foi sempre linear, antes avançando e recuando, em termos de resistências e partilha das situações, nos seus contornos totais. Nestes avanços e recuos, constatou-se uma tendência inequívoca para a normalização do funcionamento familiar violento, por parte de quase todos os adolescentes. Isto como se considerassem os episódios violentos como fazendo parte dum “lar normal”⁹¹. Esta consideração provavelmente relacionar-se-á com a relativa normalização da violência, decorrente da exposição a violência conjugal, como defende a bibliografia (Osofsky, 1998; Pepler, Catallo & Moore, 2000; e Berman, 2000). Relativa na medida em que não parece ser pacífica para os adolescentes. Antes, na maioria deles, envolta numa espécie de angústia, possivelmente emergente dos paradoxos e da ambiguidade sentidos, entre aquilo que surge no contexto primário da família nuclear e o confronto disto com outras instâncias desenvolvimentais.

A vivência próxima das situações violentas parece, então, obrigar os adolescentes a situá-las num plano do compreensível e do tolerável, com excepção do mais velho e das raparigas, que fazem evoluir os seus relatos para um patamar mais crítico. Efectivamente aparecem, nas entrevistas, algumas situações em que se percebe a quase necessidade de normalizar as relações violentas, quase com o custo de fazê-lo incoerentemente com outros factos referidos por eles. Segundo Cummings et al. e Davies et al. (in Grych, 1998), os adolescentes, teriam capacidade de adoptar estratégias de coping mais sofisticadas para lidar com os conflitos do que os pré-adolescentes. Questionamo-nos quanto às implicações a médio e longo prazo destes mecanismos, muitas vezes defensivos, em termos de funcionamento psicológico. Grych (1998) reforça esta questão quando refere que os

⁹⁰ A designada vitimização secundária.

⁹¹ Relembramos que as coisas em casa foram descritas como normais, na esmagadora maioria dos casos.

esforços para perceber e introduzir compreensão no conflito parental têm sido relacionados com implicações significativas de ordem clínica.

Um registo que nos parece importante chamar a atenção foi o de um adolescente, que nos pareceu estar em fabulação durante quase toda a entrevista - conteúdos quase sempre positivos, provavelmente colando-se ao que considerava ser o correcto, com dificuldade em manter consistência nos registos, em explorar os conteúdos e em precisar pormenores. Optamos por incluir a sua entrevista, no tratamento dos dados, por se considerar um registo ilustrativo em si mesmo. Adoptamos, então, à semelhança de Alasuutari (in Have, 2004, p.73), uma perspectiva *specimen* por oposição à *factist*, onde a forma de alguém se apresentar pode ser estudada por si só, como fenómeno, e onde mentiras, assuntos escondidos ou “confabulações” podem ser parte da realidade em estudo, sem invalidarem os dados obtidos, antes acrescentando pormenor na definição dos seus contornos. Neste caso, os contornos que surgem parecem apontar para um registo de fantasia, por um mecanismo de defesa de negação (Kilpatrick & Williams, 1998), bastante mais fácil de gerir que o da realidade.

Questionamo-nos, também, quanto à existência de diferenças na qualificação das dinâmicas familiares, entre os adolescentes institucionalizados e aqueles em família. No entanto, esta hipótese não se verificou, na medida em que, se por um lado, o fenómeno de normalizar a violência, no sentido de ordenar os ruídos da vivência violenta actual, é consistente que ocorra nos adolescentes em família, nos institucionalizados, por outro, em geral, percebeu-se uma tendência para proteger o contexto de onde foram retirados, espontaneamente contaminando, em parte, as suas cognições e suas exposições, com aquela intenção. Como se, qual num panóptico (Foucault, 1998), aquilo que pensam e dizem pudesse pesar na decisão legal de retornar a casa.

Questionamo-nos, ainda, sobre se as diferenças quanto à qualificação das situações em casa e dos conflitos estariam relacionadas com questões como o contacto com outras figuras de referência que não apenas os pais, uma vez que a relação marital é o primeiro domínio de influência para o jovem exposto a violência doméstica (Pepler, Catallo & Moore, 2000). Isto no sentido de uma maior abertura às referências do exterior, por oposição à restrição ao sistema familiar, permitir uma maior fundamentação crítica para aquela qualificação. Esta questão pareceu-nos assumir alguma confirmação, sejam essas outras figuras mais intencionais como técnicos, sejam o próprio grupo de pares, na fase em que este assume o destaque que permite aos adolescentes absorver dos seus iguais, as referências que faz confrontar com as que traz da sua infância. A existência de um suporte

social, aliás, foi identificada como um importante factor protector para as crianças/adolescentes expostos a violência conjugal (Sani, 1999a).

Outro fenómeno curioso que vimos emergir, na descrição das “coisas lá em casa” e dos conflitos entre os pais, foi a crença, bastante generalizada, na mudança muito recente da situação, no sentido de hoje já estar tudo bem, sobretudo no caso dos adolescentes em que havia, por parte de um dos pais, um consumo problemático de álcool. Novamente associamos esta crença a uma estratégia de *coping* defensiva face ao caos decorrente daquelas vivências. Como que acreditando num presente melhor que o passado, que, por sê-lo, parece assumir um carácter irremediável, por oposição ao presente, que carrega consigo a possibilidade de mudança.

No que respeita à relação com os pais/cuidadores, achamos curiosa a distinção que os adolescentes fizeram quanto à gravidade dos conflitos entre eles e os pais, em comparação com os conflitos conjugais. Valorizaram estes últimos de forma muito mais negativa do que as zangas entre pais e filhos, atribuindo-lhes maior gravidade. Consideramos que, na base desta distinção, pode estar o fenómeno da desejabilidade social, aqui, eventualmente, substanciado num eufemismo dos “maus comportamentos dos jovens” que originavam discussões. Outra hipótese para a dita distinção, que faz sentido neste cenário de violência conjugal, é o da maior gravidade atribuída aos conflitos entre os pais, se dever ao facto dos adolescentes se sentirem destituídos de capacidade quanto ao controlo e gestão daqueles. A percepção de falta de poder/controlo sobre os conflitos e a violência entre os pais (e os seus efeitos ao nível da auto-estima, ansiedade e depressão na criança/adolescente) tão referidos na bibliografia (Hughes & Luke, 1998; Rossman; Rossman & Rosenberg; in Holden, Stein, Ritchie, Harris & Jouriles, 1998; Pepler, Catallo & Moore, 2000; Compton & Galaway, in Ohio Domestic Violence Network), pode, então, ter pesado na qualificação dos conflitos entre pais, como piores que os conflitos entre pais e filhos.

Em termos da descrição dos sentimentos nutridos pelos pais, esta surgiu matizada de ambiguidade, à semelhança do que aponta a literatura (Osofsky, 1998). Os pais que associavam os comportamentos violentos a consumos problemáticos de álcool eram um caso paradigmático desta ambiguidade que, neste caso, chegava ao ponto da quase dissociação em duas pessoas: a alcoolizada e a não alcoolizada. Isto surgiu como bastante mais evidente do que no caso dos pais em que havia a associação entre comportamento violento e consumo problemático de drogas. A alteração comportamental descrita nestas situações, por oposição às descritas nos casos de consumo problemático de álcool,

distingue-se claramente pela sua menor ampliação e restrição a pedidos de dinheiro. Nos casos do consumo problemático de álcool, as alterações no comportamento e na personalidade surgem, para os adolescentes, como envoltas em incompreensibilidade e alastradas em termos dos alvos da violência e situações problematizadas⁹². A ambiguidade de sentimentos pelos pais (*idem*) surgiu também bastante evidente nos outros casos, aparecendo o amor pelos pais quase como evidente, apesar da violência a que pudessem estar sujeitos, sobretudo nos adolescentes mais novos e nos institucionalizados. Excepções a esta ambiguidade são os sentimentos descritos relativamente aos cônjuges daqueles elementos acima descritos (como associando os comportamentos violentos a consumos problemáticos de álcool), com os quais estes adolescentes demonstraram alianças emocionais muito fortes e um registo quase protector. Saliente-se aqui que, com excepção de um caso, esta aliança era estabelecida com a mãe. Ainda que o número destes casos de alianças não nos permita comparações a este nível, Snyder (1998) refere que os pais em situações de conflito conjugal tinham um maior risco do que as mães, de desenvolver vinculações inseguras com os filhos que surgem como factor de risco para implicações psicológicas dos conflitos conjugais (Davies & Cummings; in *idem*). Segundo Pepler, Catallo & Moore (2000), o predictor mais forte de ajustamento infantil seria o baixo nível de agressão verbal entre mãe e filho, pelo que aquelas alianças com as respectivas mães podem revestir-se de um efeito muito protector para os adolescentes em causa⁹³. Neste sentido apontam Martini, Ryan, Nakayama & Romenofsky e McFarlane, Policansky & Irwin (in Graham-Bermann, 1998), nas suas considerações que uma vinculação segura com um parente medeia o impacto de situações stressantes. Vários autores apoiam esta posição concretizando que a relação próxima com um ou ambos os pais pode reduzir a ameaça representada pelo conflito parental, abafando o impacto emocional dos conflitos conjugais (Davies & Cummings; in Snyder, 1998; e Emery; in Cummings, 1998; e Grych, 1998). A aliança estabelecida, baseada numa relação privilegiada, entre os filhos e a vítima, relativamente ao progenitor ameaçador e coercivo é, por si só, apontada como protectora (McCloskey, Figueredo & Koss, 1995).

Outra excepção à dita ambiguidade de sentimentos pelos pais, é o caso do adolescente mais velho, que demonstra pela mãe (uma das vítimas da violência doméstica) um sentimento mesclado de pena e desconsideração, nomeadamente por aceitar a vida que

⁹² Relembramos o facto de haver referência a que qualquer assunto ou situação pacíficas num primeiro momento podiam ser ampliadas e problematizadas no momento alcoolizado (cf. p. 106).

⁹³ Também Hughes & Luke (1998) salientam, enquanto variáveis associadas ao stress nas crianças, os níveis de depressão e de agressividade verbal das mães, assim como a duração do abuso desta.

tem, e pelo padrasto (o agressor), desprezo pela falta de razoabilidade com que classifica as suas atitudes.

Relacionada com esta questão dos sentimentos pelos pais, está a da identificação com um dos progenitores. Crockenberg & Forgays (in Grych, 1998) propõem que as crianças teriam maior tendência para focarem e se identificarem com o progenitor do mesmo sexo, tornando o seu comportamento e o seu afecto mais salientes. Os nossos dados não confirmam esta posição linearmente, antes apontando para que as diferenças, em termos de identificação, estejam mais associadas a questões afectivas que à questão do género. No entanto, as situações em que as identificações surgem mais evidentes acontecem, efectivamente, com progenitores do mesmo sexo⁹⁴. O facto destes progenitores corresponderem às vítimas das agressões é referido como um factor de risco para um efeito traumático, a longo prazo, mais severo para os adolescentes (Forsstrom-Cohen & Rosenbaum; Henning et al.; e Spaccarelli, Sandler & Roosa; in Henning, Leitenberg, Coffey, Bennett & Jankowski, 1997 e Henning, Leitenberg, Coffey, Bennett & Jankowski, 1997). Ou seja, a aliança dos filhos com a vítima, relativamente ao agressor surge como protectora mas, por outro lado, como factor de risco a longo prazo, no caso de haver identificação de género.

Em termos dos indicadores implícitos que adoptamos para perceber a parentalidade relativamente aos adolescentes em causa, percebemos que para estes, os cuidados parentais adequados são muito básicos, de pouca exigência, restringindo-se quase à satisfação das necessidades básicas. Neste campo, ainda que só fazendo referência aos ditos cuidados básicos, parecem ter-se distinguido duas posturas diferentes: os que diziam considerar que eram bem tratados⁹⁵, e, por outro lado, os que, numa postura mais crítica, davam indicadores de acharem que não eram muito bem tratados. Percebemos então, em alguns adolescentes, à semelhança de noutros campos, um registo de quase negação do dano, adaptação a essas práticas violentas/negligentes e assumpção delas como as correctas, num movimento próximo àquilo que Hughes & Luke (1998, p.210) designaram de “*healthy denial*”⁹⁶. Este registo surge, novamente em quase todos os mais novos. Consideramos que estas diferentes formas de lidar com a percepção de não serem muito bem tratados, podem

⁹⁴ No mesmo sentido, consideramos que os nossos dados não confirmam a posição de Crockenberg & Forgays (in Cummings, 1998), quando defendem a existência de diferentes percepções acerca do pai, entre raparigas e rapazes. Segundo aqueles autores, as raparigas julgariam o pai como mais zangado do que os rapazes mesmo quando observadores independentes não notavam essas diferenças entre pais de rapazes e raparigas. Os nossos adolescentes não fizeram sobressair essa diferença.

⁹⁵ Salientamos, ilustrativo desta questão, o caso extremo do adolescente que considerava ser bem tratado pela família, por esta lhe dar comida (cf. p. 106).

⁹⁶ Isto é, um processo de defesa saudável (Rosenberg & Rossman; e Shirk; in Hughes & Luke, 1998).

ser reveladoras de disparidades quanto à integração das vivências. No caso da negação e da suavização do dano apontando para dificuldades de gerir os ruídos da experiência traumática, cobrindo-os com a atenuação deles, e, no caso da postura mais crítica face às práticas educativas, apontando para alguma capacidade de os gerir e integrar, ainda na angústia do processo, em muitos deles.

Relativamente ao indicador da existência de momentos de brincadeiras entre pais e filhos, constatamos que este pode não ser muito eficaz para aferir, neste contexto sócio-cultural, a qualidade das relações. Isto porque muitos pais não percepcionam, nem representam o brincar com os filhos como algo importante para o enriquecimento da relação, nem como fazendo parte dos papéis parentais, podendo em muitos casos, nem ter tempo para desenvolver esse tipo de actividade. Parece-nos que isto ficou claro, de alguma forma, em várias situações, nomeadamente aquela em que apesar de haver referências que com os pais não havia muitas brincadeiras e/ou conversas rotineiras ou centradas no adolescente, há, por outro lado, indicadores que demonstram, da parte da sua mãe, um envolvimento activo na sua vida escolar. Assim como o caso da adolescente que refere que a mãe não é muito dada a brincadeiras, ao mesmo tempo que refere andar sempre com aquela, percebendo-se que valoriza estes momentos como de qualidade. No entanto, de uma forma geral, o que se percebe é a ausência da noção da brincadeira como um espaço a contemplar na rotina, no sentido quer do enriquecimento da relação afectiva pais-filhos, quer no sentido de uma intencional estimulação intelectual, sensorial ou intelectual dos jovens.

Já o indicador da existência das conversas nos parece ser mais revelador, por si só, da qualidade da relação, em termos de momentos privilegiados de qualidade, e em termos de demonstrador de interesse pelo jovem e pelo seu processo de desenvolvimento. Nesta dimensão, percebe-se que apesar de muitos jovens referirem a existência de conversas, a exploração deste material revela-nos, na grande maioria dos casos, grandes dificuldades de evocação dos assuntos abordados, que se restringem basicamente às “coisas da escola” e do dia-a-dia, e não a si mesmos e aos seus assuntos pessoais. Em termos de regularidade, esta surge como distante da rotineira, apontando mais para um registo de conversas que vão acontecendo, de vez em quando, e não enquanto momentos intencionais da rotina diária. Em excepção a isto surgem apenas dois casos: os das duas adolescentes onde é notória a identificação emocional e consideração pelas mães, que apesar dos episódios violentos que sofrem, mantêm os cuidados e a protecção aos filhos. A noção das conversas se restringirem ao banal, por oposição ao mais pessoal, é representado como normal,

novamente, nos casos em que há um esforço de normalização das dinâmicas violentas. Já nos casos onde se percebe uma integração mais introspectiva daquelas experiências, a ausência ou impossibilidade de se ter conversas de índole mais íntima com os pais, é mais sentida como uma lacuna na relação.

Em termos da preservação dos adolescentes relativamente aos conflitos dos seus pais, o que surge na literatura é a falta de precisão dos números quanto a este fenómeno, no sentido da sua sub estimativa (Osofsky, 1998; e Holden, 1998). Ou seja, pensa-se que o número de crianças e adolescentes que são expostos à violência entre os pais é bastante superior aos números obtidos por estudos baseados em estimativas dos pais. Os nossos dados apontam, como seria de esperar, para um conhecimento dos conflitos, por parte de todos os adolescentes. Na grande maioria, não há/houve nenhum esforço, por parte dos pais, de preservar os adolescentes dos seus conflitos. Os poucos casos em que se verifica esse esforço, ele revela-se inútil quanto à intenção de preservação, uma vez que os adolescentes se apercebem dos conflitos, ainda que não os presenciem, seja por ouvir as discussões, seja pela interacção dos pais posterior a elas, seja pelas marcas corporais da violência. Não obstante, aquele esforço pode revestir-se de utilidade na medida em que a gravidade das consequências da exposição se relaciona com a gravidade dos conflitos (Grych & Fincham; e Kempton, Thomas & Forehand; in, Henning, Leitenberg, Coffey, Bennett & Jankowski, 1997; Grych, 1998; e Margolin, 1998).

O que encontramos em termos de atribuição de culpa nos conflitos não confirma a posição de Bancroft & Silverman (2002) quando dizem que a vítima é culpabilizada pela violência sobre si mesma, por acção do comportamento ou das verbalizações explícitas do agressor. Contradiz, também, à semelhança dos dados de Grych (1998), a hipótese de que aquela aconteceria sobre o progenitor do sexo oposto ou aquele com o qual o adolescente teria menos proximidade. Todos os adolescentes do nosso grupo atribuem a culpa ao elemento que tem maior responsabilidade activa pelos comportamentos violentos (i.e., aquele que agride, agride mais ou que inicia os episódios). Isto remete-nos, segundo aquele autor, para situações de conflitos de tipo violento, na medida em que este autor constata a existência de uma relação entre intensidade dos conflitos e representações das crianças, nomeadamente na maior atribuição de culpa ao pai quando os conflitos são mais hostis. Faz-nos, também, sentido a posição deste autor quando relaciona mais as percepções de responsabilidade parental nos conflitos com a qualidade do relacionamento com cada um dos progenitores, do que com o género.

Relativamente às reacções emocionais dos adolescentes aos conflitos dos pais, o que surgiu de forma mais difusa foram o incómodo, o choro, a tristeza e o medo, dados consistentes com o defendido pela bibliografia (Cummings; El-Sheikh, Ballard & Cummings; Emery, Fincham & Cummings; Jouriles, Murphy & O'Leary; e Katz & Gottman; in Cummings, 1998; Laumakis, Margolin & John, 1998; Rossman, 1998; e Kerouac, Taggart, Lescop & Fortin, in Ohio Domestic Violence Network).

Relacionadas com a reacção aos conflitos, em termos emocionais, estão algumas consequências a nível da escolaridade, que surgem também descritas por vários autores (Pepler, Catallo & Moore, 2000; Osofsky, 1998; e Kates & Pepler, in Pepler, Catallo, & Moore, 2000) e de que nos falou uma adolescente. Apesar de não terem surgido de forma representativa⁹⁷, parecem-nos importantes de salientar, pelo facto de serem muito ilustrativas quanto à amplitude das consequências que podem estar relacionadas com a exposição a violência doméstica. Situam-se então ao nível das dificuldades de atenção nas aulas, atrasos nas tarefas, absentismo (por querer ir rapidamente para casa, para estar próxima dos conflitos e controlo sobre eles) e, ao nível relacional, no isolamento relativamente aos pares, nos intervalos (por ter dificuldade em deixar de pensar dos episódios e em como estaria a mãe)⁹⁸.

Em termos das reacções, ao nível comportamental, percebemos que a esmagadora maioria dos adolescentes que ouvimos, intervinha/intervém nos conflitos violentos entre os seus pais tentando controlá-los. Esta reacção foi encontrada por vários autores, como demonstra Margolin (1998), de entre os quais Cummings et al. e O'Brien et al.. O desejo de intervenção nas discussões é associado por Cummings, Zahn-Waxler & Radke-Yarrow (in Grych, 1998) e Laumakis, Margolin & John (1998), à observação de formas hostis e agressivas de conflito interparental, situação que verificamos nos nossos dados, com excepção de três casos, que optavam por não se envolver, controlando aquele ímpeto com a noção de que não podiam fazer nada. O'Brien, Margolin & John (in Margolin, 1998) defendem que estratégias reactivas que envolvem os filhos nos conflitos dos seus pais predizem, em maior grau, desajustamento psicológico, enquanto que estratégias que os distanciam dos conflitos remetem para um menor desajustamento. Acrescido a esta questão, está o facto de que crenças quanto à capacidade de intervenção nos conflitos dos pais podem resultar em fracasso, o que tem implicações ao nível do sentimento de

⁹⁷ O que não quer dizer que não aconteça noutros adolescentes que não esta, apenas que eles não o referenciaram espontaneamente, já que esta exploração ao nível das consequências não constava do guião.

⁹⁸ Tudo isto se relaciona com o facto da violência doméstica ter o potencial de surgir como um pensamento intrusivo, conforme será referido mais à frente.

competência (Margolin, 1998). Este quadro composto parece ser o da maioria dos adolescentes que ouvimos.

Uma reacção que salientamos, relacionada com aquele ímpeto de intervenção perante a agressividade observada foi descrita pelo adolescente mais velho. Percebendo-se já como fisicamente capaz de devolver ao padrasto a sua violência, manifestou vontade de lhe bater, nos momentos em que ele agride a família. Esta reacção, apesar da sua postura manifesta de relativa desaprovação da violência⁹⁹, relaciona-se com uma das consequências da exposição, mais apontadas pela literatura, em termos da perspectiva da violência enquanto forma de gerir situações (por exemplo, Osofsky, 1998; e Pepler, Catallo & Moore, 2000).

Um outro aspecto importante que emergiu dos nossos dados, que se relaciona com consequências para os adolescentes da exposição à violência doméstica, foi a desadequação ou ausência de um esforço pelos pais, de facilitar a integração dos filhos acerca dos conflitos, através de conversas contextualizadoras destas situações. Estas conversas, no sentido da desmistificação das discussões, não existiam entre os nossos adolescentes e os seus pais/cuidadores, o que vai de encontro aos dados de Cummings (1998), quando refere que aqueles momentos são pouco comuns nos lares com altos níveis de conflito. No único caso em que havia descrição concreta de alguma conversa circunscrita aos momentos posteriores aos conflitos, os conteúdos dela prendiam-se unicamente com a culpabilização da mãe e com a partilha do arrependimento da manutenção da relação. Esta conversa, ao invés de cumprir a funcionalidade de resolução do conflito e facilitação da sua integração pelo adolescente, enquadra-se, então, antes nas verbalizações que frequentemente acompanham as situações de violência conjugal e que aumentam a gravidade dos seus efeitos (Cummings, 1998; e Holden, Stein, Ritchie, Harris & Jouriles, 1998). A ausência ou desadequação das conversas, que se verificaram claramente neste grupo, comprometem, segundo vários autores, a noção de resolução dos conflitos, por parte dos adolescentes ou crianças expostos, dificultando a integração daqueles episódios e apontando para casos de “pior prognóstico” em termos de consequências (Cummings, 1998; Cummings, Ballard, El-Sheikh & Lake; Cummings et al; e Hennessy, Rabideau, Cicchetti & Cummings, in Laumakis, Margolin & John, 1998; e Sani, 1999a). Como exemplo disto, Grych (1998) refere que conflitos conjugais resolvidos

⁹⁹ Relativa na medida em que, por um lado, diz considerar que a melhor forma de resolver conflitos é a conversar, mas, por outro, evoca como excepções situações com crianças, em que a conversa pode não funcionar, e algum tipo de violência entre adultos, que legitima numa relação íntima, como que considerando-a passional e designando-a de “violência carinhosa” (cf. 127).

mais pobremente afectam a segurança emocional das crianças. À semelhança desta consideração, Cummings & Wilson (in Cummings, 1998) referem que as preocupações das crianças são atenuadas pela explicação de que os conflitos dos pais não têm implicações negativas sérias ou a longo prazo, mesmo quando não são resolvidos de forma explícita.

O quase vazio, em termos de quadro referencial sobre relações conjugais onde não haja o recurso a violência, suporta-se também na noção generalizada entre estes adolescentes, quanto à dificuldade de gestão dos conflitos conjugais. Parece então que, no geral, os adolescentes da nossa amostra se percebem algo destituídos de segurança quanto à capacidade de gerir a sua conjugalidade, surgindo esta como bastante difícil. No entanto a hipótese de viver sem ser em casal não é contemplada, quase como se a junção íntima com outro fosse inevitável, pela facilitação da vida em termos instrumentais.

No que respeita à atitude dos adolescentes em termos das diferenças de género, os dados obtidos também contêm algumas curiosidades. Pepler, Catallo & Moore (2000) defendem que uma das consequências do testemunho de violência entre os pais seria, exactamente, a aprendizagem acerca das tradicionais diferenças entre homens e mulheres. Neste sentido vão os nossos dados que apontam para uma imagem estereotipada das características e dos papéis de género de homens e mulheres, descrevendo os primeiros como os mais agressivos, passando mais ao acto, em termos de violência, tendo “*menos paciência*” e sendo mais “*embirrentos*” e “*autoritários*”. A única excepção desta percepção é o adolescente cujo cenário familiar se pautava pela violência mútua, iniciada geralmente pela mãe. As mulheres, por sua vez, são associadas à simpatia, à calma em situações de conflito, à sensibilidade e ao dar mimo. Por oposição ao homem, que como já foi referido, foi associado à agressividade e à passagem ao acto, consideram o gritar como característico da mulher. Reforçando o estereótipo dos papéis de género, surge a curiosa constatação da noção, por parte de grande parte destes adolescentes, da evolução da sociedade em termos da mulher já trabalhar, a par da manutenção da atribuição a esta, da obrigação de tratar da casa e dos filhos¹⁰⁰.

No entanto, parece-nos importante discutir o facto de que estes adolescentes que entrevistamos pertencem a uma faixa socio-económica semelhante, na qual alguns fenómenos poderão assumir maior realce – neste caso a perspectiva estereotipada do homem e da mulher. Daí, também por isso, que estes dados não sejam generalizáveis aos

¹⁰⁰ Relembramos que dois adolescentes manifestam a ideia de quem mais trabalha é o homem, reflectindo, entretanto, enquanto o dizem, que isso não corresponde à realidade – num caso, no contexto social que o rodeia, no outro porque em sua casa quem trabalha é apenas a mãe, apesar da ideia inicial ser no sentido contrário.

adolescentes no geral, e nem sequer aos adolescentes expostos a violência entre os pais, uma vez que este fenómeno acontece noutras faixas da sociedade que não esta, muito mais preservada em termos de visibilidade social e investigativa, às quais não acedemos neste estudo (tal como já foi discutido no capítulo III da “discussão teórico-conceptual”). Assim como o facto das mulheres surgirem neste estudo, indubitavelmente, como as mais agredidas no sistema conjugal. Isto vai de encontro às proporções descritas na literatura mas, novamente, se levanta a possibilidade de estes casos serem os mais visíveis e expostos, daí mais trabalháveis pela investigação e, consequentemente, mais assimiláveis. Deste circuito surge o perigo de chamar de realidade a parte dela que nos é acessível.

Em termos da forma como se projectam enquanto pais, espontaneamente, a maioria referiu conteúdos pouco complexos, demonstrando alguma dificuldade de evocação e/ou exploração desse material e, provavelmente, alguma ausência de referências salientes a este nível. De forma clara, surgiu a intenção dos adolescentes de tratar os seus filhos de forma diferente do que os seus pais fizeram. Este desejo é indicativo das implicações, em termos educacionais, da violência entre os pais. São os adolescentes mais velhos que, nesta questão da identificação com as práticas educativas dos pais, se posicionam de forma mais peremptória contra estas. Estaremos provavelmente, de novo, perante o processo protector dos mais novos de suavizar as vivências por que passaram, tentando atribuir-lhes sentido e normalidade.

Ainda no movimento da projecção no futuro, desta feita em termos conjugais, percebemos um registo de pouca elaboração na descrição do outro que se pretende como amado/companheiro, que nos remete para a pouca exigência em termos da sua própria conjugalidade e para a escassez de referências a este nível. Davies & Cummings (in Grych, 1998) propõem que a representação das relações conjugais seja afectada pela exposição ao conflito interparental o que, a nosso ver, pode relacionar-se com esta falta de exigência e dificuldade ao nível da concretização do “outro amado”.

Transversalmente neste campo de sentido em termos das parentalidade e conjugalidade futuras, parece-nos que as situações-estímulo, sobretudo relativas à projecção na relação conjugal foram pouco evocadoras dos modos de funcionamento. Isto pode remeter-nos para a sua não funcionalidade como estímulo, ou, por outro lado, e provavelmente pelo facto de já ter surgido noutros campos, para a ausência de referências salientes e evocáveis a estes níveis da(s) conjugalidade(s) e da(s) parentalidade(s) funcionais. Assim, novamente, as respostas que apelavam à projecção no futuro, em termos de parentalidade e conjugalidade, parecem muito imbuídas de desejabilidade social,

provavelmente pela auto-censura e pela ambiguidade do confronto entre as referências paternas e as emergentes do contacto com as outras instâncias desenvolvimentais. Esta desejabilidade social denotou-se, particularmente, quando o conteúdo era em torno da violência. Percebeu-se então, uma forma algo paradoxal de gerir os conteúdos relacionados com a projecção pessoal enquanto pais, em termos da aplicação de punições. Também na projecção na relação conjugal este paradoxo e este conflito de avanço e recuo nos conteúdos relacionados com a violência surgem, apontando para eventuais sinais de possíveis dificuldades de integração das experiências. Questionamo-nos se não será a capacidade ou dificuldade de integração destes ruídos que ouvimos, que estará na base das diferenças em termos de resiliência, quanto a distanciarem-se destes modos de interacção e gestão de situações ou, por outro lado, adoptarem como seus estes padrões, perpetuando assim, o ciclo intergeracional que tanto comprova a bibliografia.

No que concerne à questão da violência, esta surge muito saliente, em termos cognitivos, para estes adolescentes, servindo em muitos casos como caracterizadora, quanto mais não seja pela negação dela, das questões que pretendemos explorar. I.e., em muitos momentos referiram-se, espontaneamente, à utilização da violência, negando-a, perante questões de como actuar em diversas situações (nomeadamente na resposta à questão do que é o amor, na que apelava a como devem ser as relações conjugais e perante as questões em termos de projecção na parentalidade e na conjugalidade). Parece, assim, que a violência é um conteúdo que não conseguem afastar, que não conseguem neutralizar, antes assemelhando-se a um pensamento intrusivo. Percebe-se, ainda, a atenuação das fronteiras de gravidade entre os actos violentos. Isto pela colocação de actos muito díspares num patamar próximo em termos de gravidade, ou pela dificuldade de evocar formas de violência que não bater, como se este acto agregasse em si toda a amplitude de acções que a violência pode abarcar. Em particular em termos da violência num casal, a sua legitimação surge esbatida pela auto-crítica e pelo conflito que este conteúdo, provavelmente, provoca nos adolescentes. Percebe-se que a violência entre um casal, em geral, é perspectivada como podendo ocorrer, quer pelo descontrolo dos elementos, na situação de conflito, quer motivada por situações que a legitimam (cf. p. 127). Saliente-se que a crença quanto à legitimidade da violência dum progenitor sobre outro surge na literatura como factor que pode distinguir que crianças/adolescentes expostos a violência entre os pais, terão mais tendência para eles próprios terem este tipo de dinâmica nas suas relações de intimidade (O’Keefe; in Bancroft & Silverman, 2002).

O significado atribuído ao amor, por parte destes adolescentes, surgiu em respostas curtas, parecendo implicar algum custo. Demonstraram, então, algumas dificuldades ao nível da resposta àquela questão, e ao da integração das experiências em material subjectivo, ao nível daquele conceito. Para vários surge pouco diferenciado da amizade, em respostas pouco elaboradas do ponto de vista da abstracção.

Outro aspecto que se salientou, foi a diferença entre raparigas e rapazes, em idade semelhante, na integração experiencial e na capacidade de insight, perceptíveis tanto numa maior exploração do material da entrevista, quanto numa maior reflexão em torno dele, por exemplo, quando uma adolescente partilhava o medo de reproduzir a violência a que foi exposta na sua conduta futura. Ainda que só tenhamos raparigas em família, a comparação entre rapazes e raparigas nessa situação aponta nesse sentido, i.e., os rapazes desenvolvem menos alguns assuntos que implicam alguma integração, alguma diferenciação. Assim como o facto de, em idades semelhantes, os rapazes recorrerem mais a estratégias de defesa, em termos cognitivos. Esta diferença, no que toca a uma maior exploração dos conteúdos e a uma maior reflexão sobre eles, verificou-se também no adolescente mais velho, por exemplo, quando este estabeleceu a associação da tolerância da mãe à violência do marido, com o contexto desenvolvimental a que foi sujeita (muito marcado por violência). Ou seja, percebeu-se uma diferenciação do adolescente mais velho e das raparigas, em relação ao restante grupo, no que toca às respostas às perguntas mais exigentes do ponto de vista da integração do material experiencial. Esta diferenciação pode relacionar-se com uma maior maturidade psicológica das raparigas em relação aos rapazes de idade igual ou, por outro lado, à questão levantada por alguns estudos, dos rapazes serem mais susceptíveis às situações de pressão psicológica na família do que as raparigas (Rutter; in Snyder, 1998).

Parece-nos importante discutir uma outra questão. Esta refere-se ao facto de termos optado por incluir, quer na grelha, quer no sub-capítulo dedicado ao tratamento e leitura dos dados, duas categorias que não se revelaram pertinentes em termos de dados. Uma é a “relação com outros e outras situações”, que surgiu a partir do material obtido pelas entrevistas, pela necessidade de codificar todas as unidades de texto, mas que acabou por não revelar material pertinente para a análise que pretendíamos. A outra é a “indicadores dos estados alterados dos pais” que, por outro lado, surgiu enquanto categoria teórica, i.e. emergente dos dados das leituras, mas que ficou vazia em termos de unidades codificadas, o que nos remete para o facto dela não ser aferida ao nosso material, apesar de surgir na literatura como pertinente. Acabamos por incluir, então, as duas na nossa exposição dos

dados, por considerar que esta análise é pertinente por si só, e que o não dito do seu vazio pode ser ilustrativo, como exposto.

Considerações finais

“O conhecimento é organizador e a sabedoria reflexiva...”

Morin, in Martins, 2002.

Como não poderia deixar de ser, o fim à vista deste trabalho faz-nos sentir a necessidade de o olhar de aqui deste ponto, tomando-lhe o balanço nas suas fragilidades, nos objectivos que cumpriu, dentro dos que se propunha, no que poderia ter sido se não o fosse. O processo no seu todo encarregou-se de nos ir trazendo este material, nomeadamente em termos das suas limitações e de novas curiosidades que se vão levantando - novos pirilampos a acender as suas luzes... Como se, ao invés de uma aproximação a um fim, o processo de investigação fosse uma espiral que tem sempre por onde continuar e no qual se assemelha impossível considerar que se disse tudo o que se queria dizer, tudo o que havia a dizer.

As limitações de um trabalho remetem-nos, em grande medida, para os enviezamentos que pode ter sofrido. Por mais que se pense em modos de contornar os que são passíveis de ser antecipados, os enviezamentos surgem como partes inerentes a qualquer processo de investigação. Assim, importa procurá-los e contemplar a sua existência e influência, não obstante os esforços de lhes minimizar o surgimento, em vez de se considerar que o cuidado metodológico os previne em absoluto. O nosso grupo amostral não escapa a esta lógica, estando sujeito a possíveis enviezamentos, nomeadamente no que toca aos dados do grupo institucionalizado, que naturalmente podem estar contaminados por outras variáveis traumáticas, que não a exposição a violência doméstica, como sejam perdas e convívio com outras crianças traumatizadas (Osofsky, 1998). Para além destes efeitos que surgem como mais imediatos, outros enviezamentos são possíveis até porque o momento da entrevista, por si só, está sujeito a eles. Isto é incontornável, já que mesmo se entrevistados em casa, os participantes estão deslocados das suas circunstâncias de vida normais, uma vez que aquele lugar passa a assumir uma outra perspectiva, transformando-se num espaço de investigação (Have, 2004). A possibilidade dos dados sofrerem enviezamentos constitui-se, então, mais como um feitio do que um defeito dos processos de investigação (naturalmente ao nível do que escapa à antecipação e ao planeamento rigoroso), para qualquer lógica metodológica:

“Há poucas amostras sem enviezamentos, uma vez que os grandes números e a sofisticação do utensílio matemático não garantem de forma alguma a qualidade da pesquisa, e os inquéritos em profundidade só utilizam o utensílio estatístico

como um complemento metodológico. Talvez mesmo, como nota Claude Javeau: “Os números não se situam a um nível epistemológico superior ao das palavras... noutros termos, não há razão para lhes conferir, na pesquisa, um estatuto privilegiado.”” (Poirier, Clapier-Valladon & Raybaut, 1983, p. 101).

Um outro possível enviesamento do trabalho decorre do facto dos adolescentes que entrevistamos pertencerem a uma faixa socio-económica semelhante, na qual alguns fenómenos poderão assumir maior realce, tal como discutimos anteriormente¹⁰¹. Por tudo isto, reforçamos aqui o facto dos dados a que chegamos não serem generalizáveis aos adolescentes no geral, e nem sequer aos adolescentes expostos a violência doméstica, em particular. Não se tratou aqui, então, de procurar generalizações que nos permitissem descrever esta população mas antes ouvir e dar a conhecer o que este grupo, com as características que expusemos e outras que nos ultrapassam, partilhou connosco, naquilo que tentámos fazer evocar. Não pretendemos, então, chamar de realidade a pequena parte dela a que acedemos, antes quase contar uma estória, a várias vozes, as nossas e as destes actores.

Uma outra questão que nos parece importante referir é que este é um estudo auto-relatado, o que na bibliografia é apontado como chegando a resultados menos graves que os estudos baseados em relatos das mães. O que faz sentido, tendo em conta que as crianças e adolescentes tendem a incorporar a experiência a que são expostos como normal, adaptando-se a ela e assumindo as consequências em si como mais naturais e normativas, e não tanto como excepcionais. No entanto, não encaramos este aspecto tanto como um enviesamento mas como um objectivo do trabalho em causa, ou seja, a percepção dos adolescentes relativamente a si mesmos, na lógica, já referida, dos próprios serem os melhores descritores das suas experiências internas. Novamente salientamos que o facto de termos optado pela faixa etária da adolescência tem alguma relação com isto, na medida em que desta forma considerávamos potencialmente facilitado o confronto com outras normatividades e o distanciamento àquela adquirida em casa. Por outro lado, os nossos objectivos não se aproximavam da quantificação dos efeitos por comparação aos apontados na bibliografia, antes relacionando-se com a busca em profundidade dos significados dos adolescentes que ouvimos, pelo que aquela questão não se afigura como relevante para este estudo em particular.

¹⁰¹ Nomeadamente na página 147, do capítulo VI.

Ainda que não fosse o âmbito do trabalho, consideramos pertinente deixar aqui algumas considerações muito breves acerca da intervenção, até porque discutimos anteriormente a imensa importância de estudar em profundidade as situações das famílias assinaladas como problemáticas, e de minimizar o mais possível as situações de institucionalização. Sani (2003) resume o essencial das preocupações que devem orientar a intervenção dizendo que esta não se deve somente dirigir às necessidades da criança, mas trabalhar um conjunto de aspectos que potenciem a sua resiliência. Numa operacionalização sintética destes princípios, a intervenção deve, sempre que possível, ser pensada tanto para o momento mais circunscrito à ocorrência dos episódios violentos, com objectivos preventivos e de protecção – intervenção em crise¹⁰² – quanto posteriormente, desta feita focada em objectivos mais de longo prazo. Podemos apontar como importantes dois vectores de intervenção: o trabalhar de respostas comportamentais e cognitivas adequadas e protectoras da criança à violência doméstica, e o desenvolvimento de suporte e estabilidade familiares (Alessi & Hearn; in Wolfe, Jaffe, Wilson & Zak, 1985). Estes objectivos passam por questões como: trabalhar a família, e os pais em particular, em termos do desenvolvimento de competências de gestão de crises familiares e evitamento de situações de violência; trabalhar o contexto familiar e o social próximo, no sentido da criação e manutenção de uma rede de suporte social para a criança (que pode incluir tanto crianças como adultos, de dentro e/ou fora da família); e criar oportunidades estruturadas e consistentes para a criança aprender e treinar estratégias assertivas para a resolução de problemas sociais. Com uma linha orientadora da intervenção deste tipo, parece-nos que se aumentam as probabilidades de se dar resposta às necessidades e dificuldades dos vários actores da dinâmica violenta (desde os mais activos aos mais passivos, dos “principais” aos “secundários”), criando-se condições para o trabalhar da experiência potencialmente traumática, nas suas implicações a curto e a longo prazo, nomeadamente ao nível da prevenção da violência familiar nas próximas gerações (Wolfe, Jaffe, Wilson & Zak, 1985).

O processo do trabalho para além da substanciação do seu corpo, da definição do seu trajecto, foi abrindo outras possibilidades de caminhos, secundários ao principal mas que fazem parte do mapa que se constituiu. Fomos, então, percebendo outros formatos que se foram revelando como contendo potencialidades interessantes ou outras questões a que a

¹⁰² A gestão de crises pode incluir, por exemplo, estratégias como: manter a criança na mesma escola, assegurar a manutenção da relação parental individual da criança com um ou ambos os pais, explicar àquela a natureza e a responsabilidade da violência e envolver pessoal treinado nos cuidados infantis nos lares de abrigo para apoiar tanto as crianças quanto os adultos.

curiosidade investigativa gostaria de dar resposta. De entre estes destacamos os que se seguem que deixamos, então, como reticências. Em termos dos formatos, parece-nos que seria muito interessante desenvolver estudos longitudinais com estas populações no sentido de perceber os sentidos que se vão desenvolvendo com o tempo, o modo como as implicações se fazem sentir e a forma como se integram e materializam atitudinalmente as vivências de violência doméstica. Estudos a partir de múltiplos informantes também se revelam como tendo potencial informativo no sentido de tentar conhecer melhor os processos que podem estar na base do desenvolvimento das diferentes percepções e dos diferentes graus das implicações das situações violentas e mesmo os mecanismos na base dos processos de resiliência. Em termos dos conteúdos, ficamos particularmente estimulados a explorar as conceptualizações de violência tanto em termos da população considerada como tendo práticas familiares violentas, quanto em termos dos técnicos que intervêm nesta área (psicólogos, assistentes sociais, pessoal médico, juristas, forças policiais, etc.). Seria também curioso perceber as implicações destas conceptualizações nas práticas profissionais, assim como as conjunturas sociais das mudanças ao nível da intervenção (em termos dos seus paradigmas e em termos das tendências dos seus movimentos). Também a possibilidade de estudar as situações de violência doméstica em classes sócio-económicas mais privilegiadas nos fica como particularmente cara¹⁰³.

Finalmente, no que toca a um balanço mais geral, em termos da percepção da pertinência do trabalho efectuado pensamos que o balanço é positivo. Não consideramos (nem nunca partimos dessa ambição) que se acrescenta algo de particularmente novo, até porque esta investigação foi mais um processo pessoal de descoberta de um campo de saber do qual se sentia alguma distância, do que propriamente o aprofundar de uma área sobre a qual se sentisse alguma posição de domínio. No entanto, reforçamos nesta fase a pertinência de que suspeitámos no início. Debruçarmo-nos sobre os significados destes adolescentes continua a ser a opção que nos fazia sentido, numa área em que grande parte dos estudos examina as respostas emocionais ao conflito mas não as percepções ou interpretações das crianças e dos adolescentes (Grych, 1998)¹⁰⁴. Também a opção quanto à fase desenvolvimental a abranger nos continua a soar como clara já que a maioria dos

¹⁰³ Tal como provavelmente transparece no capítulo III, da “discussão teórico-conceitual”.

¹⁰⁴ Sendo que por exemplo Cummings (1998), refere que o sentido que é atribuído aos conflitos é pessoal e emocional, e relaciona-se com as representações e reacções emocionais ao conflito, e não com o conflito enquanto facto e que os significados atribuídos aos conflitos são mais determinantes nas reacções do que a sua simples ocorrência. Também Sani (2003) corrobora o facto de que o impacto dos conflitos conjugais sobre a criança é compreendido de forma mais aferida se tomando como central as interpretações que a criança elabora acerca do evento.

estudos se debruça sobre as crianças, concentrando nestas o olhar de procura quanto aos efeitos e consequências da exposição a violência doméstica, quando é na adolescência que os significados se atribuem se consolidam, e nesta fase que há a viragem para o exterior e para os pares, ocorrendo a inevitável confrontação de vivências. Parece-nos que esta é, então, a fase por excelência em que tem que haver a integração do material vivencial, na dobragem dos adolescentes sobre si mesmos, sobre a experiência que carregam e sobre os outros com quem se identificam e a quem se associam. É precisamente este o processo que quisemos captar, i.e., a forma como dão sentido ao material relacionado com os conflitos entre os seus pais/cuidadores, que até agora poderia permanecer mais ou menos arrumado no espaço do conhecido e do pertencente ao referencial desenvolvido pelo espaço primário de desenvolvimento, a família nuclear.

O processo da compreensão das dinâmicas familiares de adolescentes expostos a violência doméstica, visto daqui, assumiu-se claramente mais como um processo de análise do implícito, e evolução sobre os conteúdos, do que um somatório de informações factualmente obtidas pelas respostas à entrevista.

Se podemos falar do contributo deste trabalho, ele seguramente não se situará tanto ao nível de uma melhor definição dos conceitos discutidos mas antes, pelo contrário, no sentido do acrescentar de um grão de areia no deserto deste campo de saber, pelo complicar dos conceitos e das problemáticas. No fundo partilhando o balanço de Martins (2002, p.130) quando refere que *“quis-se ordenar e acabou-se por se confrontar com a organização complexa subjacente à aparente desorganização”*. No entanto, consideramos que é desta complexificação e da crise decorrente destas discussões que nos podemos aproximar de uma perspectiva mais completa. Este esforço vai também no sentido, não menos importante, de retirar esta problemática de uma lógica algo consensual e simplista, já que só atribuindo a devida complexidade às realidades é que, apesar da angústia que naturalmente acarreta para os técnicos que trabalham na área, se dão pequenos passos (por oposição a revoluções) no sentido de paradigma(s). Temos noção, no entanto, que este esforço de crítica e desconstrução dos pressupostos e do culturalmente enraizado levado ao extremo nos leva ao vazio, mas este aspecto não retira relevância ao processo. Não queremos ainda, de modo algum, que as ditas críticas sejam lidas de modo destrutivo e como pondo em causa os profissionais que têm que tomar decisões nesta área mas antes reforçar a responsabilidade hedionda que caracteriza esta tarefa e a importância de manter alerta a centração no(s) outro(s) e uma leitura social compreensiva.

Se a investigação social é, segundo Ragin (in Have, 2004) como um diálogo continuado de ideias e dados, em torno de alguma realidade, que leva a uma representação da vida social, faça-se continuar o diálogo, então...

Bibliografia

- Agra, C. (1993). Dizer a droga, ouvir as drogas: as linhas de um projecto transdisciplinar. In Agra, C. (1993). *Dizer a droga, ouvir as drogas: estudos teóricos e empíricos para uma ciência do comportamento adictivo*. Porto: Radicário.
- Agra, C. M. (1997). Droga: dispositivo crítico para um novo paradigma. In *Droga: Situação e Novas Estratégias. Actas do Seminário promovido pelo Presidente da República*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Alberto, I. M. M. (2004). *Maltrato e Trauma na Infância*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – APAV. (2005). *Relatório Anual*. Lisboa: APAV. (www.apav.pt)
- Astor, R. A. (1994). Children's Moral Reasoning about Family and Peer Violence: The Role of Provocation and Retribution. *Child Development*, 65, 1054-1067.
- Bancroft, L. & Silverman, J. G. (2002). *The Batterer as Parent – Addressing the Impact of Domestic Violence on Family Dynamics*. USA: Sage Publications.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Berman, H. (2000). The Relevance of Narrative Research with Children Who Witness War and Children Who Witness Woman Abuse. In R. A. Geffner, P. G. Jaffe & M. Sudermann (Eds), *Children Exposed to Domestic Violence: Current Issues in Research, Intervention, Prevention, and Policy Development*. USA: The Haworth Press, Inc.
- Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (2003). *II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica – 2003-2006*. Camarate: SIG – Soc. Ind. Gráfica, Lda.

- Cummings, E. M. (1998). Children Exposed to Marital Conflict and Violence: Conceptual and Theoretical Directions. In G. W. Holden, R. Geffner & E. N. Jouriles (Eds), *Children Exposed to Marital Violence: Theory, Research, and Applied Issues*. USA: American Psychological Association.
- Dadoun, R. (1998). *A Violência – Ensaio sobre o “Homo Violens”*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Denzin, N. K. & Lincoln, Y. (Eds) (1998). *Strategies of Qualitative Inquiry*. Usa: Sage Publications, Inc.
- Dias, I. (2004). *Violência na Família – Uma abordagem sociológica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Dinis, A. M. (2004). *Sobre essas coisas a que chamamos crenças. Para uma Propedêutica da Psicologia da Crença*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Dutton, D. G. (2000). Witnessing Parental Violence as a Traumatic Experience Shaping the Abusive Personality. In R. A. Geffner, P. G. Jaffe & M. Sudermann (Eds), *Children Exposed to Domestic Violence: Current Issues in Research, Intervention, Prevention, and Policy Development*. USA: The Haworth Press, Inc.
- Egeland, B., Carlson, E. & Sroufe, L. A. (1993). Resilience as a process. *Development and Psychopathology*, 5 (1993), 517-528.
- Faller, K. C. (2003). Research and Practice in Child Interviewing – Implications for Children Exposed to Domestic Violence. *Journal of Interpersonal Violence*, Vol. 18, N. 4, Abril, 377-389.
- Fantuzzo, J. W., Mohr, W. K. & Noone, M. J. (2000). Making the Invisible Victims of Violence Against Women Visible Through University/Community Partnerships. In R. A. Geffner, P. G. Jaffe & M. Sudermann (Eds), *Children Exposed to Domestic Violence: Current Issues in Research, Intervention, Prevention, and Policy Development*. USA: The Haworth Press, Inc.

- Fergusson, D. M. & Horwood, L. J. (1998). Exposure To Interparental Violence in Childhood and Psychosocial Adjustment in Young Adulthood. *Child Abuse & Neglect*, Vol. 22, No. 5, 339-357.
- Fernandes, L. (2002). *O Sítio das Drogas*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Fernandes, L. & Carvalho, M. C. (2003). *Consumos Problemáticos de Drogas em Populações Ocultas*. Lisboa: Instituto da Droga e da Toxicodependência.
- Finkelhor D. & Dziuba-Leatherman, J. (1994). Victimization of children. *American Psychologist*, Março, 1994, 173-183.
- Foucault, M. (1998). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Goffman, E. (1974). *Asilos, Prisões e Conventos*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- Gottman J. M. & Katz, L. F. (1989). Effects of Marital Discord on Young Children's Peer Interaction and Health. *Development Psychology*, 1989, vol.25, No 3, 373-381.
- Graham-Bermann, S. A. (1998). The Impact of Woman Abuse on Children's Social Development: Research and Theoretical Perspectives. In G. W. Holden, R. Geffner & E. N. Jouriles (Eds), *Children Exposed to Marital Violence: Theory, Research, and Applied Issues*. USA: American Psychological Association.
- Grych, J. H. (1998). Children's Appraisals of Interparental Conflict: Situational and Contextual Influences. *Journal of Family Psychology*, Vol. 12. Nº 3. 437-453.
- Grych, J. H., Seid, M. & Fincham, F. D. (1992). Assessing Marital Conflict from the Child's Perspective: The Children's Perception of Interparental Conflict Scale. *Child Development*, 63, 558-572.
- Hauswald, L. (1987). External Pressure/Internal Change: Child Neglect on the Navajo Reservations. In N. Scheper-Hughes (Ed.), *Child Survival*. Boston: D. Reidel Publishing Company.

- Have, P. T. (2004). *Understanding Qualitative Research and Ethnomethodology*. London: Sage Publications, Ltd.
- Henning, K., Leitenberg, H., Coffey, P., Bennett, T & Jankowski, M. K. (1997). Long-Term Psychological Adjustment to Witnessing Interparental Physical Conflict During Childhood. *Child Abuse & Neglect*, Vol. 21, No. 6, 501-515.
- Holden, G. W. (1998). Introduction: The Development of Research Into Another Consequences of Family Violence. In G. W. Holden, R. Geffner & E. N. Jouriles (Eds), *Children Exposed to Marital Violence: Theory, Research, and Applied Issues*. USA: American Psychological Association.
- Holden, G. W., Stein, J. D., Ritchie, K. L., Harris, S. D. & Jouriles E. N. (1998). Parenting Behaviors and Beliefs of Battered Women. In G. W. Holden, R. Geffner & E. N. Jouriles (Eds), *Children Exposed to Marital Violence: Theory, Research, and Applied Issues*. USA: American Psychological Association.
- Hughes, H. M. & Luke, D. A. (1998). Heterogeneity in Adjustment Among Children of Battered Women. In G. W. Holden, R. Geffner & E. N. Jouriles (Eds), *Children Exposed to Marital Violence: Theory, Research, and Applied Issues*. USA: American Psychological Association.
- Jaffe, P. G., Sudermann, M. & Geffner, R. A. (2000). Emerging Issues for Children Exposed to Domestic Violence. In R. A. Geffner, P. G. Jaffe & M. Sudermann (Eds), *Children Exposed to Domestic Violence: Current Issues in Research, Intervention, Prevention, and Policy Development*. USA: The Haworth Press, Inc.
- Kerig, P. K., Fedorowicz, A. E., Brown, C. A. & Warren, M. (2000). Assessment and Intervention for PTSD in Children Exposed to Violence. In R. A. Geffner, P. G. Jaffe & M. Sudermann (Eds), *Children Exposed to Domestic Violence: Current Issues in Research, Intervention, Prevention, and Policy Development*. USA: The Haworth Press, Inc.

- Kilpatrick, K. L. & Williams, L. M. (1998). Potential Mediators of Post-Traumatic Stress Disorder in Child Witnesses to Domestic Violence. *Child Abuse & Neglect*, Vol. 22, No. 4, 319-330.
- Kleinmam, A. (2000). The Violences of Everyday Life: The Multiple Forms and Dynamics of Social Violence. In V. Das, M. R. Kleinman & P. Reynolds (Eds), *Violence and Subjectivity*. Los Angeles: University of California Press.
- Laumakis, M. A, Margolin, G. & John, R. S. (1998). The Emotional, Cognitive and Coping Responses of Preadolescent Children to Different Dimensions of Marital Conflict. In G. W. Holden, R. Geffner & E. N. Jouriles (Eds), *Children Exposed to Marital Violence: Theory, Research, and Applied Issues*. USA: American Psychological Association.
- Levendosky, A. A. & Graham-Bermann, S. A. (2000). Trauma and Parenting in Battered Women: An Addition to an Ecological Model of Parenting. In R. A. Geffner, P. G. Jaffe & M. Sudermann (Eds), *Children Exposed to Domestic Violence: Current Issues in Research, Intervention, Prevention, and Policy Development*. USA: The Haworth Press, Inc.
- Lipovetsky, G. (1983). *A Era do Vazio*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Malley-Morrison, K. & Hines, D. A. (2004). *Family Violence in a Cultural Perspective – defining, understanding, and combating abuse*. California: Sage Publications.
- Manita, C. (2005). *A Intervenção em Agressores no Contexto da Violência Doméstica em Portugal – Estudo Preliminar de Caracterização*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulheres.
- Margolin, G. (1998). Effects of Domestic Violence on Children. In P. Trickett & C. Schellenback, *Violence Against Children in the Family and the Community*. Washington: American Psychological Association.

- Marques-Teixeira, J. (2000). *Comportamento Criminal – Perspectiva Biopsicológica*. Linda-a-velha: Vale & Vale editores.
- Martins, P. L. (2002). *Maus-tratos a Crianças – O perfil de um problema*. Braga: Centro de Estudos da Criança – U.M.
- McCloskey, L. A., Figueredo, A. J. & Koss, M. P. (1995). The Effects of Sistemic Family Violence on Children's Mental Health. *Child Development*, 66, 1239-1261.
- Ohio Domestic Violence Network, *When fear has no voice – a manual for domestic violence child advocates*.
- Osofsky, J. D. (1998). Children as Invisible Victims of Domestic and Community Violence. In G. W. Holden, R. Geffner & E. N. Jouriles (Eds), *Children Exposed to Marital Violence: Theory, Research, and Applied Issues*. USA: American Psychological Association.
- Pepler, D. J., Catallo, R. & Moore, T. E. (2000). Consider the Children: Research Informing Interventions for Children Exposed to Domestic Violence. In R. A. Geffner, P. G. Jaffe & M. Sudermann (Eds), *Children Exposed to Domestic Violence: Current Issues in Research, Intervention, Prevention, and Policy Development*. USA: The Haworth Press, Inc.
- Piaget, J. (1978). *La representación del mundo en el niño*. (4ª ed) Madrid: Ediciones Morata, S.A.
- Poirier, J., Clapier-Valladon, S. & Raybaut, P. (1983). *Histórias de Vida: Teoria e Prática*. Portugal: Celta Editora.
- Quivy, R. & Camenhoudt, L. V. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, Publicações, Lda.
- Rossman, B. B. R. (1998). Descartes's Error and Posttraumatic Stress Disorder: Cognition and Emotion in Children Who Are Exposed to Parental Violence. In G. W. Holden,

R. Geffner & E. N. Jouriles (Eds), *Children Exposed to Marital Violence: Theory, Research, and Applied Issues*. USA: American Psychological Association.

Rossman, B. B. R. & Ho, J. (2000). Posttraumatic Response and Children Exposed to Parental Violence. In R. A. Geffner, P. G. Jaffe & M. Sudermann (Eds), *Children Exposed to Domestic Violence: Current Issues in Research, Intervention, Prevention, and Policy Development*. USA: The Haworth Press, Inc.

Sani, A. I. (1999a). As Vítimas Silenciosas: A Experiência de Vitimação Indirecta nas Crianças. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 1999, 2, 247-257.

Sani, A. I. (1999b). Entrevista de Avaliação-Intervenção com Crianças Vitimizadas. In A. P. Soares, S. Araújo & S. Caíres, *Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*. Vol. VI, 363-373. Braga: APPOINT.

Sani, A. I. (2002). Crianças expostas à violência interpaparental. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Coords), *Violência e Vítimas de Crimes*. Vol. 2 - Crianças, Coimbra: Quarteto Editores.

Sani, A. I. (2003). *As crenças, o discurso e a acção: as construções de crianças expostas à violência interpaparental*. Dissertação de Doutoramento. Universidade do Minho: Instituto de Educação e Psicologia.

Sani, A. I., Gonçalves, R. A. & Keating, J. B. (2001). *As Realidades Experienciais de Crianças: Vítimas e Testemunhas de Violência*. Universidade do Minho: Relatório de Investigação do Centro de Estudos em Educação e Psicologia.

Scheper-Hughes, N. (1987). Culture, Scarcity, and Maternal Thinking: Mother Love and Child Dead in Northeast Brazil. In N. Scheper-Hughes (Ed.), *Child Survival*. Boston: D. Reidel Publishing Company.

Silva, A. S. & Pinto J. M. (Orgs) (1986). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.

Snyder, J. R. (1998). Marital Conflict and Child Adjustment: What About Gender? *Development Review*, 18, 390-420.

Strauss, A. & Corbin, J. (1998). *Basics of Qualitative Research*. USA: Sage Publications.

Streubert, H. J. & Carpenter D. R. (1999) (2^a ed). *Qualitative Research in Nursing – Advancing the Humanistic Imperative*. Usa: Lippincott Williams & Wilkins.

Wolfe, Jaffe, Wilson & Zak (1985). Children of Battered Women: The Relation of Child Behavior to Family Violence and Maternal Stress. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 1985, vol. 53, No. 5, 657-665.

Anexo I – formatos dos pedidos de autorização

Exma. Senhora Directora do Centro Juvenil de [nome]

Andreia Luísa Gonçalves Teixeira de Castro Rodrigues
[morada e contacto telefónico]

Porto, 29 de Janeiro de 2005

Exma. Senhora:

Eu, Andreia Luísa Gonçalves Teixeira de Castro Rodrigues, Psicóloga pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, encontrando-me a fazer a tese de dissertação do mestrado em Psicologia do Comportamento Desviante, na mesma instituição, sob a orientação do Professor Doutor Luís Fernandes, venho por este meio pedir autorização para entrevistar crianças da vossa instituição, que tenham sido, no seu percurso de vida, expostas a violência doméstica.

Pela sensibilidade da temática em questão a entrevista contempla a preocupação de salvaguardar o bem-estar da criança. Esta salvaguarda passa quer pelo formato das questões, quer pelo modo de abordagem aos conteúdos, quer pelo facto de se pretender a presença do Psicólogo da Instituição para, por um lado, tornar o contexto mais securizante, e por outro, permitir, se for o caso, a continuidade do trabalho sobre as questões levantadas na entrevista. Os dados recolhidos ficam naturalmente protegidos em termos de anonimato e confidencialidade.

Assim, solicitava a autorização formal para mediante a selecção do Psicólogo, de acordo com os critérios da amostra estabelecidos, ter acesso a estas crianças, no espaço da vossa Instituição, nos próximos meses, para o fim de aplicação da entrevista em causa.

Sem mais de momento, colocando-me ao dispor para qualquer esclarecimento que considere pertinente, agradeço desde já a atenção dispensada.

Eu _____,
mãe/pai/cuidador de _____,
autorizo o/a mesmo/a a participar, enquanto entrevistado/a, na investigação de Andreia
Luísa Gonçalves Teixeira de Castro Rodrigues, Psicóloga pela Faculdade de Psicologia e
Ciências da Educação da Universidade do Porto, no âmbito da tese de dissertação do
mestrado em Psicologia do Comportamento Desviante, na mesma instituição, sob a
orientação do Professor Doutor Luís Fernandes.

Os dados recolhidos ficam naturalmente protegidos em termos de anonimato e
confidencialidade.

Porto, ____ de _____ de 2005

Anexo II – guião da entrevista

Guião da entrevista:

a) questões introdutórias:

- a.1 - Como te chamas?
- a.2 - Que idade tens?
- a.3 - Andas na escola? Em que ano? Está a correr bem?
- a.4 - E da tua família, quem são as pessoas da tua família?
- a.5 - Como se chamam?
- a.6 - Que idade têm?
- a.7 - O que é que eles fazem?

b) a relação com os pais/educadores:

b.1 - O que é que gostavas mais de fazer/brincar com o teu pai ou a tua mãe? Costumavas brincar com eles? Com qual? Porquê que achas que essa pessoa brincava contigo? (E o outro não, se for o caso?) A quê que brincavam? Sobre o quê que conversavam?

b.2 - E para além desses momentos como eram/são as coisas lá em tua casa?

b.3 - Gostas/gostavas de estar com os teus pais? Era fixe? Porquê? Como são os teus pais? Achas que eles tratavam bem de ti? Quem tratava melhor? Porquê que achas isso?

b.4 - Como é que era quando o teu pai e a tua mãe se zangavam entre eles? E quando se zangavam contigo? Quando eles/algum deles estava chateado, como é que era para ti? O que é que fazias?

b.5 - E os teus pais discutiam um com o outro? Quando eles brigavam, como era? Alguma vez os ouviste gritar, lutar ou bater? (*adapt. de Sudermann & Jaffe, 1999 por Sani, 2002*)

b.6 - Tu estavas lá? Era à tua frente ou era escondido? O que é que fazias nessas alturas? Metias-te nas brigas? (Se sim) Porquê, porque tu querias ou porque eles pediam? Como é que tu te sentias quando eles brigavam? Conta-me a última discussão deles de que lembras?

b.7 - E nessas alturas complicadas, como era com as refeições, o deitar e as coisas do dia-a-dia, eles faziam-nas na mesma ou esqueciam-se? Quem as fazia? A que horas te deitavas, mais-ou-menos? A que horas comias? Que refeições comias?

b.8 - Nessas alturas das brigas, quem é que tu achas que tinha mais razão? Se pudesses, quem é que tu defendias? Porquê?

b.9 - E eles conversavam contigo acerca dessas brigas? O que é que eles diziam? Porquê que eles diziam que brigavam? Achas que as brigas entre homens e mulheres são fáceis de resolver?

b.10 - E entre o teu pai e a tua mãe, eles diziam mal um do outro à tua frente?

c) a representação de género:

c.1 - Para ti, como é que são os homens e como é que são as mulheres? O que é que os distingue? E em quê que eles são iguais? E em termos do que cada um deve fazer e como deve ser, o que é que tu achas?

- Vamos imaginar que tens aqui 2 pessoas, um homem e uma mulher, e tu é que vais decidir como é que eles devem ser: o homem é alto ou é baixo? E a mulher?... (gordo/magro; feio/bonito; simpático/antipático; agressivo/não agressivo; dá mimos/não dá mimos; faz o jantar/não faz o jantar; põe a mesa/não põe a mesa; trata da casa/não trata da casa; trata dos filhos/não trata dos filhos; trabalha/não trabalha; grita/não grita (em que situações); bate/não bate (em que situações);...)

c.2 - E tu, gostavas de ter filhos?

- (Se sim) Como é que achas que vais ser quando fores pai/mãe? O que é que vais fazer diferente dos teus pais? E o que é que vais fazer igual?

c.3 - Imagina uma história onde há um pai que chega a casa muito chateado e a mãe tinha feito uma comida que o pai não gostava muito... Se tu fosses o pai o que é que fazias? E imagina que a mãe resmungava com ele porque ele não trouxe o pão como ela lhe tinha pedido... se tu fosses o pai o que é que fazias?

c.4 - E imagina que o filho ao ir beber água, partia o copo, se fosses o pai, como é que reagias? E se o filho tivesse tido má nota a um teste, se tu fosses o pai o que é que fazias? E se o filho tivesse desobedecido aos pais, se tu fosses o pai dele o que é que fazias? (...)

d) significados em torno da violência:

d.1 - O que é isso de fazer mal a outra pessoa? O que é que tu achas?

d.2 - O que é que achas que leva alguém a bater noutra pessoa? O que é que impede alguém de bater noutra pessoa? Quando é que achas que se pode bater noutra pessoa? E quando é que não se pode?

d.3 - E em tua casa, o que achas do teu pai (?) bater na tua mãe (??)?

d.4 - Achas que os pais se podem bater um no outro? E devem? Assim entre pessoas que se gostam, achas que se pode bater? Em que situações?

d.5 - Achas que todos os pais se batem? Porquê? Os que não se batem, como é que achas que fazem? O que é que eles fazem de diferente? Como é que eles conseguem o que querem?

d.6 - O que é que achas que significa bater/fazer mal assim entre uma mulher e um homem que são casados?

e) significados em torno do amor:

e.1 - O que é para ti o amor entre um homem e uma mulher?

e.2 - E o casamento? Porquê que achas que as pessoas se casam/se juntam? E porquê que algumas não se casam? E porque achas que algumas pessoas se separam?

e.3 - Quando duas pessoas gostam uma da outra e quando se casam/se juntam, como é que devem ser uma para a outra? E como é que não devem ser?

e.4 - E os teus pais, porquê que achas que eles se casaram/se juntaram?

e.5 - Achas que os teus pais gostam/gostavam um do outro?

e.6 - Porquê que achas que eles continuam juntos/se separaram?

e.7 - Quando cresceres, queres casar? Porquê?

f) encerramento da entrevista:

- Já pensaste como é que te podes proteger se voltares a passar por uma situação parecida com as que falamos? (Se sim, então?)

Há uma coisa muito simples que se chama Plano de Segurança e que no fundo é pensar e escrever numa folha uma série de informações que podem ser importantes de te lembrares se estiveres no meio de uma situação de violência entre os teus pais. Queres ver um?

- Olha, para terminar sabes o que é que eu gostava? Que tu me fizesses um desenho da tua família quando as coisas corriam bem – um momento bom de que te lembres.

- Na tua família as coisas às vezes não corriam bem, mas não tem de ser assim, sabes? Há famílias onde as coisas correm bem quase sempre, um dia tu podes fazer uma família onde não haja esses problemas que havia na tua...

Anexo III – grelha de codificação

Grelha de codificação

Tipo de dados	Categorias	Sub-categorias	Descrições
Dados de conteúdo	a) Relação com pais/cuidadores	a.1) Percepção explícita da dinâmica familiar	Como qualificam esta em termos descritivos e/ou sob a forma de verbalizações claras e/ou absolutas acerca da relação ou dos sentimentos pelos pais/cuidadores; inclui percepção do conflito/zangas entre pais e entrevistado e descrições concretas de situações deste tipo (i.e., situações explícitas ainda que os conteúdos possam ser algo implícitos).
		a.2) Percepção implícita da qualidade da relação adolescentes/pais	Indicadores a partir dos quais se possa inferir a qualidade da relação adolescentes/pais, mas onde ela não seja descrita ou exposta de forma clara: existência ou não de momentos privilegiados entre o jovem e os pais/cuidadores como brincadeiras (tipos, com quem, etc.), conversas (idem), cuidados parentais (em termos de percepção da qualidade desses cuidados na rotina e no tempo próximo ao conflito e protagonismo desses cuidados) e questões relacionadas com a dinâmica familiar que não caibam noutra categoria e que permitam perceber melhor os seus contornos.
		a.3) Relação com outros e outras situações	Unidades em que o indivíduo apesar de não ter sido questionado a esse respeito fala de outras pessoas que não da família restrita e/ou descreve espaços e outras situações ou posições pessoais no sentido de explicar, de alguma forma, a relação com os pais, ou a relação destes.
	b) Conflito conjugal	b.1) Preservação	O facto do adolescente presenciar os conflitos ou outras formas de ter conhecimento deles, ou, por outro lado, as formas de preservação daquele relativamente aos conflitos.
		b.2) Percepção	Qualificadora e descritiva; inclui questões como: gravidade explícita associada; gravidade implícita associada em termos de frequência dos conflitos, em termos de violência interconjugal e em termos de violência extensível na situação do conflito interparental ao adolescente; percepção de quem tem a razão no conflito e motivos associados; o facto de dizerem, ou não, mal um do outro ao jovem; descrição das memórias relativas aos episódios, motivos dos conflitos e dos papéis dos pais/cuidadores durante e em torno dos conflitos.
		b.3) Indicadores dos estados alterados dos pais/cuidadores	Indicadores que o adolescente utiliza para perceber que os pais/cuidadores estão zangados: que sinais dos pais/cuidadores lhe dão essa noção.
		b.4) Reacção real ao conflito conjugal	Como reage o adolescente ao conflito conjugal e à violência, tanto em termos comportamentais como em termos emocionais e porquê (por iniciativa própria, a pedido da vítima, por uma maior ligação...); percepção quanto à capacidade para lidar com estas situações e outro tipo de reacções (imediatas ou não, acontecidas ou antecipadas) relacionadas com os conflitos.
		b.5) Reacção desejada ao conflito conjugal	A reacção que o adolescente gostaria de ter ou de ter a capacidade para.

	b.6) Contextualização dos conflitos	Presença ou ausência de esforço de contextualização ao adolescente, por parte dos pais/cuidadores, dos conflitos conjugais, por exemplo, conversando com ele e desmistificando/explicando as brigas; se existente, qual a proximidade desta contextualização ao momento do conflito e quais os motivos associados às brigas nesta contextualização; se não, a percepção do porquê de não acontecer.
	b.7) Percepção da facilidade da gestão dos conflitos conjugais	Percepção do adolescente quanto à facilidade ou dificuldade da gestão dos conflitos conjugais por parte de um casal.
c) As representações de género	c.1) Diferenças de género	Existência ou inexistência; características associadas aos homens e às mulheres (físicas, psicológicas e em termos de papel de género).
	c.2) Estratégias educacionais e futura paternidade	Posições pessoais quanto às diferentes estratégias educacionais; desejo e projecção pessoal enquanto pai/mãe em situações evocadas na entrevista (dilema moral) e, no geral, em termos de comportamentos positivos/reforçantes, negativos/punitivos, estratégias educacionais e leitura de comportamentos dos filhos; identificação com as práticas educativas dos pais/cuidadores (se não, alternativas, se sim, comportamentos a perpetuar).
	c.3) Estratégias na relação conjugal	Projecção pessoal da sua própria relação conjugal em termos, por exemplo, de estratégias e estilos interacionais desejáveis e evitáveis, a partir de situações evocadas na entrevista (dilema moral) e em situações emergentes na entrevista.
d) Atribuições em torno da violência	d.1) As diferentes formas de violência	As diferentes formas de violência referenciadas; concretização do que é fazer mal a alguém.
	d.2) Os porquês de se fazer mal	Os motivos associados ao acto de bater; as situações em que se bate.
	d.3) A legitimidade de se bater	Situações consideradas como provocadoras de agressão; situações consideradas como inibidoras de agressão; situações consideradas como legitimadoras de agressão; situações de intolerância à agressão.
	d.4) Alternativas à violência	Formas de gestão de situações alternativas à violência; o que impede alguém de bater; como fazem as pessoas que não batem.
	d.5) Significados e atribuições associados à violência conjugal	Percepção quanto aos significados e atribuições associados à violência conjugal (nos pais/cuidadores e nos casais de um modo lato) e quanto à prevalência da violência conjugal.
	d.6) Posições pessoais face à violência e gestão de situações	Posições pessoais relativamente à violência; descrição de situações ilustrativas de estratégias e posições pessoais face à violência; projecção pessoal de estilos de gestão de situações.
e) Atribuições em torno do amor	e.1) Significados de amor	Significados associados ao amor num casal (em termos de dinâmicas ou descrições do que é ou do que não deve ser).
	e.2) Atribuições em torno do casamento e da relação conjugal	Inclui questões como: motivações para casar ou não casar, motivações para separar, comportamentos conjugais percebidos como desejáveis e indesejáveis, postura pessoal face a casar e representação de relações conjugais em termos de dinâmicas ou descrições do que são ou do que devem ou não devem ser.

		e.3) Representação da relação dos pais/cuidadores	Inclui questões como percepção da relação conjugal dos pais/cuidadores (dinâmicas, episódios, papéis), motivações associadas ao seu casamento/união, razões associadas à manutenção da relação conjugal, razões associadas à eventual separação do casal e características dos pais/cuidadores que ajudam a perceber a sua forma de ser nas relações ou as suas motivações.
Dados biográficos	f) Género	Masculino	
		Feminino	
	g) Idade	12	
		13	
		14	
		15	
		16	
		17	
		18	
		19	
	Situação	Institucionalizado	
		Em família	